



**República De Angola**

\*

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA**  
**ISCED-HUÍLA**

**OS OVIMBUNDU DO PLANALTO CENTRAL DE ANGOLA: DAS**  
**ORIGENS ÀS RESISTÊNCIAS**

**DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Ensino de História de África**

**FREDERICO SOMACUENJE CAPUCA**

**LUBANGO, 2023**



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA**  
**ISCED-HUÍLA**

**OS OVIMBUNDU DO PLANALTO CENTRAL DE ANGOLA: DAS  
ORIGENS ÀS RESISTÊNCIAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA DE ÁFRICA**

**FREDERICO SOMACUENJE CAPUCA**

Orientador: Prof. Doutora Aurora Almada e Santos

**LUBANGO, 2023**

## **Dedicatória**

À memória da minha filha Elizabeth de Carmen Frederico Capuca.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, a Deus por manifestar mais uma vez o seu poder na minha vida e por ter permitido a conclusão deste ciclo formativo;

À minha família, de modo específico à minha esposa e aos meus filhos pela compreensão, nos momentos que me ausentei de casa. Aos meus pais e irmãos pelo incentivo e apoio;

Aos meus amigos e colegas pelo incentivo;

À minha orientadora, Doutora Aurora Almada e Santos, pelo rigoroso acompanhamento.

## **RESUMO**

Este trabalho trata sobre os Ovimbundu do Planalto Central de Angola, procurando compreender a formação e a evolução das suas estruturas políticas e sociais e, sobretudo, as guerras protagonizadas por essas populações contra a ocupação colonial portuguesa na região centro do país. Considera-se que a maior campanha militar dos portugueses nos territórios de África e de modo específico em Angola foi contra os Ovimbundu, na última década do século XIX e início do XX. Daí a importância e relevância da divulgação deste acontecimento. Em virtude dessa relevância, o trabalho procurou responder o seguinte problema científico: de que modo se formou as estruturas políticas e sociais dos Ovimbundu e como ocorreram as guerras dessa população contra a ocupação colonial portuguesa. Desde esta perspectiva, o trabalho examina a evolução dos reinos do Planalto e, como fulcro, as resistências militares levadas a cabo por eles. A pesquisa é essencialmente descritiva, com a metodologia de nível teórico e empírico. Os resultados da pesquisa apontam que os reinos Ovimbundu surgiram maioritariamente no século XVII e evoluíram com algumas influências externas. Outrossim, os resultados mostram que protagonizaram duas guerras importantes contra a ocupação colonial portuguesa, sendo que a primeira ocorreu de 1774 a 1778 e a segunda de 1890 a 1904.

**Palavras-chave:** Ovimbundu, Evolução Política, Ocupação Colonial, Resistências Militares.

## **ABSTRACT**

This work deals with the Ovimbundu of the Central Plateau of Angola, seeking to understand the formation and evolution of their political and social structures and, above all, the wars carried out by these populations against the Portuguese colonial occupation in the central region of the country. It is considered that the biggest military campaign of the Portuguese in the territories of Africa and specifically in Angola was against the Ovimbundu, in the last decade of the 19<sup>th</sup> century and beginning of the 20<sup>th</sup>. Hence the importance and relevance of publicizing this event. Due to the relevance of the event, the work seeks to answer the following scientific problem: how the political and social structures of the Ovimbundu were formed and how the wars of this population against the Portuguese colonial occupation took place. From this perspective, the work examines the evolution of the Planalto kingdoms and, as a fulcrum, the military resistance carried out by them. The research is essentially descriptive, with a theoretical and empirical methodology. The research results indicate that the Ovimbundu kingdoms emerged mostly in the 17<sup>th</sup> century and evolved with some external influences. Furthermore, the results show that they carried out two important wars against the Portuguese colonial occupation, the first of which occurred from 1774 to 1778 and the second from 1890 to 1904.

**Keywords:** Ovimbundu, Political Evolution, Colonial Occupation, Military Resistance.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola

**UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola

**IECA** – Igreja Evangélica Congregacional em Angola

**IESA** – Igreja Evangélica Sinodal de Angola

**A.N.T.T.** – Arquivo Nacional Torre do Tombo

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO I: FORMAÇÃO DA IDENTIDADE OVIMBUNDU</b>	15
1.1 - Emersão Ovimbundu	18
1.2 - A cosmovisão Feti e a descendência Mbundu	20
1.3 - Motivações das migrações Ovimbundu para o Planalto Central de Angola	23
1.4 - Características gerais dos Ovimbundu na época pré-colonial	25
1.5 - Localização geográfica dos Ovimbundu	26
1.6 - Identidade Ovimbundu	31
1.6.1 - Vida material: vestuário, alimentação e habitação	31
1.6.2 - Vida económica	34
1.6.2.1 - Agricultura	35
1.6.2.2 - Pesca	37
1.6.2.3 - Domesticação de animais	38
1.6.2.4 - Comércio	40
1.6.2.5 - Ferragem e cerâmica	43
<b>CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS REINOS OVIMBUNDU</b>	46
2.1 - Reino do Bailundo “Ombala yo Mbalundu”	47
2.1.1 - Origem e formação político-social do Bailundo	47
2.1.2 - Origem do nome Mbalundu	51
2.1.3 - Estrutura política e principais reinados	54
2.2 - Reino do Wambu	65
2.2.1 - Origem e evolução política	65
2.2.2 - Interferências de Wambu Kalunga	67
2.2.3 - Alguns soberanos que a memória local conserva	70
2.3 - Reino do Sambo	71
2.3.1 - Sistema de sucessão	72
2.3.2 - Regime político do Reino do Sambo e os membros da aristocracia e suas funções	73
2.4 - Reino de Tchiyaka	73

2.4.1 - Origem e desenvolvimento político-----	73
2.4.2 - Alguns rituais locais-----	74
2.4.3 - Constituição do Reino de Tchiyaka -----	75
2.5 - Reino de Tchingolo-----	78
2.5.1 - Origem e desenvolvimento político de Tchingolo-----	78
2.5.2 - Relação nominal dos reis e seus feitos -----	79
<b>CAPÍTULO III: RESISTÊNCIAS CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS---</b>	<b>83</b>
3.1 - Estratégias de penetração e ocupação portuguesa no Planalto Central de Angola-----	83
3.2 - Avanços militares e campanhas de ocupação do Planalto Central de Angola-----	87
3.3 - Início da unidade Ovimbundu-----	92
3.4 - Fases das guerras Ovimbundu contra a ocupação colonial-----	94
3.4.1 - Primeira Guerra Ovimbundu contra Portugal-----	94
3.4.2 - Segunda Guerra Ovimbundu contra Portugal-----	99
3.4.2.1 - Causas das guerras-----	101
3.4.2.2 - Consequências da guerras-----	105
<b>CONCLUSÃO-----</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS-----</b>	<b>114</b>

## **INTRODUÇÃO**

Até finais do século XIX, a ocupação colonial portuguesa efectiva limitava-se às zonas litorâneas, embora houvessem alguns assentamentos militares em algumas partes do interior. O Planalto Central de Angola era ainda dominado por grandes reinos locais, que respondiam com firmeza a qualquer tentativa portuguesa que tivesse por objectivo o domínio e a ocupação territorial. No final do século, com o processo de ocupação efectiva por parte de Portugal, os reinos Ovimbundu no Planalto Central de Angola iniciaram um vasto processo de resistência contra a ocupação colonial, apesar de nas zonas do litoral essas lutas terem começado muito antes da partilha de África.

Os Estados do povo Ovimbundu emergiram após o movimento migratório Bantu, constituindo-se numa síntese dos três sub-ramos do mesmo movimento Bantu, designadamente o ramo Ocidental, Central e Oriental. Tomando consciência de que a luta contra a ocupação colonial somente seria possível através de alianças, os Estados Ovimbundu uniram-se várias vezes e empreenderam lutas para enfrentar os portugueses, apesar de em 1902 e 1904 ter terminado a soberania dos povos locais, com a derrota e a tomada de Kandumbu e Bimbi, respectivamente. Entre as várias lutas de resistências Ovimbundu podem ser especialmente mencionadas as de Mbalundu dirigidas por Tchingui I, Tchingui II, Numa II, Kalandula e Mutu-ya-Kevela; de Wambu por Tchimbili II, Livongue e Samakaka; de Viye por Ndunduma; de Ndala Kandumbu e de Ngalangui.

Apesar de vários esforços, as lutas de resistência no interior não foram suficientes para impedir a ocupação colonial, tendo em conta vários factores como a traição de missionários católicos e de alguns membros da Corte Real Ovimbundu.

### **Estado da arte**

A região do Planalto Central de Angola, habitada maioritariamente pelo povo Ovimbundu, pouco se destaca na literatura no que concerne às lutas de resistência contra a ocupação colonial portuguesa. Tem-se a concepção de que a ocupação dessa região pelos portugueses não envolveu grandes confrontos militares, o que é paradoxal.

A tradição oral e a escassa literatura existente sobre o processo de resistência dos Ovimbundu contra os portugueses são unânimes em afirmar que os Ovimbundu protagonizaram as batalhas mais sangrentas de Angola. Uma delas foi a de 1902, que foi levada a cabo por uma coligação Ovimbundu (Vansina, 1966). Do ponto de vista estratégico, essa batalha protagonizada pela união Ovimbundu não foi bem sucedida, por envolver aliados católicos que aparentemente se posicionavam ao lado dos Ovimbundu (Henderson, 1990). Essa união Ovimbundu obrigou o exército português a mobilizar e a reforçar a artilharia com mais de mil homens, muitos deles oriundos de Benguela. Pelissier (1986) assinala que nenhuma força de invasão igual fora até então reunida contra os reinos em África.

As últimas pesquisas que tratam sobre os reinos Ovimbundu são dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Essas investigações têm as suas especificidades e raramente abordam os Ovimbundu como um todo. Neto (2012) na sua tese de doutoramento, apresentada à Universidade de Londres abordou a história do Huambo; Costa (2014) analisou o Reino do Mbalundu; Sungo (2015) estudou igualmente o Mbalundu.

Estudos sobre os Ovimbundu do Planalto Central de Angola têm sido feitos por vários autores, sendo que alguns apoiam-se essencialmente numa abordagem eurocêntrica, enquanto outros têm uma abordagem afrocêntrica. Porém, os estudos têm-se centrado apenas na génese e evolução política dos reinos Ovimbundu. Recentemente, foi publicado o livro de Gomes (2016) cuja abordagem se centra nos sistemas político, social e cultural dos Ovimbundu no período pré-colonial.

Almeida (1979), Coelho (1966) e David (1997) vinculam a sua análise numa visão essencialmente eurocêntrica. Kajibanga (2009), Sanjukila (1997), Malumbo (2005), Issó (2018), Altuna (2014) e Figueiredo (2014) apresentam uma abordagem afrocentrada. David (1997) e Carvalho (2002) apresentam uma abordagem que podemos considerar que não se enquadra em nenhuma das duas acima enunciadas.

A temática sobre os Estados Ovimbundu e as resistências contra a ocupação colonial portuguesa que nos propusemos investigar é pouco explorada e não há

registos de trabalhos monográficos acerca do assunto. O trabalho é inovador porque traz informações, nomeadamente sobre os reinos do Wambu, Sambo e Tchingolo, que tanto quanto foi possível apurar pela pesquisa bibliográfica ainda não foram objecto de estudo. Desde essa perspectiva, a nossa investigação é, portanto, original.

### **Objectivos, metodologia e estrutura**

Como já afirmado, as guerras contra a ocupação colonial no Planalto Central são pouco exploradas e divulgadas. Regista-se escassez de bibliografia sobre as batalhas, os protagonistas e o impacto que as mesmas representaram para o nascimento do nacionalismo e patriotismo angolano e Ovimbundu no período pré-colonial. São escassos os artigos científicos, as monografias, as dissertações, as teses, os livros e outras publicações, tanto de investigadores nacionais, como de estrangeiros. Em consequência disso, a nossa pesquisa responde ao problema sobre como ocorreram as resistências armadas dos reinos Ovimbundu contra a ocupação colonial portuguesa.

A investigação enquadra-se numa abordagem que visa a desconstrução das tendências eurocêntricas sobre o processo de ocupação do Planalto Central de Angola através de uma análise imparcial. Do ponto de vista cronológico, o trabalho situa-se nos séculos XVIII, XIX e início do XX, período em que os portugueses iniciaram o processo de ocupação do Planalto Central de Angola, o que ocasionou as resistências dos reinos locais. Os Ovimbundu uniram-se militarmente, pela primeira vez, para a luta contra a ocupação colonial portuguesa. Apesar de ser esse o período fulcral da nossa pesquisa, o trabalho incidirá também sobre o período de formação política dos Estados Ovimbundu.

Constituem objectivos centrais da nossa investigação os seguintes:

Objectivo geral: Analisar o processo de formação e evolução política, bem como as resistências armadas, dos reinos Ovimbundu contra o império colonial português;

Objectivos específicos: a) Fundamentar teoricamente os Ovimbundu, sua evolução e as guerras por eles protagonizadas; b) compreender a origem dos Ovimbundu e as influências que afetaram a formação da sua identidade política

e social; c) analisar a organização política, económica e social dos reinos Ovimbundu nos períodos pré-colonial e colonial; d) caracterizar o processo de ocupação do Planalto Central de Angola pelos portugueses; e) identificar os Estados e os líderes Ovimbundu que se destacaram na luta contra a ocupação colonial; f) perceber até que ponto as resistências militares Ovimbundu tiveram um papel fundamental na defesa do território angolano.

Campo de acção: a investigação tem como delimitação espacial o Planalto Central de Angola, principalmente as regiões onde se formaram os principais reinos Ovimbundu, bem como os territórios cujos povos se relacionaram com os Ovimbundu.

Desenho metodológico: a pesquisa, como já foi dito, é descritiva e utiliza essencialmente os métodos teóricos, especificamente os métodos histórico-lógico, analítico e empíricos, como o inquérito por entrevista e a observação directa. A pesquisa é descritiva, na medida em que procurou fazer a descrição da realidade do passado Ovimbundu do Planalto Central de Angola. Os métodos teóricos serviram-nos para fundamentar os resultados da pesquisa com base a bibliografia existentes. Fez-se igualmente a observação directa aos locais em que ocorreram as guerras e as valas comuns onde foram enterradas as vítimas dessas guerras, bem como os estados actuais dos reinos.

Para fundamentar as nossas conclusões, recolheram-se tradições orais e os resultados foram confrontados com estudos existentes. Entre os inqueridos contam-se: 2 actuais reis, 1 antigo rei, 3 sobas, 3 funcionários de gabinetes de cultura, dos quais 1 director do Museu Regional, 1 regedor, 1 rei adjunto, 1 académico, 1 administrador comunal e 1 membro da corte do reino.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro aborda a formação da identidade Ovimbundu, procurando descrever a sua génese desde as migrações Bantu até ao início das instituições políticas e as conexões estabelecidas com outros povos para a construção das mesmas instituições.

O segundo capítulo trata das especificidades sobre a evolução política dos reinos do Planalto, ressaltando as suas organizações políticas e sociais no período pré-colonial.

O terceiro e último capítulo analisa as resistências Ovimbundu contra o colonialismo, desde as estratégias utilizadas por Portugal, o início da unidade do Planalto até a decadência dos Estados locais em consequência da conquista portuguesa.

## **CAPÍTULO I: FORMAÇÃO DA IDENTIDADE OVIMBUNDU**

A região do Planalto Central de Angola, tal como outras da África Central e Austral, em tempos remotos era ocupada por povos pré-Bantu, conhecidos como povos **Khoisans** (Kung), constituídos por vários subgrupos cujas denominações variavam de acordo com as suas localizações. Não se conhecem detalhadamente os elementos civilizacionais característicos desses povos. A sua sobrevivência deve ter sido essencialmente baseada num modo de vida tradicional, com a prática da caça e da recollecção. Esses povos são designados de pré-Bantu pela sua precedência e por não possuírem uma raiz comum ou uma ancestralidade étnico-cultural comum com a variedade de grupos Bantu. Actualmente, esses povos estão localizados em menor escala nas províncias dos corredores Sul e Leste de Angola, praticando uma economia baseada na caça, na recollecção e, em algumas dessas comunidades, numa ligeira produção agrícola. Sobre os factores que influenciaram a sua concentração nas regiões que hoje constituem o seu habitat podemos destacar a expansão e progressão Bantu, de modo particular a progressão Ovimbundu no Planalto Central de Angola, e a procura de condições de vida mais favoráveis.

Os Ovimbundu ocupam actualmente uma vasta região do Planalto Central de Angola e segundo estudos de Redinha (1974, p. 39) formam um terço da população angolana. Encontram-se divididos em vários subgrupos, apontando-se a existência de mais de 15, alguns dos quais com estruturas políticas e económicas autónomas e outros em regime de vassalagem. A origem exacta dos Ovimbundu e da sua civilização constitui ainda um desafio para a investigação científica.

Sabe-se que a emersão e evolução política Ovimbundu resultou da expansão do movimento migracional Bantu e a sua identidade cultural, política, social e económica formou-se por influências Imbangala ou Lunda Tchokwe, com

influências recíprocas do Ndongo, Matamba e Kassanji. Desde esta perspectiva, podemos afirmar que os Ovimbundu descendem da dispersão Bantu e por outro lado da desintegração das Civilizações Kulembe (Gomes, 2016). Mas, também existe uma versão que afirma que os Ovimbundu surgiram da separação Mbundu, a partir da figura mitológica de **Feti**. Podemos então afirmar que existem duas versões sobre a origem dos reinos e da civilização dos Ovimbundu, sendo que a primeira está directamente ligada ao processo migratório Bantu e a segunda, com um sentido mais mitológico, está ligada aos Mbundu, que tem a ver com a lenda de **Feti**.

Como sabemos, os Ovimbundu integram o conjunto da família Bantu e, segundo estudos feitos por Keita (2009), os Bantu são por sua vez um grupo desintegrado dos povos sudaneses. Tal como o autor afirma:

«Sudaneses, ou «grandes» povos da África a sul do Sara (povos actualmente predominantes, mas chegados reactivamente mais tarde aos lugares onde se encontram hoje). São os Mandengues, os Yorubas, os Mossis, os Bamanans e Hauçás, sem falar dos Akans, dos Walafs, dos Fulbes, etc., e dos Bantu... que se disseminam do Gabão até a África do Sul passando pelo Congo, Zaire, Angola, Quénia e Tanzânia. Ocupam, de facto, um imenso e diversificado território, o que lhes confere os mais variados tipos de ocupação produtiva» (Keita, 2009, p. 72).

A afirmação de Keita nos mostra claramente que os povos Bantu, dos quais os Ovimbundu fazem parte, têm elementos culturais que dialogam com os povos acima referidos, cuja ancestralidade liga-se aos sudaneses. Desde essa perspectiva, a Nação Ovimbundu em épocas remotas, quando habitavam a região da Nigéria, como nos mostram os estudos de Greenber (1972), estabeleceram contactos com outros povos da África Ocidental e do Norte, o que contribuiu para a formação da sua identidade. Queremos com isso afirmar que os primeiros elementos civilizacionais que contribuíram para a construção da identidade cultural e das estruturas políticas, económicas e sociais Bantu, e de modo particular dos Ovimbundu, foram assimilados a partir dos contactos que tiveram com os mais variados povos sudaneses. Essas ideias são igualmente defendidas por Ehret (1973), ao afirmar que as línguas dos povos sudaneses expandiram-se até às regiões da África Meridional e, posteriormente com a explosão migratória, os Bantu as assimilaram.

Sobre a origem do povo Bantu, do qual os Ovimbundu fazem parte, vale dizer que Greenber (1972, p. 189) em seus estudos nos diz com precisão que o ponto de partida dos povos de língua Banta terá sido Benoué, na Nigéria, por ser a região onde as línguas dos Bantu são paradoxais. Como é sabido, essa teoria de Greenber foi criticada posteriormente por vários linguistas, entre eles Malcolm Guthrie (1962, p. 273), que, refutando a ideia de que o ponto de partida foi o local em que essas línguas têm maior divergência, desenvolveu uma teoria contrária, defendendo que o ponto de partida dos Bantu é a região onde as línguas Banta têm maior convergência. Nesse sentido, ele defende que os Bantu tiveram como ponto de partida a região do Zambeze, particularmente na actual Shaba. Vale sublinhar que essa última hipótese (de Guthrie) também foi objecto de contestação e prevalece a hipótese de Greenber.

Independentemente das diferenças entre as teorias dos dois estudiosos, consideramos que os estudos sobre a origem e a expansão Bantu encontram-se em contínua renovação. Aliás, a interpretação introduzida por Oliver Roland nos mostra essas tendências de complementos entre as teorias. Oliver (1966, p. 361) coloca que a expansão Bantu obedeceu a algumas fases (quatro no total), sendo que a primeira seguiu o curso do rio Congo (Zaire), passando pelos Camarões até às zonas sul do Zaire; a segunda estendeu-se na parte central de África, desde a foz do rio Congo até à parte Oriental do Tanganica; a terceira teve lugar nas zonas húmidas laterais; e a última fase corresponde à expansão total a todas as partes de África ocupadas pelos Bantu. Embora existam algumas contradições nos estudos feitos por especialistas é consensual entre eles a ideia segundo a qual os povos de língua Bantu emergiram a partir do bloco Oeste e Leste.

Este processo de expansão teve seu início no segundo milénio a.C e não se deu de forma espontânea, mas sim foi um processo lento e consolidou-se séculos depois de Cristo, com a formação dos Estados e das civilizações da África Subsariana. Foram vários factores que contribuíram para a difusão Bantu em direcção à África Central e Austral. Entre esses factores destacam-se o desenvolvimento das forças produtivas e a procura de locais férteis para a produção agrícola. Tal como afirma Posnansky (1964, p. 91), as migrações das populações Bantu foram o resultado do aperfeiçoamento das técnicas agrícolas.

Do ponto de vista cronológico, esse aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, da guerra e da caça ocorreram na idade dos metais. Os utensílios de metais como a flecha e outras armas brancas não foram usados apenas para a produção agrícola, mas também contribuíram fortemente para a expansão dos povos Bantu. Wrigley (1960) defendeu que os instrumentos de metal usados pelos Bantu permitiram que vencessem os povos que encontraram nos locais onde se fixaram. Outros factores concorrentes no processo expansionista Bantu prenderam-se com a explosão demográfica, as doenças e os constantes conflitos.

Embora existam diversas versões sobre a génese dos Bantu e sobretudo sobre o processo de difusão e ocupação territorial nas regiões da África Central, Austral e Oriental há um consenso entre os investigadores de que existiu uma convergência em termos da ancestralidade ou do tronco comum entre os vários grupos etnolinguísticos Bantu. Como sabemos e segundo nos afirma Figueira (1938, p. 12), a palavra Bantu surgiu primeiramente nos estudos de Wilhelm Bleek no século XIX através das comparações sintáticas, morfológicas e fonéticas feitas entre as diversas línguas espalhadas pela África Subsariana.

Se quisermos perceber essas semelhanças, podemos tomar à título de exemplo o próprio termo Bantu que em diversas línguas apresenta o mesmo significado, isto é, “pessoas”. Dessa classificação de Bleek, a UNESCO (2010, p. 168) afirma que o termo é utilizado para significar pessoas em várias e diferentes línguas como: **bato**, em Duala; **bot**, em Fang; **baaru**, em Tio; **bantu**, em Kongo; **banto**, em Mongo; **baat**, em Bushong; **bantu**, em Luba; **abantu**, em Rwanda; **vanhu**, em Shona; e **abantu**, em Herero<sup>1</sup>.

Como vemos, essa similaridade nestas e em outras línguas da África Central, Austral e Oriental nos mostra claramente que há um tronco comum do qual desintegraram-se vários grupos etnolinguísticos.

### 1.1 - Emersão Ovimbundu

Foi precisamente no contexto de desintegração e expansão Bantu que os Ovimbundu procuraram ocupar regiões com clima favorável à prática da

---

<sup>1</sup> UNESCO. Editado por Mohammed El Fasi.

agricultura, da caça e da criação de gado, nomeadamente animais de médio e pequeno porte. Vários autores entendem que a penetração dos Ovimbundu em Angola deu-se a partir do Planalto de Benguela, enquanto outros apontam a hipótese da Lunda Tchokwe e do curso do rio Kwanza. Na visão de McCulloch (1952, pp. 5-6), os povos Mbundu que se introduziram e ocuparam a região de Benguela começaram a formar seus Estados a partir do século XVII e foi nessa época que se deu início à penetração dos Imbangala e/ou Jagas na mesma região. Desde essa perspectiva, Childs (1949, p. 170) coloca que a proveniência dos Ovimbundu está intimamente ligada com as migrações Lunda Tchokwe. Martins (1993, p. 42) nos faz perceber que os Ovimbundu entraram pelo Planalto Central de Angola a partir do Norte, do Sul e do Leste.

Existem alguns pontos de convergência entre as hipóteses dos estudiosos que se dedicaram à pesquisa sobre os Ovimbundu, sendo que vários deles associam a ocupação e a formação política desses povos em Angola a partir das migrações Bantu. Neles é visível a ideia de que os Ovimbundu são resultado da expansão Bantu, que tendo a Nigéria como ponto de partida desintegraram-se dos demais povos, passando pela actual República Democrática do Congo, atingiram o Leste de Angola, essencialmente a Lunda Tchokwe e o Planalto de Benguela. Nesse sentido, os estudos nos mostram que a chegada ao Planalto Central resultou da fusão de várias rotas.

Esses estudos feitos maioritariamente por autores Euroamericanos hoje encontram diversas contradições com as novas descobertas feitas no Planalto Central de Angola, sobretudo se tivermos em conta a cronologia que os estudos estabelecem. As primeiras contradições prendem-se com a descoberta da **estação arqueológica de Kaniñili**, localizada no Município do Mungo, Província do Huambo. As pinturas rupestres de Kaniñili, cuja datação nos leva a mais de 8.000 anos, são uma representação e evidência clara da existência de uma sociedade organizada na região do Planalto Central de Angola desde as épocas mais remotas.

Ao que se pode constatar do ponto de vista histórico, as instituições políticas Ovimbundu foram influenciadas essencialmente pelos Seles, Ambundu, Jagas e Lunda Tchokwe. Sobre a pré-existência dos povos Ovimbundu em épocas remotas é ainda uma questão por pesquisar. Certo é que antes da chegada dos

que fundaram ou deram início à formação política dos reinos mais destacados dos Ovimbundu, como o Mbalundu (Bailundo), Wambu, Ngalangi (Ngalangui), Viye e Ndulu, já existiam comunidades pastoras e agricultoras, tal como abordaremos mais adiante.

Sobre a formação e o desenvolvimento político dos Ovimbundu, já afirmamos que teve várias influências, com particular destaque para os Lunda Tchokwe, os Ambundu, bem como os Seles. Na visão de Wheeler e Christensen (1973, p. 56), a formação dos reinos Ovimbundu, que seriam mais ou menos 22 no início do século XX, começou no século XVI. Essa mesma formação política foi resultado da inclusão de grupos dos povos Imbangala (Jaga), que se espalharam desde o Norte e o Nordeste do Planalto Central e se misturaram com as populações que ali já residiam. Neto (1997) sublinha que os povos Imbangala estão relacionados com os Lunda e os Lubas, cuja fusão com os planálticos deu lugar aos actuais Ovimbundu.

Gomes (2016) coloca que a formação das instituições políticas (reinos) Ovimbundu no Planalto Central de Angola deveu-se ao colapso e desintegração da nação Kulembe, que considera que emprestou vários elementos civilizacionais aos Ovimbundu, com destaque para a organização social e económica. O autor considera que a nação Kulembe era uma civilização pré-mercantilista, embora sejam escassas as referências bibliográficas sobre ela.

Além disso, o mesmo autor aponta outros elementos que concorreram para as origens institucionais Ovimbundu, como foi o caso das interferências de Cinguli (Tchinguli) no Planalto. Tal como afirma:

«(...) a presença migracional Cinguli no planalto, quer de forma directa em relação ao Ekovongo, quer através das chefaturas Kulembe e dos Imbangala, tem muito a ver com o desenvolvimento sociopolítico dos Estados planálticos» (Gomes, 2016, p. 25).

Este contacto entre as figuras desintegradas da nação Kulembe, de Cinguli, dos Jagas e/ou dos Imbangala nos mostra evidentemente que há um elo muito forte na formação política Lunda, Ambundu e Ovimbundu. Por isso, não é de estranhar que a fundação do reino de Kassanji seja resultado desse processo. Kassanji foi

um reino que surgiu tal como os Ovimbundu no século XVII, com a sua localização no alto do rio Kuango e que sofreu fortes influências Mbundu e Jagas.

## 1.2 - A cosmovisão Feti e a descendência Mbundu

Se por um lado existem estudos que apontam que o surgimento dos Estados Ovimbundu esteve ligado à dispersão Bantu, por outro existem indicações de que esteve associado à figura lendária de Feti. Childs (1970, p. 242) aponta Feti como a figura fundadora da nação Ovimbundu, já que para ele o lugar primordial de ocupação desse povo foi na confluência entre os rios Kunene e Kunhoñamua. Essa localidade está localizada a sensivelmente 119 km da parte sul da província do Huambo e representa uma faixa intermédia entre as províncias do Huambo, Benguela e Huíla.

A cosmovisão local e os estudos feitos por Childs (op. cit.) sustentam que Feti foi o ponto de partida das bases do sistema político e da construção da identidade Mbundu. Gomes (2016, p. 102) coloca que **Feti**, que etimologicamente em língua Umbundu nos remete para **efetikilo** ou **okufetika** significando começo, foi o primeiro ser humano surgido do cosmo da terra dos Mbundu, o qual teve três esposas que emergiram da água: Tembo, Cinvim (Tchivin) e Coya (Tchoya). Foi por intermédio de Feti e das suas esposas que surgiram os reinos planálticos, assim como, diz-se, foi este o ponto de separação dos Mbundu entre os Ovimbundu da língua Umbundu e os Ambundu da língua Kimbundu, sendo estes últimos os fundadores dos grandes estados do Ndongo e Matamba.

Segundo a mitologia terá sido através de Feti que emergiram vários Estados Ambundu e Ovimbundu. Aliás não é por acaso o aparecimento do título Ngola entre os Ambundu. Segundo a lenda, Ngola foi o primeiro filho de Feti e Coya (Tchoya), uma das suas esposas. Porém, a convivência entre as três esposas de Feti nem sempre terá sido pacífica e tendo-se levantado um clima hostil entre o primogénito de Coya e Cinvin, Feti na qualidade de chefe de família procurou apaziguar as partes, separando-as. Foi nessa separação que Ngola, filho de Feti e Coya, partiu em direcção ao Norte do Kwanja (Kwanza), cujo termo remete etimologicamente para os Mundu, especificamente para o verbo *okuliyanja* ou *okulisanja*, que significa estar livre ou acomodar-se livremente. Foi nesse contexto que o Ngola, filho de Feti, fundou a nação dos Ambundu e o seu nome

eternizou-se como título real entre os Estados do Ndongo e Matamba (Gomes, op. cit.).

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que Feti constituiu um ancestral comum entre os Mbundu (Ovimbundu e Ambundu), cuja desintegração se deu por conta das rivalidades endógenas que levaram Ngola a emigrar para o Norte do rio Kwanza, ou Kwanja entre os Mbundu, derivado de *okulisanja*.

É importante referir que a região que tomou o nome ancestral de Feti foi o mais importante local de fabricação de ferro e de outros metais. Refira-se que o ferro fabricado na região de Feti era comercializado por todo o Planalto entre os Ovimbundu e para lá do norte do Kwanza entre os Ambundu. Por isso, não é de estranhar que os primeiros chefes (Ngola), fundadores do Ndongo, se dedicassem à comercialização do ferro.

Em relação à separação entre os Ovimbundu *Vambuelo* e *Vanano*, Gomes (op. cit.) afirma que isso foi devido a Ngalangi e Viye, filhos de Feti e Coya.

«(...) Ngalangi tornou-se pai dos vambwelo... e Viye das comunidades dos vanano. Assim, são designadas vambuelo, as comunidades Ovimbundu localizadas na faixa adjacente ao litoral, praticantes da criação de gado bovino. São chamados vanano, os Ovimbundu espalhados pelo interior, ligados essencialmente à agricultura» (Gomes, 2016, pp. 102-103).

A desintegração das populações Ovimbundu entre os Vanano e os Vambuelo não influenciou apenas os modos de produção como também foi determinante na edificação dos sistemas de parentesco e de sucessão patrilinear e matrilinear. Esses sistemas de parentesco são definidos na língua Umbundu de **oluse** e **oluina**. Oluse refere-se ao sistema no qual o parentesco e a sucessão do poder obedece à linhagem paterna, sendo este o mais característico entre os Ovimbundu, independentemente das interferências das instituições hodiernas defensoras da igualdade de direitos entre os géneros. Esse sistema, em vigor em grande parte das comunidades Ovimbundu, atribui ao homem a titularidade sobre os filhos e exclui o direito da mulher sobre os seus descendentes. Oluina, por sua vez, atribui o parentesco e a sucessão por via da linhagem da mãe. Vale referir que no passado remoto o sistema de parentesco que vigorava entre a maior parte das comunidades Ovimbundu era o matrilinear (oluina). A

patrilinearidade (oluse) sobrepôs-se à matrilinearidade (oluina) devido às influências externas, entre as quais se destacam o colonialismo europeu. Hoje, mais de 90% dos Ovimbundu vivem no sistema de linhagem patrilinear.

Childs (op. cit., pp. 58-59) afirma que as populações do sistema oluina tinham seus chefes através do tio materno, designado em Umbundu de *manji ya nhõho*, que detinha os poderes políticos e religiosos sobre os demais membros da mesma circunscrição.

A cosmovisão sobre a emersão de Feti não é vista como mera imaginação. Os estudos feitos por Childs e Keiling encontram alguma convergência com a tradição oral local. A tradição oral de Ngalangui e não só apontam a existência de um ancestral designado Feti, o qual deu origem à comunidade com o mesmo nome e teve uma influência directa no surgimento do Reino de Ngalangui, um dos mais antigos entre os Ovimbundu.

### **1.3 - Motivações das migrações Ovimbundu para o Planalto Central de Angola**

As migrações Ovimbundu foram causadas por diversos factores, alguns dos quais encontram convergências com aqueles que já foram mencionados sobre o processo migracional Bantu. Embora seja difícil identificar os factores concretos e específicos, podemos destacar aqueles que resultam da análise sobre as motivações Bantu, as características peculiares dos Ovimbundu e a realidade socio-política das regiões de partida dos Bantu-Ovimbundu.

Desde essa perspectiva, podemos apontar os seguintes factores:

#### **a) Instabilidade política nas regiões de origem**

A África Ocidental e do Norte viveu, a partir do II milénio a.C., um clima de tensão política caracterizado por conflitos tribais e entre civilizações. No início do II milénio várias populações sudanesas que haviam se fixado nas margens do rio Níger, vindas em épocas anteriores do deserto do Saara devido ao processo de seca e conseqüente desertificação, começaram a formar seus Estados à base da força e de conquistas. Essa luta pela hegemonia política resultou na formação de grandes civilizações protagonizadas por alguns povos sudaneses como os Mandingue, os Soninke, os Yoruba, etc., destacando-se o Ghana, o Mali e o

Songhai. Como já dissemos, os Bantu dos quais os Ovimbundu fazem parte, tal como nos relata Keita (2009), também são povos sudaneses, à semelhança dos Mandingue, dos Soninke, entre outros.

O clima de tensão, conjugado com as invasões protagonizadas por diferentes povos provenientes da Ásia contra os povos do Norte e da Núbia, levou vários povos, entre eles os Ovimbundu, a emigrarem para regiões com maior segurança. A África Central e Austral ofereciam essa oportunidade. O processo migracional Bantu iniciado no I milénio a.C. foi secular e consolidou-se no final da Idade Média e meados da Idade Moderna, com a formação de vários reinos.

### **b) Procura de melhores condições de sobrevivência**

Devido à instalação de um clima de caos nas regiões de origem, conjugada com a elevada tributação dos Estados emergentes, os Ovimbundu procuraram livrar-se dos impostos e buscaram espaços que facilitassem a sua produção económica e a formação de novos Estados soberanos.

Com uma economia baseada essencialmente na agricultura e na pastorícia, os Ovimbundu procuraram se fixar em regiões com solos e clima favoráveis a essas práticas. Foram esses dois factores que serviram de atracção no Planalto Central de Angola, pois a região dispõe de um clima e de solos propícios para a prática da agricultura e da criação de animais. Por isso, não é de estranhar que quando os portugueses chegaram ao Planalto Central de Angola se depararam com a prática de várias culturas agrícolas na região (Diniz, 1918, p. 340).

### **c) Exploração da metalurgia**

Os Ovimbundu antes da sua chegada ao Planalto Central de Angola e da formação dos seus reinos já tinham o domínio de vários elementos que indicavam o seu nível de desenvolvimento. Queremos com isso dizer que os Ovimbundu nas suas zonas de origem já estavam organizados politicamente, socialmente e economicamente e com forte domínio do fabrico do ferro.

A técnica da metalurgia dominante entre os Ovimbundu levou esses povos a se fixarem em locais onde seria possível explorar, fabricar e comercializar o ferro. Tal como referido, o uso do metal fabricado pelos próprios Ovimbundu foi determinante para a derrota dos povos pré-Bantu encontrados nas regiões em

que se fixaram. O fabrico do metal continuou entre os Ovimbundu, aliás, não foi por acaso que a estação de Feti, localizada no antigo Reino de Ngalangui, se destacou no fabrico e comercialização do ferro, que posteriormente estendeu-se aos Ambundu, principalmente no Ndongo e Matamba.

#### **d) Outras motivações**

Além dos factores já apontados existem outros que concorreram e influenciaram a expansão da nação Ovimbundu. Gomes (2016, p. 28) coloca que entre eles estão as doenças e a explosão demográfica, referindo que as antigas regiões onde os Ovimbundu habitavam foram assoladas por doenças, o que provocou uma vaga de migração. O mesmo autor, citando Coelho (1966), afirma que existiam oito pessoas em média em cada agregado familiar, de acordo com os resultados do censo de 1960. O elevado índice de natalidade e a baixa mortalidade eram características dos povos Ovimbundu do Planalto Central de Angola, no período que antecedeu o ano de 1975.

#### **1.4 - Características gerais dos Ovimbundu na época pré-colonial**

A nomenclatura **Ovimbundu** refere-se a um conjunto de indivíduos que compartilham a mesma ancestralidade ou que tenham um tronco comum. A aplicação do termo abarca elementos antropológicos e sobretudo culturais que caracterizam as pessoas que se identificam com tais elementos. A palavra **Ovimbundu** é composta pelo prefixo *Ovi*, que indica o plural, e Mbundu, cuja raiz liga-se, do ponto de vista semântico, com **mntu**, o plural de Ocimbundu.

Ocimbundu é o singular de Ovimbundu. O prefixo **Oci** indica o singular de Mbundu ou então um só indivíduo pertencente ao grupo étnico. O nome **Ovimbundu** partilha o mesmo sufixo dos **Ambundu**, o que nos permite pensar que o tronco desses grupos étnicos é comum, ou seja, têm a mesma ancestralidade, tal como veremos na nossa abordagem sobre a descendência de Feti. Embora não se conheça concretamente a ligação entre os Mbundu, pode-se notar que para os Ovimbundu o termo Mbundu significa nevoeiro ou poeira (*ombundu*). Ligando esse significado à localização geográfica e ao clima do Planalto Central de Angola, o termo Ovimbundu significaria povos do nevoeiro

ou que habitam as regiões de nevoeiro (ovimbundu). O termo Ocimbundu, singular de Ovimbundu, comumente é também aplicado para significar **negro**, antónimo de **ocindele** (otchindele) que significa **branco**. O significado mais próximo tem a ver com a língua Umbundu. Nessa perspectiva, os Ovimbundu são povos que consideram Umbundu como a sua língua.

Os Ovimbundu são assim caracterizados pelo facto de apresentarem elementos ou traços comuns, partilhados. Para todos os efeitos, o Ocimbundu é aquele que se identifica com a língua Umbundu e com outros valores identitários Ovimbundu. O Ocimbundu pode ser identificado de várias formas, sendo a mais simples o nome. Por meio do nome podemos identificar um membro do grupo. Podemos, à título de exemplo mencionar os nomes Hossi, Njamba e Ngueve, os quais definem um símbolo de poder e grandeza entre os Ovimbundu.

### **1.5 - Localização geográfica dos Ovimbundu**

Os Ovimbundu ocupam uma vasta região do centro de Angola, estendendo seu domínio da costa Atlântica de Benguela às zonas leste da Província do Bié. Estão repartidos pelas províncias do Huambo, Benguela, Bié, Kwanza Sul, Huíla e Namibe, nas quais formaram várias estruturas políticas desde o período anterior à colonização.

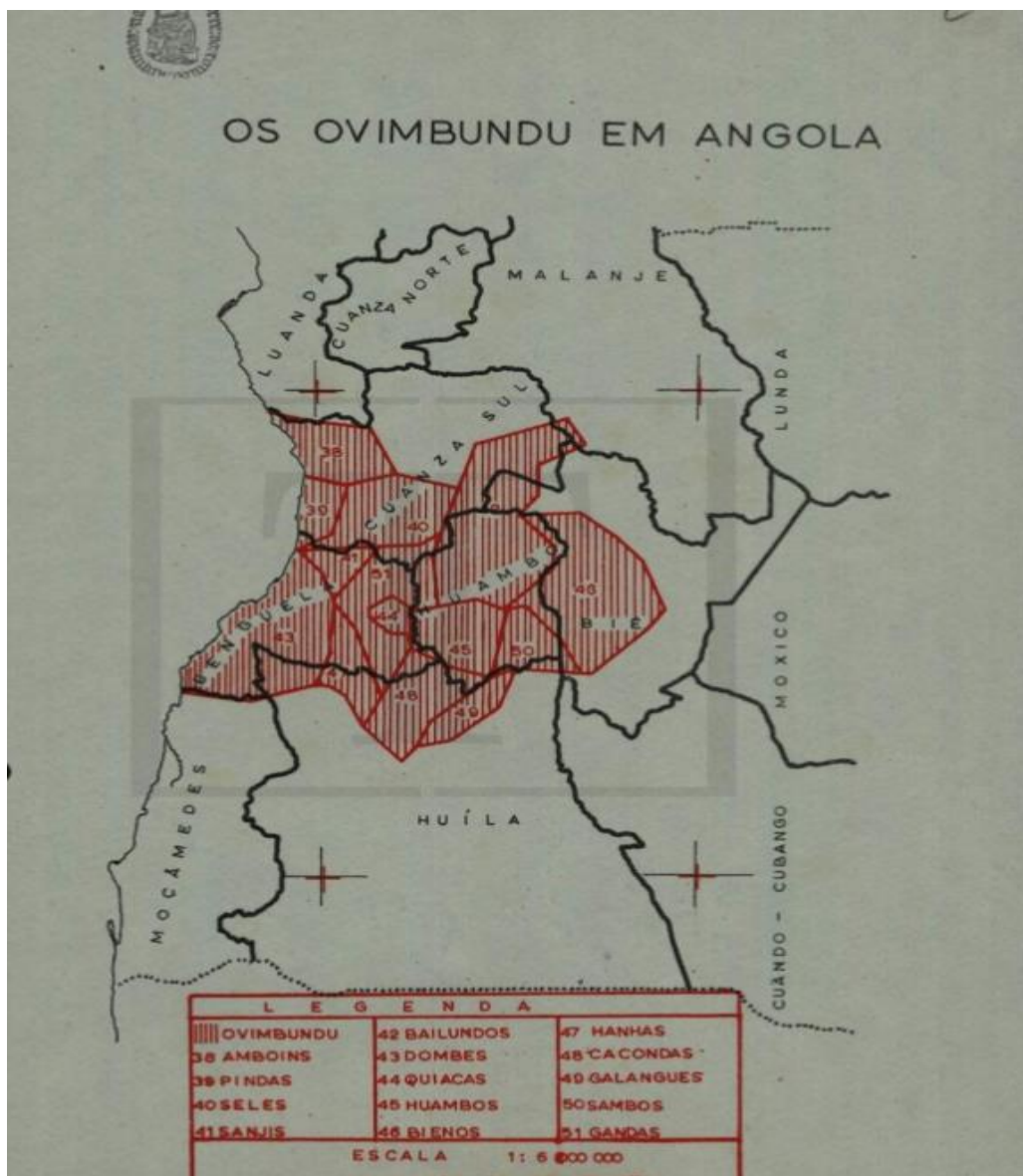
Segundo dados do Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.) (1970) e de acordo com o censo realizado em 1940, o número estimado de membros desse grupo era de **1.331.087** habitantes, dos quais 694.504 eram mulheres e 636.583 eram homens. Antes da realização desse censo populacional, Magyar (1859) já estimava que os Ovimbundu representariam a maior parte da população angolana, apontando os reinos do Bailundu, Viye, Wambu e Ngalangui como os de maior densidade populacional. Este povo é atualmente o mais representativo em Angola, ocupando um terço da população total.

Assim, para os reinos mais populosos, Magyar (1859) estimou a seguinte densidade demográfica:

- Mbalundu (Bailundu): 450 000 habitantes numa área de aproximadamente 5 180 km<sup>2</sup>.
- Viye: 120 000 habitantes numa área total de 2 072 km<sup>2</sup>.

- Wambu: 120 000 habitantes.
- Ciyaka (Tchiyaka): 75 000 habitantes.
- Ngalangui: 250 000 habitantes numa área de 2 590 km<sup>2</sup>.
- Kakonda: 100 000 habitantes numa área de 7 770 km<sup>2</sup>.
- Sambo: 30 000 habitantes numa área total de 310,8 km<sup>2</sup>.
- Ndulu: 40 000 habitantes numa área de 414,4 km<sup>2</sup>.
- O resto da população encontra-se dividida por outros reinos, com número de habitantes relativamente baixos.

Mapa 1: Região onde se formaram os reinos Ovimbundu.



Fonte: A.N.T.T. – Portugal. Código de R. PT/TT/SCCIA/007/0008.

Apesar de terem como centro de ocupação o Planalto Central, região na qual formaram vários Estados, os Ovimbundu actualmente estão disseminados em várias partes de Angola, devido a vários factores. Entre os factores que contribuíram para a disseminação Ovimbundu nas mais variadas províncias de Angola podemos citar as incursões portuguesas na região centro, a guerra civil e a procura de melhores condições de sobrevivência. As guerras de ocupação levadas a cabo pelos portugueses são aqui consideradas como um dos factores que contribuiu para a saída de alguns grupos Ovimbundu, com realce nos reinos afectados pelas guerras coloniais. A guerra civil que envolveu os partidos políticos Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi igualmente determinante para a saída de várias famílias Ovimbundu das suas zonas. O conflito que se prolongou por quase três décadas foi mais intenso no Planalto Central, principalmente nas províncias do Huambo e do Bié. Isso forçou diversas famílias a se deslocarem para zonas que ofereciam relativa segurança e onde o conflito foi menos intenso, como Luanda e Benguela. Os Ovimbundu foram intensamente atingidos pela guerra civil angolana, por conta da ocupação do Planalto Central em particular pela UNITA. Outros factores estão relacionados com a procura de condições favoráveis de sobrevivência. A economia Ovimbundu é essencialmente agrícola e a região do Planalto Central nos últimos anos tem registado secas frequentes, o que tem propiciado a fome e a miséria no seio das famílias, que em consequência disso têm procurado fontes de sobrevivência em outras partes de Angola.

Na visão de Daniel (2002, p. 12), os Ovimbundu espalharam-se em todo o território de Angola, excepto nas regiões dos Bakongo e dos Tchokwe. Este autor aponta como principal factor dessa difusão a guerra civil angolana. Na região sul, os Ovimbundu difundiram-se até ao Alto Cunene segundo nos afirma Milhares (1951).

Deste modo, os reinos Ovimbundu, como já afirmamos, estão repartidos nas províncias do Huambo, Bié, Benguela, Huíla e uma pequena porção do Namibe. As estruturas políticas dos Ovimbundu estão classificadas em reinos independentes e reinos vassálicos que prestam tributo aos seus soberanos.

Assim, segundo dados retirados do A.N.T.T. (1970), entre os mais de 22 reinos Ovimbundu destacam-se os seguintes<sup>2</sup>:

**Reinos soberanos:**

- a) Mbalundu (Bailundo);
- b) Viye;
- c) Wambu;
- d) Sambo;
- e) Kalukembe;
- f) Cingolo (Tchingolo);
- g) Ndulu;
- h) Ngalangi (Ngalangui);
- i) Ciyaka (Tchiyaka);
- j) Civula;
- k) Ekekete;
- l) Kakonda;
- m) Citata (Tchitata).

**Alguns reinos vassalos:**

- a) Sanga;
- b) Cipeyo (Tchipeyo);
- c) Kasonge (Kassongue);
- d) Bongo;
- e) Namba;
- f) Ngalanga;
- g) Elende.

Estes e outros reinos formaram-se a partir de vários subgrupos Ovimbundu. O grupo etnolinguístico Ovimbundu está repartido em diferentes subgrupos, os quais apresentam entre si características antropológicas e socio-culturais comuns, embora alguns deles se distingam dos outros por conta do conservadorismo de elementos ancestrais, como é o caso dos Vahania, Vacihaka e Vacisanji (Gomes, 2016). Lima (1964) e Redinha (1970), ambos

---

<sup>2</sup> A.N.T.T. – Portugal. Código de R. PT/TT/SCCIA/007/0008.

referenciados nos estudos de Gomes (op. cit.), colocam que do ponto de vista da antropologia física esses subgrupos Ovimbundu estão representados na administração territorial de Angola da seguinte forma:

- a) No Kwanza-Sul encontramos três subgrupos que são (no plural Umbundu):
  - Vambwi;
  - Vasele;
  - Vapinda.
- b) Na Província do Huambo encontramos quatro subgrupos:
  - Vasambu;
  - Vambalundu;
  - Vawambu;
  - Vangalangi.
- c) Na Província do Bié encontram-se dois subgrupos, que são:
  - Vaviye;
  - Vandulu.
- d) Na Província da Huíla, os Ovimbundu estão repartidos em quatro subgrupos, a saber:
  - Vakakonda;
  - Vakalukembe;
  - Vacikomba;
  - Vangalangi (repartidos entre Huambo e Huíla).
- e) Na Província do Namibe encontramos os seguintes:
  - Vahanya;
  - Vacisanji.

Importa sublinhar que esta subdivisão dos Ovimbundu toma por critério fundamental as diferenças nas estruturas fisionómicas e nas manifestações culturais. Embora sejam todos considerados Ovimbundu, sobretudo porque partilham a mesma ancestralidade e vários elementos culturais como a língua, têm ainda assim algumas diferenças devido às influências que esses subgrupos receberam de outros povos.

## **1.6 - Identidade Ovimbundu**

Tal como outros povos sudaneses e Bantu, os Ovimbundu reservam para si usos e costumes característicos que os identificam e os distinguem de outros grupos étnicos, embora, como já dissemos, a identidade Ovimbundu hodierna tenha sofrido algumas influências dos povos com os quais se relacionaram. Desde essa perspectiva, os elementos identitários que abordaremos nesse capítulo são alguns daqueles que identificavam os Ovimbundu antes do contacto com os portugueses.

### **1.6.1 - Vida material: vestuário, alimentação e habitação**

Desde muito cedo, os Ovimbundu mostraram preocupação com os cuidados do corpo e os elementos que consideravam ser de conforto. No que concerne aos cuidados do corpo, exploravam vários produtos para o efeito. Diniz (1918), no relatório apresentado à República Portuguesa sobre as populações locais, afirma que os Ovimbundu untavam o corpo com azeite de palma. O autor refere que havia várias formas de tratamento do cabelo entre eles, sendo a mais frequente a feitura de penteados variados entre as mulheres. Algumas mulheres trançavam os seus cabelos e outras usavam torcedores, o que permitia que o cabelo pudesse cair até ao pescoço ou mesmo aos membros superiores. Os homens optavam preferencialmente por usar cabelos curtos, com cortes rentes. Os instrumentos usados para o tratamento do cabelo eram o ferro e outros produzidos localmente pelos Ovimbundu. Alguns desses instrumentos eram usados pelas mulheres na cabeça para enfeites.

Informações do A.N.T.T. referem que as mulheres Ovimbundu vestiam-se de pano (*onanga*). As mais jovens e adolescentes solteiras usavam peças de pano que cobriam o tronco e caíam do sovaco até aos joelhos. Também era comum entre as raparigas de alguns reinos o uso do lenço amarrado ao sovaco para cobrir os seios, enquanto deixavam o resto do tronco nu. Por sua vez, as mulheres casadas usavam dois panos e uma saia, sendo um que partia da cintura e o outro servia para segurar as crianças às costas. Os homens comumente usavam calças, camisas, camisolas, casacos, etc., com modelos semelhantes aos europeus. Entre os Ovimbundu também foram encontrados cobertores de lã que serviam, não só no período nocturno, mas também nas manhãs em tempos de frio. Os sapatos (*oluhaku*) e as missangas eram

igualmente usados pelos Ovimbundu na época pré-colonial. Outro aspecto interessante era a prática da tatuagem em várias partes do corpo.

«No que diz respeito a tatuagem, praticam-na nos rostos, nas costas e no ventre, quer por pequenos cortes, que por pontuados de agulhas embebidas em líquidos negros que se tornam indeléveis» (Diniz, 1918, p. 339).

Quanto à alimentação, este grupo da fala Umbundu tinha uma alimentação tipicamente vegetal, baseada essencialmente nos produtos que colhiam das mais variadas culturas. Entre os vários produtos que eram a base da alimentação dos Ovimbundu na época pré-colonial constituem destaque os seguintes: o pirão ou funge (*iputa*) feito da farinha de milho (*epungo*) e de mandioca (*utombo*); o feijão (*ocipoke* ou *otchipoke*) cozido e temperado com azeite de palma (*ondende*), sal (*omongua*) e outros condimentos; a carne (*ositu*) de vaca (*yo ngombe*), de porco (*yo ngulu*), de cabrito (*yo hombo*) e aquela que resultava da prática da caça (*yoku yeva* ou *yu kongo*); verduras variadas (*olombi*); o peixe (*ombinsi*) que era pescado nos diversos rios do Planalto Central; abóboras (*omutu*) e pepinos (*atila*). Quanto aos tubérculos e raízes são de mencionar a batata doce (*ocitina* ou *otchitina*), a batata rena (*ekapa*), o inhame (*assipi*), o rabanete (*olonamba*), a mandioca (*utombo*), entre outros.

Em relação à bebida, usavam essencialmente a *kissangua* feita de farinha de milho com condimentos próprios, sendo os mais comuns a cana-de-açúcar (*omuengue*), o mel (*owiki*), a batata doce (*ocitina* ou *otchitina*) ou ainda uma raiz típica (*ombundi*). A *kissangua* era conservada na cabaça (*ombendje*), um recipiente que a deixava ainda mais saborosa. Além da *kissangua* usavam também o *kimbombo* feito através da fermentação da farinha de milho, o luco germinado e outros produtos auxiliares.

O bolo consumido era feito da mistura de banana, farinha de milho e outros ingredientes auxiliares, os quais depois de misturados eram postos entre folhas de bananeira e levados ao fogo. Esse bolo é conhecido em Umbundu como *ekende*. No que diz respeito às frutas, o grupo étnico consumia diversos tipos, sendo os mais comuns a banana (*ahondio*), o mamão e outras da tradição Mbundu.

Dados colhidos no A.N.T.T. afirmam que os Ovimbundu já praticavam o cultivo do arroz. Aliás, o termo arroz em português não tem, do ponto de vista fonético, qualquer similaridade com o seu significado em Umbundu. Nesta língua, arroz significa *oluoso* (lê-se *oluosó*). Além do arroz e dos produtos já referidos, existiam vários outros que antes do contacto entre Ovimbundu e portugueses constituíam a cultura agrícola fundamental para fins alimentares e comerciais. Assim, embora alguns dos produtos hoje cultivados pelos Ovimbundu fossem resultado do contacto com os portugueses, é inegável a existência de muitos deles no período pré-colonial. Entre vários podem ser mencionados os seguintes, tal como constatado no referido arquivo:

«As culturas principais são o milho e vários tipos de feijão. As culturas subsidiárias incluem o sorgo, a mandioca, amendoim, cabaças, batata doce, legumes, algum arroz, algodão, cana-de-açúcar e tabaco. Árvores de frutos como mamoeiros, bananeira, nespereira, tangerineira, limoeiro, pessegueiro e macieira são cultivadas» (A.N.T.T., 1970, p. 18).

Os Ovimbundu possuíam técnicas peculiares para a conservação dos seus produtos, principalmente dos cereais (com destaque para o milho). As famílias tinham comumente silos (*osila*), onde armazenavam os seus produtos, com o objetivo de serem consumidos em períodos de seca. A dimensão do cultivo e a quantidade dos produtos a serem conservados nos silos dependiam do agregado familiar. Daí que era fundamental calcular o consumo diário de cada membro e fazer a reserva de acordo com o cálculo. Outra característica peculiar deste grupo etnolinguístico tinha a ver com a prática de culturas agrícolas em zonas com aluvião, isto é, à beira dos rios onde cultivavam durante a estação seca, começando maioritariamente nos meses de Junho, Julho ou Agosto. Essa prática é conhecida em Umbundu como *onaka* ou *olonaka* no plural.

A agricultura era praticada com instrumentos produzidos localmente. Os Ovimbundu eram detentores de indústrias metalúrgicas, com as quais produziam enxadas (*atemo*), facas (*omoko*), manchados (*onjaviti*), armas de fogo, zagaias, flechas e outros instrumentos de uso doméstico. Segundo o relatório da província de Angola apresentado à República Portuguesa em 1918 por Ferreira Diniz (1918, p. 343), entre as indústrias que os Ovimbundu exerciam constituem destaque as metalúrgicas dos Vambalundu, Vaviye, Vawambu, Vasambu e

Vanganda, que fabricavam enxadas, azagaias, anilhas, pulseiras, armas de fogo, etc.

Sobre a habitação, o autor refere que as casas dos Ovimbundu possuíam maior elegância quando comparadas com as de outros grupos étnicos do Norte de Angola. Considera que muitas delas tinham excelentes caídas do teto, possuindo entre três a quatro divisões, com janelas. Eram ainda pintadas com diversas cores de tinta extraída do barro. Essas casas, segundo o autor eram mobiladas, sendo o mobiliário digno de menção o seguinte: a cama feita de madeira, usando colchão de tiras de couro, cadeiras e bancos. Nas casas existiam ainda arcas, painéis de barro, várias colheres de pau e outros bens (op. cit., p. 341). Além das casas particulares das famílias existiam espaços comuns que serviam para diversão, palestras e encontros com carácter educacional. Um desses espaços comuns era o *Onjango* que, segundo a interpretação do autor, é uma estrutura física construída de forma redonda, que simboliza o poder político do reino ou de uma família. O mesmo espaço desempenha uma função transversal. Em anexo consta um Onjango que fotografamos no Reino do Sambo.

Vale sublinhar que as características acima referidas e outras que não mencionamos, nos domínios do vestuário, da habitação e da alimentação, marcaram fundamentalmente a realidade dos Ovimbundu na época pré-colonial e muitas delas são ainda hoje vividas e praticadas no quotidiano da nação de língua Umbundu.

### **1.6.2 - Vida económica**

Os Ovimbundu, tal como já afirmamos, desenvolveram uma economia avançada em vários domínios. Entre elas podemos referir aquelas tradicionais, as quais os caracterizaram desde a desintegração sudanesa e posteriormente a emigração Bantu, cujo ponto de partida, segundo estudos actuais, foi a região de Benoé, na Nigéria. Assim, são apontadas como bases da economia Ovimbundu, a agricultura, a pesca, o comércio, a domesticação de animais, a indústria metalúrgica, a cerâmica e outras que consideramos serem complementares, como a caça e a recollecção de frutas silvestres. Vale lembrar que essas frutas eram optativas, sendo que as de preferência do dia-a-dia eram as colhidas de árvores domésticas.

### 1.6.2.1 - Agricultura

Já afirmamos que os Ovimbundu tinham como principal cultura agrícola o milho *epungu* e o feijão *ocipoke*, que serviam de base para a alimentação. Além de milho e feijão, cultivavam também cevada, aveia, genguba *olongupa*, trigo *otiliku*, mandioca *utombo*, inhame *asipi*, batata *ocitina-ekapa*, rabanete *olonamba*, massambala *ovãsa*, abóbora *omutu* e pepino *atila*. O centeio era também ocasionalmente cultivado e mais tarde o arroz *oluoso*. Existiam três variedades de feijão, segundo as cores: vermelho, branco e preto. Não havia nenhuma tentativa de manter as variedades separadas, pois fertilizavam livremente. As classes mais altas dos Ovimbundu cultivavam um excedente de feijão e milho, que usavam para pagar aos trabalhadores em forma de salários.

O cultivo desses produtos era feito com técnicas próprias, sendo a mais frequente a fertilização dos solos antes e durante o plantio. A técnica de fertilizar o solo através do estrume *otulumo*, feito de capim e de fezes do gado ou de outros animais, é ainda hoje uma estratégia usada por várias comunidades Ovimbundu. Alguns subgrupos preservam essa técnica e as entidades tradicionais locais como os sobas seculares proíbem o uso de fertilizantes químicos, alegando os danos que podem causar ao solo. Os Kalukembe (va Kalukembe) e parte dos Kakonda (va Kakonda) são alguns exemplos que podem ser citados.

As terras de cultivo eram maioritariamente distribuídas por famílias. A produção resultante da terra de uma família era de consumo particular. Por isso, cada família possuía uma reserva da produção conservada nos silos *osila*, que servia para o seu sustento durante o ano. Além das terras de cultivos particulares, várias comunidades possuíam terras ou lavras colectivas, que pertenciam ao conjunto. Essas lavras eram controladas pelas entidades políticas e serviam para o consumo colectivo e para apoiar as famílias com necessidades causadas por más colheitas. Os Ovimbundu apresentavam características de solidariedade bastante peculiares, que permitiam que os mais necessitados fossem apoiados pelos mais abastados *ohuasi*.

Em época da estação seca, aproveitavam as terras húmidas e o aluvião das terras ribeirinhas para o cultivo de várias culturas. Essa cultura singular dos

Ovimbundu é conhecida nesse grupo como *onaka* ou *olonaka* no plural, tal como dissemos nas páginas anteriores.

Existiam várias formas de transformar os cereais, tubérculos e raízes para serem consumidos. Com o milho preparava-se a farinha que servia para o pirão ou funge; a kissangua (bebida típica); a *asola* que era o milho polvilhado em água ao qual se juntava o feijão e que era cozinhado desde o início da manhã até ao pôr do sol em fogo lento; o bolo *ekende* feito da farinha de milho e banana, etc.

Existiam cinco variedades de mandioca que se assemelhavam em aparência, mas os Ovimbundu distinguiam as plantas e reservavam para cada uma o que consideravam ser a preparação adequada. O método variava consoante as variedades de mandioca doce e amarga. As mandiocas amargas podiam ser colocadas de molho em um córrego por três ou quatro dias antes de serem assadas no fogo, após o que podiam ser consumidas sem perigo. Em alternativa, as raízes podiam ser secas ao sol e depois trituradas em farinha, que era espalhada em água a ferver para formar o funge. O nome Umbundu para esta preparação é *iputa viutombo*, que significa "pirão de mandioca".

As folhas de *olungunga* não eram embebidos em água. Pelo contrário, podiam ser cozinhadas assim que fossem colhidas, mas não deviam ser comidas enquanto estivessem quentes. Não havia perigo em comê-las depois de cozidas e arrefecidas. As folhas eram servidas com sal ou gordura. Os Mbundu aproveitavam e ainda aproveitam as folhas da mandioqueira (*efuanga*) para fervê-las e servir como acompanhantes do pirão. Além dela, outras várias folhas serviam para o mesmo efeito, como é o caso das de abóbora, do pepino, da batata doce, etc.

Segundo Hambly (1934), a mandioca era consumida o ano todo, mas a maior quantidade era consumida em novembro e dezembro, período em que o milho ainda não estava maduro e os estoques diminuía. A batata-doce era abundante durante todo o ano, com exceção dos meses de novembro e dezembro. Eram colocadas na panela, sem retirar a pele, e fervidas por um período de vinte ou trinta minutos. Depois de descascadas eram comidas.

Na propagação da mandioca, um caule era cortado da planta-mãe que tem cerca de três pés de altura. Mas, provavelmente eram necessários dois ou três anos

antes que os tubérculos fossem considerados grandes o suficiente para uso. Batatas doces eram plantadas em janeiro, mas havia muito pouco desse alimento disponível em fevereiro e março (Ibidem).

#### **1.6.2.2 - Pesca**

O peixe fez parte desde muito cedo da dieta alimentar do grupo da língua Umbundu. Esses povos criaram técnicas que facilitavam a atividade da pesca. Entre elas constituem realce a técnica de envenenamento do peixe, a poluição das águas dos rios, o lançamento de redes ou cestas (*ocengo* ou *otchengo*) e o uso de anzóis (*onjolo*). Diniz (op. cit., p. 343) refere que os Ovimbundu utilizavam, além das técnicas já mencionadas, canoas feitas de madeira. O uso da canoa (*bimba*) destacou-se em grandes proporções entre os Ovimbundu do Kwanza Sul e de Benguela.

O procedimento de envenenamento era comumente usado por mulheres. Esse método consistia na utilização de uma planta chamada *kalembe*, a qual após ser preparada era lançada ao rio e deixava o peixe atordoado pelo que facilmente era apanhado. Esse método era mais usado na estação seca quando os caudais dos rios estivessem baixos. Vale dizer que esse veneno não trazia prejuízos aos humanos.

Para envenenar os peixes, eram utilizadas raízes tuberosas, que eram embebidas em água até que uma espuma subisse à superfície. A parte sólida do veneno não era utilizada porque afundaria os peixes que a comessem. Portanto, apenas a escória dessa infusão venenosa era jogada na água. Os peixes afetados pelo veneno permaneciam à superfície, ao que eram apreendidos pelas mulheres que os transferiam para cabaças ou cestos usados ao redor de seus pescoços (Rawson, op. cit.).

Outra técnica usada particularmente pelas mulheres consistia em manter as cestas no fundo dos riachos, seguindo o curso do rio. A água era enturvalhada na margem superior do rio e isso deixava os peixes sem uma visão clara, o que fazia com que fossem até às cestas. Os homens usavam majoritariamente redes

e anzóis *onjolo* e a pesca masculina ocorria frequentemente nas estações chuvosas.

É importante observar que quando se programava a pesca para o dia seguinte, os casais evitavam pernoitar juntos na mesma cama, pois acreditavam que isso permitiria que tivessem êxito. Rawson (1929), refere que o marido e a mulher não podiam dormir juntos na noite anterior à pesca, pois acreditava-se que isso faria com que os peixes macho e fêmea ficassem juntos no fundo do rio. A linha de pesca consistia numa casca de árvore verde e dura que era cortada em faixas cujo comprimento dependia da altura da margem do rio. Um buraco era perfurado através do corpo de um gafanhoto, um verme ou uma larva tirado debaixo da casca de uma árvore. Através deste buraco era passado um pedaço de grama curto e duro com cerca de meia polegada de comprimento, ao qual a linha estava ligada. O peixe era pescado quando a travessa de capim pontiagudo se enfiava na sua garganta. Na atualidade, quando o pescador joga a linha ele canta: "O peixe vem pegar sua coisa boa. Não mande o peixinho estragar a coisa boa. Melhor você vir e pegar a coisa boa com todas as suas forças".

### **1.6.2.3 - Domesticação de animais**

A pastorícia constituía uma das bases de sobrevivência dos Ovimbundu. Já referimos que os Ovimbundu desintegraram-se em dois ramos principais, os Vambuelo e os Vanano e com essa divisão emergiram os parentescos patrilinear e matrilinear. Essas diferenças estavam também representadas nos sistemas económicos de ambos os grupos, pois uns davam primazia à agricultura e os outros à criação de animais. Apesar dessa diferença, ambos os ramos praticavam a agricultura e a pastorícia, embora cada um desse primazia ao que mais parecia favorável.

Os animais domésticos eram para os Ovimbundu títulos de riqueza. Quanto maior a quantidade de animais domésticos maior o prestígio na comunidade, na aldeia ou no reino. Para os Ovimbundu pré-coloniais ser rico significava possuir enormes quantidades de gado, maiores terras, maior produção agrícola, etc.

Os principais animais domesticados pelos Ovimbundu foram: o boi (*ongombe*), o porco (*ongulo*), o cabrito (*ohombo*), a galinha (*osanji*), o cão (*ombua*), a ovelha (*omeme*), o coelho (*ondimba*) e outros de estatura mais pequena. Quanto ao

gado bovino, embora a sua domesticação fosse generalizada entre os Ovimbundu, a sua criação em maior escala registou-se entre os Nganda, os Hanha e os Quilengues, localizados nas províncias de Benguela e Namibe. Os planálticos centrais criavam principalmente o gado suíno e caprino (Diniz, op. cit., p. 343).

Entre os animais mencionados, o boi era o de maior relevância e desempenhava um papel extremamente importante na economia dos Ovimbundu. Diferente de outros povos que utilizavam o cavalo e o burro para transporte e outros fins, entre os Ovimbundu utilizava-se o boi. Tal como eram divididos os trabalhos humanos de acordo com o género e a idade, os serviços prestados pelo gado bovino também eram diferentes. Queremos com isso dizer que a utilização da vaca nos serviços humanos era diferente do touro.

O boi entre os Ovimbundu era usado para o transporte de grandes quantidades de produtos, resultantes da prática da agricultura, ou de outros bens não comestíveis, como pedras, madeira, entre outros. Os bois eram utilizados com o apoio de um carro de madeira ou ainda de um tronco de madeira que era arrastado. Era também usado para puxar o arado, através da montagem de um instrumento feito de madeira (*okanga*) introduzido na parte do pescoço e do cupim, que permitia arrastar a charrua, usando desse modo, uma corrente de metal ligada ao instrumento de madeira. Existia uma idade específica para o boi iniciar esse trabalho. Um dos métodos preliminares usados para que o boi não fosse agressivo durante o uso do arado era a castração do mesmo. As instruções dadas ao boi incluíam o assobio (*ñuala* para virar) e outros que eram elementos indispensáveis para que se tornasse obediente ao homem quando fosse colocado no arado.

As fêmeas eram usadas para trabalhos mais leves e os machos para os mais pesados, como desbravar a terra, transportes com carroças, etc. As vacas e as cabras não eram ordenhadas e além disso o boi somente era morto em momentos e condições específicas, como em grandes festas e funerais de ricos. Comumente os animais mortos eram aqueles que apresentavam debilidades físicas, como doenças e emagrecimento. Raramente um boi gordo e saudável era morto, devido à sua importância na agricultura e nos transportes. Após o abate do boi, a pele era exposta ao sol durante dois ou mais dias, seguidamente

embebida em água durante o mesmo período e era usada para fazer bolsas, sacolas para transportes de produtos agrícolas, acentos ou banquetas, batuques, etc.

O pastoreio era feito de forma diferenciada, dependendo do subgrupo. Os Wambu ou Vawambu, Vambalundu e Vasambu tinham uma forma de pastoreio baseada na colectividade. Eles estabeleciam um ciclo semanal com a duração de um ou dois anos, que definia a responsabilidade de cada um dos seus membros para cuidar do rebanho da comunidade. Todos os possuidores de gado eram integrados nesse ciclo. Esse critério estabelecia que a comunidade deveria unir o gado e cada um tinha a responsabilidade de cuidar do rebanho da colectividade durante uma semana e terminado esse tempo a responsabilidade passava para outro indivíduo, até terminar o ciclo (renovável) de um ou dois anos.

Se por um lado, o gado bovino era possuído por uma minoria, o mesmo não se pode dizer acerca de outros animais, como o porco, o cabrito, a galinha e o cão. Hambly (op. cit.) refere que as cabras eram mais comuns do que qualquer outro animal. Existiam poucas ou nenhuma famílias que não possuíam uma ou mais cabras. Esses animais não eram alimentados, pois as cabras são capazes de existir em quase qualquer tipo de vegetação. As cabras também não eram ordenhadas. As crias nasciam em qualquer época do ano e os machos jovens eram castrados. As peles eram usadas para fazer sacolas. A cabra era o animal mais utilizado em rituais de sacrifício. O pelo da cabra era usado para fazer um enfeite chamado *osala*, usado por curandeiros.

A ovelha era considerada inadequada para sacrifícios, porque não faz barulho quando é morta. As ovelhas predominantes entre os Ovimbundu eram as da raça síria, de cauda longa. Como as cabras, as ovelhas não eram objecto de cuidados. Elas encontravam seu próprio pasto e água e, ao fazê-lo, podiam vagar por uma distância considerável, embora sempre voltassem para a aldeia ao pôr do sol. Os machos não eram castrados. As ovelhas não eram mantidas com tanta frequência quanto as cabras e os porcos. A pele das ovelhas era usada para fazer bolsas.

#### **1.6.2.4 - Comércio**

O comércio foi para os Ovimbundu pré-coloniais uma das principais actividades económicas, depois da agricultura que, como já afirmamos, era o fulcro da sobrevivência desses povos. Grande parte dos bens agrícolas e industriais produzidos pelos Ovimbundu eram comercializados em caravanas de grandes distâncias. Havia igualmente o comércio que era feito entre os reinos locais e outros reinos vizinhos, baseado essencialmente na troca de produtos feitos localmente.

Além das trocas internas feitas entre chefaturas locais, o comércio das caravanas Ovimbundu se estendia até regiões muito distantes. De acordo com detalhes obtidos através do Museu de História Natural de Chicago (EUA) e descritos por Hambly (1934), o comércio dos Ovimbundu estendia-se até à antiga Tanganica (actual Tanzânia) e no interior da actual Angola atingia os reinos do Ndongo e do Kongo. O autor refere que nesse processo de trocas comerciais vários nomes de chefes do Tanganica e dos Ambundu foram assimilados pelos Ovimbundu.

Outros dados importantes sobre as caravanas comerciais dos Ovimbundu são apontados em fontes do A.N.T.T., onde é referido que o comércio Ovimbundu era feito internamente e externamente, chegando a atingir zonas mais longínquas como a região dos Grandes Lagos.

«Assim se iniciou um período de grande desenvolvimento comercial entre os Ovimbundu, sendo os produtos principais o marfim, a cera, e no terceiro quartel do século XIX, a borracha. As caravanas comerciais dos Ovimbundu (sob os nomes de Mambari, Riheans, Bailundus ou Mbundus) tornaram-se conhecidas através do território limitado pelo rio Congo, os Grandes Lagos e o deserto de Kalahari» (A.N.T.T., 1970, p. 14).

As fontes acima citadas convergem ao referir que os Ovimbundu pré-coloniais associavam às actividades comerciais rituais de feitiçaria antes da partida das caravanas para as regiões de destino. Ambas as fontes indicam que as caravanas comerciais tinham chefes profissionais e antes da sua partida realizava-se um ritual feito por um feiticeiro e pelo chefe tribal. A cerimónia procedia da seguinte forma: o curandeiro e o chefe da aldeia executavam o rito que consistia em retirar de uma caixa a cabeça de um antigo chefe, costurada

em couro de boi. Em seguida era sacrificado um animal para que o sangue pudesse ser usado para aspersão na cabeça do chefe. Em algumas ocasiões deste tipo a cabeça era costurada num novo pedaço de couro de boi. Seguidamente era feito um apelo direto à cabeça preservada pelo chefe reinante, pedindo-se boa sorte na jornada dos comerciantes.

As caravanas eram acompanhadas por curandeiros que levavam consigo uma figura feminina de madeira decorada com penas. Quando uma bifurcação de caminhos desse origem a dúvidas quanto ao percurso a seguir, a figura de madeira era consultada pelo curandeiro (Hambly, 1934).

O marfim, a cera e a borracha constituíam produtos centrais que os Ovimbundu comercializavam em grandes mercados de longas distâncias, como aqueles que já referimos. Importa sublinhar que as trocas comerciais entre os Ovimbundu e os portugueses incluíam escravos, retirados do interior e várias vezes com a cumplicidade das chefaturas locais. Aos reinos vizinhos de línguas diferentes, como os Nganguela e os Tchokwe comercializavam produtos da indústria metalúrgica e da tecelagem. Localmente, entre os Ovimbundu eram comercializados maioritariamente produtos alimentares. Os planálticos forneciam vários produtos agrícolas. A permuta era feita de acordo com os produtos existentes em cada região: os produtores de sal, vendiam o sal; os produtores de óleo de palma, comercializavam óleo de palma; os produtores de milho, feijão, batata, mandioca, mel, carne, etc., vendiam esses produtos. As trocas comerciais endógenas e exógenas eram feitas com base em acordos mútuos entre os reinos. As caravanas só podiam passar por outros reinos através desses acordos. No início, esses acordos foram aparentemente funcionais entre todos os reinos Ovimbundu, mas mais tarde começaram a deteriorar-se, o que levou muitos destes reinos a entrarem em conflitos (Ibidem).

O marfim era, entre outros, o produto mais procurado e comercializado nos maiores mercados. Esse facto levou a uma procura intensa por elefantes na região do Planalto Central, cujo início ocorreu antes da formação política de alguns dos Estados mais destacados dos Ovimbundu. É nesse sentido que alguns Estados locais foram fundados por chefes caçadores de elefantes. Foram os casos de Wambu Kalunga (o caçador de elefante), ancestral do qual

descendem os fundadores do Reino do Wambu e de Viye (outro caçador de elefantes), do qual surgiu o Reino Viye.

As actividades comerciais dos Ovimbundu embora se prolongassem até à chegada dos portugueses, começaram a entrar em decadência devido a vários factores, sendo o mais determinante a ocupação militar do Bailundu pelos portugueses, em 1902, e de Viye. Com a tomada do Reino do Bailundu, as actividades comerciais dos outros reinos da fala Umbundu começaram também a declinar, já que muitos deles dependiam dos Bailundus.

Entre as causas determinantes do colapso do comércio dos Ovimbundu podem ser mencionadas (tal como referenciadas pelo A.N.T.T.) as seguintes:

- a) A ocupação militar do Reino do Bailundu e de todos os reinos Ovimbundu pelos portugueses;
- b) A construção do caminho-de-ferro de Benguela que conduziu à estagnação das caravanas comerciais;
- c) A fome e a miséria dos povos Nganguela;
- d) O desaparecimento da comercialização ilícita dos escravos.

#### **1.6.2.5 - Ferragem e cerâmica**

Entre as diversas ocupações Ovimbundu, a profissão de ferreiro constituía uma das mais importantes, a qual era revestida de alguma sacralidade, sendo objecto de um ritual específico. A profissionalização do ferreiro exigia uma formação específica, passando pelo estágio e posteriormente o aluno, que deveria ser maior de dezoito anos, era qualificado e aprovado após passar por um ritual que envolvia elementos associados às ancestralidades locais. Só podiam candidatar-se à essa profissão aqueles que completassem dezoito anos de idade e o ciclo de formação durava em média dois anos, com o acompanhamento de um orientador. Feito o exame, o primeiro instrumento dado ao novo profissional era o martelo pesado (*onjundu*), que servia como símbolo da sua profissão.

Informações colhidas no A.N.T.T. dão conta de que antes do início do treinamento eram exigidos do candidato dois galos, duas galinhas, um cão e uma cabra. Esses animais eram mortos e deles se retirava o sangue com o qual se borrifava os instrumentos que eram utilizados para instruir o aluno. A carne

desses animais era consumida pelos habitantes da aldeia em festas específicas que abrangiam um grande número de pessoas da comunidade. Durante a cerimónia, o candidato se mantinha em pé e no final era-lhe pedido para escolher ou definir o seu novo nome profissional.

Durante a cerimônia, e também durante a festa, o candidato ficava na bigorna. Permanecia lá até que o mestre dissesse: "você pode falar e nos dizer o nome que você quer". Comumente os novos ferreiros diziam: eu sou Ndumbu. Anunciado o nome por ele próprio, a multidão que assistia à cerimónia batia palmas e fazia um trinando com os dedos na boca aberta. O novo ferreiro saía da bigorna; ele se tornara um profissional.

Os ferreiros eram livres para casar sem outras restrições do que aquelas impostas pelo sistema classificatório de relações. Segundo Hambly (1934), os principais produtos da forja eram as cabeças de machado, que podiam ser invertidas no eixo para formarem enxós. Lâminas de enxada, ferramentas para fazer tapetes, pulseiras de latão, facas e instrumentos para arrancar o miolo de cabaças ou fazer a escavação de tambores, eram igualmente produzidos. As pontas de seta constituíam outra manufatura importante. O ferreiro fazia lâminas de serra de 47 cm de comprimento, com aros de ferro. Os dentes da serra eram girados alternadamente para a direita e a esquerda e a lâmina serrilhada era inserida grosseiramente em madeira. Outro produto da forja era uma ferramenta de ferro com cabo de madeira.

A cerâmica era essencialmente uma ocupação das mulheres, que fabricavam vários instrumentos entre os quais constituem destaque os fabricados através do barro e da argila, como panelas e vasos. Outros instrumentos envolviam os cestos e as esteiras, que, ao contrário dos primeiros que eram produzidos pelas mulheres eram feitos por homens. Com o couro fabricavam-se cintos de cabedal, bolsas, bancos, etc.

A madeira era para os Ovimbundu um material que servia para a fabricação de vários instrumentos e objectos. São de destacar os seguintes: portas, janelas, caixilhos, camas, caixões, mesas, cadeiras, almofarizes, pilões, manivelas de moer, cabos para vários instrumentos, bancos, utensílios domésticos, imagens esculpidas, batuques e outros instrumentos musicais, canoas, etc. (A.N.T.T.).

## **CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS REINOS OVIMBUNDU**

A emergência política e social dos reinos Ovimbundu foi, do ponto de vista cronológico, coincidente com o período da expansão portuguesa, embora tal expansão se concentrasse nos primeiros séculos principalmente nas zonas litorâneas. Foi, porém, nos séculos XVIII e XIX que a evolução política, social e económica desses reinos atingiu o ponto mais alto, coincidindo igualmente com a fase de penetração e posterior ocupação efectiva do interior do continente africano por Portugal e outros Estados europeus.

Tal como já referimos no capítulo anterior, o surgimento dos reinos Ovimbundu esteve intimamente relacionado com os indivíduos que se destacaram na prática da caça, as famílias (principalmente os chefes de família) e também as condições climatéricas das regiões em que se formaram os mesmos reinos, visto que as principais fontes de sobrevivência eram sobretudo a agricultura e a criação de animais, não descartando as outras actividades mencionadas, como a pesca, a caça, o comércio, a ferragem, etc. (Gomes, 2016).

Neste capítulo, a nossa abordagem usa preferencialmente fontes orais. Porém, não descartamos por completo as fontes escritas, sejam elas com uma visão eurocêntrica ou afrocêntrica. A nossa intenção consiste em fazer uma abordagem essencialmente a partir de dentro, sobretudo das fontes orais.

Os reinos Ovimbundu, que seriam mais de 22, eram categorizados como soberanos e vassallos. As suas formações políticas não ocorreram simultaneamente. Alguns reinos surgiram através das influências que receberam de outros já existentes. A emergência de alguns reinos (vassallos) resultou em grande medida da dissociação das estruturas às quais pertenciam e uma das razões mais predominantes foram os conflitos entre os membros das

aristocracias e a caça de animais de grande porte, principalmente elefantes. Desde este ponto de vista, cronologicamente alguns são mais antigos e outros mais recentes.

Como já afirmamos, os reinos Ovimbundu estão classificados em soberanos e dependentes. Eram considerados reinos soberanos os seguintes: Mbalundu (Bailundo), Viye, Wambu, Sambo, Kalukembe, Cingolo (Tchingolo), Ndulu, Ngalangi (Ngalangui), Ciyaka (Tchiyaka), Civula, Ekekete, Kakonda e Citata (Tchitata). Alguns dos que não gozavam a soberania eram: Bongo, Ngalanga, Elende, Kasonge (Kassongue), Namba, Cipeyo (Tchipeyo), Tchitue e Sanga.

Entre os mais de 22 Estados Ovimbundu, se destacaram os de Mbalundu (Bailundo), Viye, Wambu, Ngalangi (Ngalangui), Ndulo, Sambo, Ciyaka (Tchiyaka), Cingolo (Tchingolo) e Kakonda. A seguir descreveremos alguns dos reinos Ovimbundu que se envolveram na luta contra a ocupação colonial portuguesa.

## **2.1 - Reino do Bailundo “*Ombala yo Mbalundu*”**

O Reino do Bailundo, designado na língua Umbundu de *Ombala yo Mbalundu* ou *Ofeka yo Mbalundu*, é uma das principais entidades na África Central, que conserva a sua organização política, social e cultural baseada nos costumes africanos. Localizado no município com o mesmo nome (Bailundo), província do Huambo, o reino é tido como o centro da cultura Ovimbundu porque conserva a cultura e a identidade das populações do Planalto Central de Angola. É também considerado como o centro político de várias entidades tradicionais dos Ovimbundu de Angola. Seu destaque não está apenas na preservação da identidade do povo Ovimbundu, que por sinal é considerado como o maior entre os vários de matriz Bantu que preenchem o actual território de Angola, mas sobretudo por ter protagonizado várias lutas contra a ocupação colonial portuguesa, como veremos no próximo capítulo. As instituições do reino estão atreladas fundamentalmente ao sistema consuetudinário, o que possibilita a compreensão do passado africano e especialmente dos Ovimbundu. O Reino do Bailundo representa, neste sentido, o lugar de conservação da memória colectiva dos povos da fala Umbundu.

### **2.1.1 - Origem e formação político-social do Bailundo**

A formação do Reino do Bailundo enquanto entidade política bem estruturada esteve intimamente relacionada com as influências de indivíduos provenientes de Seles, na actual Província do Kwanza Sul, em conjunto com as populações pré-existentes nas regiões onde se veio a fundar o reino. Antes da fundação do reino havia na região comunidades hierarquizadas. Aliás, a formação política e social do Reino do Bailundo resultou directamente do domínio que o seu fundador adquiriu sobre as comunidades pré-existentes na região.

Queremos com isso dizer que antes da fundação do Reino do Bailundo já existiam nas zonas próximas à Halavala algumas aldeias com sistemas políticos, sociais, culturais e económicos próprios, sendo que todas elas gozavam total soberania e comumente eram lideradas por chefes de famílias. Estudos feitos por Sungo (2015, p. 72), Childs (1970) e Sanjukila (1997) mostram que eram no total 5 aldeias, que apesar de não possuírem estruturas políticas muito sólidas regiam-se através dos seus costumes. A unificação política dessas aldeias se deu quando dois caçadores (pai e filho) se fixaram numa delas. Tratavam-se de Sokasanje (pai de Katiavala) e do próprio Katiavala, que se fixaram na aldeia de Ngonga (Sanjukila, 1997). Após terem se fixado nessa aldeia, Sokasanje criou propriedades, onde tinha várias cabeças de gado. A mesma fonte indica que, dada a dimensão da propriedade que o pai possuía, Katiavala tornou-se, contra a sua vontade, pastor do gado do pai juntamente com seu amigo, que várias vezes aparece na tradição oral como Ndalo.

Como já afirmamos no primeiro capítulo, as estruturas políticas e sociais Ovimbundu formaram-se, em grande parte, por intermédio de indivíduos que praticavam a caça de grande porte e que perseguindo os animais acabavam por fixar-se em locais nos quais se deu o ponto de partida para a emergência dos reinos. A formação do Bailundo está intrinsecamente ligada a essa prática.

A tradição oral refere que a convivência pacífica entre Sokasanje, citado várias vezes com o nome de Kaluweluwe Ngombe, e Katiavala deteriorou-se após a descoberta da causa da morte do gado bovino. Katiavala tinha o hábito de matar o gado de seu pai através de um método que até então era desconhecido do seu pai. Matava o gado bovino introduzindo uma vara no ânus do animal, provocando

assim a morte do mesmo<sup>3</sup>. Embora tal acto constituísse motivo de felicidade para a comunidade consumidora de carne, ao mesmo tempo provocava um sentimento de ira e descontentamento por parte de Sokasanje, pai de Katiavala. Não sabendo os reais motivos da elevada morte de seu gado, Sokasanje viria a descobrir através de um espião que o contou que era seu filho que matava o gado. Tal facto provocou um clima de tensão e de hostilidade entre ambos, o que levou à fuga de Katiavala, inicialmente para as zonas montanhosas do Sambo e mais tarde procurou se instalar em Halavala.

A tradição oral aponta para uma figura chamada Mbulu e/ou Tchingala, que Katiavala encontrara em Halavala, onde existia uma relativa organização política e social, mas sem legitimidade de poderes sobre as outras aldeias. Mbulu foi um dos primeiros líderes de Halavala, antes da fundação do reino e a sua relação com Katiavala começou quando este foi expulso pelos seus pais. Além das figuras já mencionadas, que já eram detentoras de poderes políticos em suas aldeias em forma de sobados, são também apontados Ndalú e Tchivila como chefes da circunscrição e que antecederam Katiavala (Gomes, 2016).

Estudos feitos por Sungo referem que aparecem nas fontes escritas cinco nomes de indivíduos originários da actual província do Kwanza Sul, os quais estão relacionados com as formações políticas das comunidades algures da região do Bailundo, a saber: *Ngombe-Ya-Chitungo*, *Katiavala (filho)*, *Sakassanji* e *Njokila (seus cunhados)* e *Kaluelue* (Sungo, 1997). Seja como for, podemos admitir com bases nas fontes orais e escritas que antes de Katiavala ter fundado o reino já havia indivíduos que se notabilizaram na região e que os nomes de vários deles não aparecem na memória colectiva.

As investigações de Sanjukila (1997, pp. 10-11) realizadas a partir da tradição oral referem que as populações precedentes a Katiavala desconheciam as estruturas baseadas em reinos e ombalas e se organizavam por intermédio dos patriarcas de famílias, que mantinham a ordem na comunidade. Para nós, essa ideia pode ser refutada, pois nos parece paradoxal por admitir a existência de pequenos chefes detentores de alguns poderes sobre a colectividade. Se existiam chefes nas comunidades, então existiam sociedades hierarquizadas

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por João Kawengo, soba da Ombala de Tchilume, afecta ao reino Mbalundu.

política e socialmente, o que nos leva a pensar que as estruturas introduzidas por Katiavala foram herdadas dos sobados anteriores a ele, embora ele fosse o primeiro a estender o seu poder sobre todas as aldeias da região do actual Bailundo.

Katiavala manteve relações amigáveis com Mbulu, embora essa amizade viesse rapidamente a deteriorar-se por conta das oferendas de carne. Dado que a principal fonte de obtenção de carne em Halavala era a caça ocorreu que um certo dia, quando os homens planeavam a caça conjunta deixando a aldeia com um número menor de homens, Katiavala aproveitou-se da ocasião fazendo disparos com a sua arma kanhangulo, até então desconhecida pelas comunidades locais. Dado que as casas eram na sua maioria feitas com cobertura de capim, Katiavala, tendo subido à montanha Halavala, ateou fogo nelas, o que suscitou um sentimento de terror e temor nos habitantes da aldeia. Depois de terem se apercebido do que acontecera na aldeia, os caçadores regressaram rapidamente para enfrentá-lo. Foi nessa circunstância que Katiavala lançou os segundos disparos do seu kanhangulo. Esse instrumento metalúrgico era desconhecido na aldeia, pois ninguém usara antes dele nessa comunidade. A letalidade do kanhangulo fez com que os habitantes entrassem em dispersão e fuga, obrigando que todos prestassem obediência a Katiavala (João Kawengo)<sup>4</sup>.

Ora, esse momento de Katiavala nos permite pensar em vários elementos basilares da formação do Reino Bailundo:

- a) Primeiro, Katiavala retirou os poderes dos chefes locais e os tomou para si, na medida em que os anteriores chefes tornaram-se subalternos. Começou então uma monarquia;
- b) Segundo, as anteriores aldeias tornaram-se unificadas e formaram um só corpo político. Daí a razão pela qual a fundação do Reino do Bailundo é atribuída a Katiavala Bwila;
- c) Terceiro, foi este o marco inicial da centralização do poder no Reino do Bailundo;

---

<sup>4</sup> Soba da Ombala Tchilume.

- d) Quarto, o temor aos soberanos *soma inene* e com algum sentimento de culto e veneração. Introduziu-se o culto dos crânios *akokotos* dos soberanos do reino.

É importante observar que apesar de Katiavala ter introduzido uma estrutura política mais sólida e unificada, ele não trouxe todos os fundamentos de organização política, social e cultural para a região. Alguns desses fundamentos estruturais já existiam nas aldeias pré-existentes chefiadas por indivíduos de destaque, cujo critério de chefia era a idade, e com hábitos e costumes próprios. Porém, foi Katiavala quem deu início a uma estrutura política e social mais sólida, que caracteriza até aos dias hodiernos o Reino do Bailundo. Uma das vantagens que determinou a politização de um Estado unificado a favor de Katiavala foi fundamentalmente a espingarda (*kanhangulo*), que ele possuía. Além das aldeias de língua Umbundu, este novo soberano estendeu também o seu poder aos povos do norte do rio Kwanza, que não eram falantes da mesma língua (Childs, 1970).

Para iniciar a sua soberania, Katiavala ordenou cavar um buraco e pediu que introduzissem nele a cabeça de um galo, a cabeça de um boi, a cabeça de um porco, a cabeça de um cabrito, a cabeça de um cão e, em conjunto com essas, a cabeça de um homem. Quanto à cabeça do homem, ordenou que se apanhasse um homem *ulika*, alguém que estivesse a andar algures de forma isolada. Postas todas as cabeças no buraco, foi plantada sobre o mesmo uma árvore conhecida entre os Ovimbundu de *Olumbi*, de modo a simbolizar aquele acto histórico (Kawengo, 2023).

### **2.1.2 - Origem do nome Mbalundu**

É fundamental esclarecer que nas fases anteriores ao reinado de Katiavala, o nome Mbalundu não se referia a uma instituição política ou social. O espaço onde é actualmente o palácio e a sede do reino era chamado de Halavala, um dos locais onde se encontrava uma das micro chefaturas precedentes a Katiavala. O topónimo Mbalundu apareceu após alguns anos, quando o reino já demonstrava um nível crescente de organização política, social e cultural. Anteriormente, o nome Mbalundu era usado essencialmente para designar o sinal em forma de riscos que eram encontradas em *onete*, que são toupeiras raras. Os antecessores de Katiavala, incluindo Mbulu e Tchingala imitavam o

mesmo sinal, desenhando-o nas partes da testa até ao nariz. Este sinal simbolizava um costume dos antigos habitantes de Halavala. Dada a relevância e profundidade que esse costume tinha na aldeia, o seu sentido foi eternizado no nome do reino. Esses costumes não eram dissociados das condições geográficas da região, conhecidas em Umbundu de *alundu* formando o topónimo *Ombala ya lundu*<sup>5</sup>, aportuguesado para Bailundo.

Desde essa perspectiva, podemos conferir que o nome Mbalundu foi herdado directamente dos costumes dos anteriores habitantes de Halavala, o que nos permite pensar que Katiavala fundou o reino através da fusão dos elementos políticos, sociais e culturais locais com aqueles trazidos por ele próprio.

Segundo Simões (2011), a circunscrição foi rebatizada com o nome de Mbalundu por ocasião da construção do Onjango, quando uma toupeira foi apanhada e a mesma apresentava sinais na cabeça que designavam de Mbalundu. O Onjango é uma instituição social e comunitária com funções transversais, desde políticas, culturais, educacionais e sociais, que caracteriza principalmente os Ovimbundu Vanano (Malumbu, 2005).

Além desta versão, que é a mais próxima da origem do nome Mbalundu<sup>6</sup> e a mais referenciada pelas tradições oral e escrita, existe outra referenciada por Keiling, um missionário que fez seus trabalhos na circunscrição da Missão do Bailundo. Keiling (1934) faz referência, além da versão da toupeira, às colinas da região como estando na origem do nome Mbalundu. Os povos dessa região gostavam de viver em colinas montanhosas, que em Umbundu significa **Alundu** e os habitantes da mesma região eram chamados de *Vambalundu*, povos das colinas. De *Alundu* surgiu então o topónimo *Ombala ya lundu*, que terá desenvolvido para *Ombala yo Mbalundu*.

Do ponto de vista cronológico, as fontes escritas e orais não indicam uma data exacta da fundação do reino. Tal facto deveu-se à ausência na altura do calendário ocidental na região. Os reinos Ovimbundu em Angola se orientavam pelos conhecimentos locais sobre o controlo do tempo, baseado em elementos que marcavam o passado histórico. A contagem do mês, por exemplo era

---

<sup>5</sup> *Ombala ya lundu* é a segunda hipótese apontada para explicar a origem do nome Mbalundu

<sup>6</sup> A maioria das fontes consultadas referem que esta versão é a que mais se aproxima da verdade

baseada no movimento da lua, daí que em Umbundu o mês tenha o mesmo significado da lua *Osãe* e o ano era controlado através das estações de cultivo, que em Umbundu significa *okulima*. O ano, designado *ulima*, estava dividido em duas estações: a da seca *okuenhe* e a das chuvas *ndombo*.

Queremos com isso afirmar que apesar de não existir na bibliografia um ano específico sobre a fundação do Reino do Bailundu, certo é que entre os Mbalundu e os Ovimbundu há uma forma de calendarização baseada, como já afirmamos, na ancestralidade (ex: no tempo de Ekuikui; no tempo de Mutu ya Kevela; no tempo da seca; no tempo de Katiavala, etc.). Daí a razão de a tradição oral guardar na memória uma forma de calendarização local. Sobre o Bailundu, a tradição local é unânime ao afirmar que o reino foi fundado no tempo de Katiavala.

Embora não se tenha um ano específico, certo é que a fundação do reino por Katiavala ocorreu no século XVI da era cristã. Foi neste século que se estabeleceu uma unidade política mais sólida e foi nesse período que começou a entronização dos reis. Depois dessa unificação política, o rei começou a construção do local onde é hoje a sede do reino. Uma das primeiras instituições que o rei construiu foi o Onjango, pela importância que representa entre os Ovimbundu, tal como consta nas narrativas de Sungo:

«(...) o rei Katiavala I pensou na importância de ter na ombala um local onde, entre outras, se articulariam diretrizes visando garantir o bem-estar coletivo, e onde os anciãos passariam seus testemunhos aos mais jovens. Foi com este propósito que Katiavala I pensou na construção de um Onjango» (Sungo, op. cit.).

O Onjango não era apenas um espaço de recreação, mas representava para os Ovimbundu um lugar com funções transversais. Primeiro que tudo era uma instituição criada para a transmissão de valores éticos e morais e sobretudo para transmitir o património cultural e político aos mais jovens. Era no Onjango que a memória colectiva era passada de forma oral para as novas gerações, de modo a que se perpetuassem as tradições. Por serem um espaço de aprendizagem, existiam onjangos particulares das famílias e o Onjango do palácio real no qual se tratavam principalmente assuntos (políticos, culturais e sociais) inerentes ao reino. Pela sua importância no processo de aprendizagem e de conservação da

memória colectiva, hoje no Reino do Bailundo é considerado como a universidade do palácio.

### **2.1.3 - Estrutura política e principais reinados**

O Reino do Mbalundu mantém actualmente um sistema de sucessão bilinear, matrilinear e patrilinear, tendo em conta os momentos conturbados que passou provocados pelas influências externas. Estudos feitos por Sungo (op. cit.) a partir do de Soma Inene Ekuikui IV apontam que a sucessão no Reino do Mbalundu era caracteristicamente matrilinear, pois que a consanguinidade legítima era a materna e uterina. Somente podia ser entronizado aquele que fosse sobrinho materno ou neto materno, mas verificaram-se algumas situações de violação deste critério. Em várias ocasiões a sucessão matrilinear foi substituída pela patrilinear. Entre os reis que tiveram como sucessores os seus filhos podemos destacar Tchingui I, sucedido respectivamente pelos filhos Ekuikui I e Tchingui II, e o rei Chivukuvuku, sucedido pelo seu filho Ekuikui II (Idem).

Tal como nos relatou o soba Kawengo (2023) da Ombala de Tchilume, no passado a sucessão ao trono estava virada mais para os filhos das irmãs, principalmente para os filhos mais velhos, mas actualmente tem-se verificado também a entronização de parentes que não são da linhagem matrilinear. A indicação de um sucessor não era unicamente da responsabilidade do rei, já que havia uma corte real que opinava na altura da escolha do novo soberano. Hastings (1933) coloca que os conselheiros do rei, que geralmente eram os *sekuulu* da corte, tinham a responsabilidade de identificar na família do *Osoma inene* alguém que apresentasse maior aptidão para assumir o trono. Além dessa função, os conselheiros exerciam também a função de coadjuvar o soberano no controlo e nas cobranças das taxas de impostos, tanto localmente quanto nos Estados vassalos, de modo a garantir o funcionamento normal do reino (Childs, 1949).

O poder exercido pelos soberanos dialogava intimamente com a ancestralidade, daí que o rei a ser escolhido devia exercer as suas funções de governo obedecendo à sua relação com os antepassados, que eram comumente os antigos soberanos (Altuna, 1985).

O rei, apesar de ser detentor de vários poderes, podia ser destronado pela corte real conhecida em Umbundu como *Elombe*. Citando Heywood, Costa afirma:

«(...) no Bailundo e no Sambo existiam órgãos públicos chamados de a corte de impunga e o erombe sekulu e o chindur, que eram capazes de destronar um soma e, em alguns casos, obrigá-lo a cometer suicídio. Além disso, havia os ocimbandas, guardiões das tradições religiosas e seculares, que também ajudavam a controlar o poder dos governantes» (Costa, 2014, p. 62).

Como já afirmamos, a sucessão no Reino do Mbalundu obedecia à linhagem matrilinear, mas ao longo da sua evolução histórica existiram factores que contribuíram para que esse sistema fosse quebrado, embora não na íntegra. Sungo (2015), do depoimento que ouviu da entrevista do então rei Ekuikui V considerou que as sucessões directas de pai para filho nunca foram a regra no reino desde os tempos do fundador, pois que Katiavala depois da sua morte não foi substituído diretamente pelo seu filho. Podemos na nossa pesquisa questionar esse posicionamento do então rei Ekuikui V, destituído do trono por forças políticas externas alimentadas pelo descontentamento das populações locais. Questionamos esse posicionamento, primeiramente porque o mesmo rei não era de descendência directa de Katchitopololo, seu antecessor e havia no reino membros da corte que se opunham à sua legitimidade, tendo em conta a sua consaguinidade que não era directa. Outro questionamento liga-se com o que Sungo (Idem) referiu que tem a ver com os procedimentos que foram usados para escolher o substituto de Katiavala.

Seja como for, e como prossegue o autor (p. 97), embora se tivessem violado os procedimentos de sucessão directa, o que se verificou e ainda se verifica hoje no Reino do Mbalundu é precisamente a questão da consanguinidade ou do parentesco, embora não directo do antecessor. Os critérios de ascensão ao trono prendem-se em primeiro lugar com a pertença ao sangue de um dos ancestrais que tenha reinado. Em função dessa abrangência de vários reinados que não foram consanguíneos directos, o poder hoje é disputado por famílias *apata*, que tendo reinado um dos seus ancestrais, reivindicam a legitimidade do trono. As famílias *apata* aqui apontadas são aquelas que têm uma aproximação com o reino, através de um ancestral que reinara ou que tivesse alguma influência na corte do reino. Não é admitido ascender ao trono qualquer indivíduo que não

tenha esse vínculo com o reinado ou com a ancestralidade. Essa transcrição dialoga com os estudos de Henriques (2004), ao considerar que os sistemas políticos africanos, do ponto de vista prático, não admitem que um homem que não seja da família decida assuntos ligados ao grupo.

Estudos feitos por Florêncio (2010) apontam que os critérios de consanguinidade algumas vezes sofreram rupturas, porém isso não significava desvio de poder. Ocorria em circunstâncias em que o esposo de uma irmã do rei sucedia ao rei para simbolizar o direito da irmã ao trono. Esse novo rei, que na verdade era cunhado do antecessor, ao ser entronizado recebia o nome de Handanga. Esse critério era usado no continente africano nas sociedades em que o sistema não permitia a ascensão da mulher como soberana. A indicação do esposo era considerada como um símbolo de legitimidade de uma mulher de linhagem directa.

Existem dois factores principais que podem ser apontados como estando na base da ruptura do sistema de sucessão por linhagem directa:

- a) **a presença colonial portuguesa:** a ocupação efectiva do Bailundo pelos portugueses em 1902 desequilibrou a soberania do reino, pois o governo colonial português começou a ter poder de decisão sobre o reino. Os reis passaram a ser aqueles que serviam os interesses dos colonizadores, descartando desse modo o critério de consanguinidade tradicional local. Isso (2006) reflecte-se no facto de o último soberano do reino no período colonial ter sido Félix Numa Kandimba, que conciliava os serviços do reinado com elementos de assimilação colonial, na escola primária nº 44, como aluno.
- b) **a guerra civil de Angola entre MPLA e UNITA:** no período pós-colonial, o reino passou a ser palco de disputa entre os dois principais movimentos políticos em Angola. Na época em que os movimentos políticos surgiram em Angola procuraram incubar-se nos principais grupos que compõem o Estado angolano. A UNITA tencionava ocupar a região Leste e principalmente o Planalto Central de Angola, povoado pelos Ovimbundu. A primeira tentativa de entronização por linhagem consanguínea no pós-

independência foi a de David Sapata, nomeado comissário<sup>7</sup> municipal em 1977. Como consta em Isso (op. cit.), o posicionamento deste comissário favoreceu a ascensão em 1982 de José Pesela Tchongolola, proclamado como novo soberano do reino Mbalundu. O seu reinado não foi duradouro, pois que em 1979 levantavam-se na região as incursões da UNITA que levaram à morte do Comissário Sapata. O substituto do Comissário Sapata foi Arão Tchiteculo sendo este que destronou com a mobilização da corte real Benjamim Pessela Tchongolola e legitimou a ascensão de Manuel da Costa, conhecido como Ekuikui III, que mais tarde foi levado à Jamba, no coração da UNITA.

Foi por ocasião da vaga deixada por Manuel da Costa, que foi entronizado Augusto Katchitopololo (Ekuikui IV), embora mais tarde o primeiro voltasse a assumir o trono depois do seu regresso da Jamba e com a fuga de Katchitopololo para a cidade do Huambo (Idem). Estas e outras tentativas de ocupação política do Reino Mbalundu pelos partidos políticos evidenciam os momentos conturbados que o reino atravessou, principalmente no que concerne à sucessão por consanguinidade. É importante lembrar que com o fim da guerra civil em 2002, o reino, reassumido por Augusto Katchitopololo (Ekuikui IV), continuou a sofrer influências que violam as tradições locais. Outro fator que contribuiu negativamente foram as lutas internas entre as famílias.

Refira-se que na cultura Ovimbundu, o soberano era destronado depois da sua morte, ou seja, os reis ou sobas somente podiam deixar de ser soberanos com a morte. No caso concreto do Reino Mbalundu, verificou-se recentemente (2021) uma violação dessa tradição local, quando o então rei Armindo Francisco Kalupeteka (Ekuikui V), sucessor de Katchitopololo (Ekuikui IV), foi tirado do trono por influência de forças externas alimentadas pelo elevado descontentamento das comunidades locais.

As interferências das forças externas iniciadas durante o processo de ocupação colonial portuguesa e continuadas no novo Estado angolano (independente) têm marcado negativamente as estruturas políticas de um reino que conserva em si

---

<sup>7</sup> David Sapata foi Comissário Municipal, função que nos dias actuais corresponde à Administrador Municipal. O Bailundo é até hoje representado por dois soberanos, sendo que um representa a autoridade tradicional consuetudinária (Rei) e outro a autoridade do Estado angolano (Administrador).

o costume como sua base. Ao longo da história do reino isso favoreceu a proclamação ao trono de indivíduos que não pertenciam à linhagem real, mas hoje seus descendentes também reivindicam o trono. Foram entronizados ao longo do tempo alguns indivíduos pertencentes aos sobados vassallos do Mbalundu. São de referir à título de exemplo, os reis da circunscrição de Etunda, no Lunge, e de Luvemba<sup>8</sup>. Com essas entronizações, a linhagem deixou de concentrar-se em Halavala e proliferou-se para as regiões que anteriormente estavam submissas ao reino. Hoje, além dos factores já avançados, há internamente disputas constantes entre os sobados que reivindicam as linhagens, invocando como justificativa os ancestrais que no passado eram soberanos. Apesar dessa dispersão da linhagem, alguns antigos reis considerados estranhos ou intrusos não são honrados como os de linhagem directa e os crânios de muitos deles não estão guardados nos *akokoto*<sup>9</sup>.

De acordo com o que constatamos durante as nossas pesquisas com várias entidades tradicionais ligadas ao reino, o sistema político do Mbalundu estava mais próximo de uma oligarquia ou de uma democracia, em conformidade com Sungo (op. cit.). Na corte existia uma assembleia cujas funções se aproximavam às de uma assembleia hodierna, pois que era constituída principalmente por vários membros da corte, com prerrogativas para discutir a escolha de um novo rei, a entronização deste e os poderes para o destituir em casos de abusos excessivos de poder ou quando o seu reinado estava desvinculado dos costumes e das tradições locais. Essa assembleia era conhecida entre os Mbalundu por *Elombe*, que em várias situações era consultada pelo rei antes deste tomar uma decisão sobre os assuntos mais delicados do reino.

Além dessa assembleia, o rei contava com uma corte composta por diferentes ministros, vice-ministros, juizes, etc., que actuavam nas mais variadas vertentes da vida política, económica, social e cultural do reino. Entre os vários membros que compõem a estrutura político-social dos Mbalundu podemos destacar os seguintes:

---

<sup>8</sup> Um dos reis de Etunda foi Utondossi I, em meados de 1842.

<sup>9</sup> Akokotos são crânios dos antigos reis do Mbalundu conservados num lugar restrito, na sede do palácio, em Halavala.

**Soma Inene:** soberano do reino, com poderes acima dos demais membros da corte. O título *Soma Inene* (o grande soba ou rei) foi introduzido entre os Mbalundu a partir do momento em que Katiavala estendeu o seu poder aos demais sobados (*olosoma*) das aldeias dominadas, tornando-se assim monarca e líder delas. O *Soma Inene* tinha poderes para administrar a justiça, a economia, a religião voltada à veneração dos ancestrais e nomear os membros da corte, mas respeitando os costumes e as tradições locais. Apesar do rei gozar desses poderes, ainda assim encontrava limitações no exercício das suas funções. Alguns dos principais empecilhos que encontrava eram as próprias tradições que devia respeitar.

**Olosoma Vionduko:** eram um conjunto de entidades subalternas ao soberano que exerciam funções dentro ou fora do palácio do rei. Entre eles encontravam-se os vice-ministros de diferentes áreas, como a justiça, a religião, a economia, incluindo a cobrança de impostos, etc. É aqui onde se enquadravam entidades como: a) *Soma Kessongo*, o chefe militar ou general do exército que velava pela segurança do reino e organizava o exército, além de também ser conselheiro do rei e organizador das viagens deste; b) *Soma Kapitango*, guardião da casa real e do palácio do rei; c) *Soma Kesenje* ou *Soma Kuenje*, que velava pela educação dos jovens e pelo processo de circuncisão (*ekuenje*); e outros, que trataremos a seguir.

**Olosekulu Vinene:** são comumente líderes das aldeias pequenas que não são reconhecidas como ombalas. Alguns dos *Sekulus* são anciãos que fazem parte da estrutura local do palácio e desempenham funções de conselheiros do rei.

**Olosekulu Vitito:** são líderes dos bairros e chefes de famílias alargadas que podem constituir uma tribo. Entre os *Olosoma Vitito* também encontramos aqueles que eram das aldeias mais destacadas ou de *ombalas* vassaladas que prestavam tributos ao reino.

Outras entidades: a hierarquia dos Mbalundus é constituída por várias outras entidades com funções específicas. Entre elas podemos destacar as seguintes:

**Soma Mwekalia:** desempenha as funções de entronização do soberano;

**Soma Tchikaka:** adjunto de *Mwekalia*;

**Soma Kessongo:** além das funções de guia do Soma Inene é também responsável pelos serviços militares da Ombala. Ele conta com os seus adjuntos;

**Soma Ngambole:** tem igualmente poderes de entronização e aconselhamento do soberano;

**Soma Tchilala:** o saneamento dos lugares onde estão conservados os restos dos antigos soberanos são de sua responsabilidade;

**Soma Tchiwale:** é responsável pela vestimenta do rei. A boa apresentação do rei em termos de indumentária é de responsabilidade de Tchiwale;

**Soma Henjengo:** avaliador ou polícia dos julgamentos. Quando é tomada uma decisão que seja desfavorável a uma das partes e esta tenta opor-se publicamente, *Henjengo* intervém, exprimindo palavras de ameaça a quem contestar a decisão do *Soma Inene*;

**Soma Kalufele:** este é considerado como adjunto do *Soma Henjengo*;

**Soma Tchikola:** é tido como vice de *Tchilala* e o ajuda na higiene dos lugares supramencionados;

**Kassoma:** responsável pelos cuidados de saúde do soberano;

**Soma Kesenje:** juiz do tribunal e a ele compete a criação de momentos recreativos no palácio do rei. É simultaneamente um conselheiro real;

**Soma Kaley:** servidor das bebidas e da alimentação do rei;

**Soma Lumbungululu:** a beleza e o brilho da ombala é da responsabilidade deste;

**Siasoma:** segurança secreta do *Soma Inene*;

**Soma Lumbu:** guardião dos *akokotos* e tem outras responsabilidades na Ombala;

**Soma Tchikukulu:** ajuda nos serviços de *Mwekalia de Ngambole*;

**Lombundi:** cuida das portas, sendo responsável pelas aberturas e fechos das mesmas;

**Soma Ndaka** ou **Mwele Ndaka**: é considerado o porta-voz de todos os assuntos do reino;

**Soma Ndalú**: é responsável pela manutenção do fogo na Ombala;

**Soma Tchitonga**: se de um lado *Soma Ndalú* vela pela manutenção, *Tchitonga* é responsável por acender o fogo no *Onjango*. Vale dizer que quando é entronizado um novo rei, também é acendido o fogo da entronização que é distribuído na comunidade como símbolo da nova soberania;

**Soma Epango**: é responsável pela alimentação do soberano, principalmente pela sua saúde nutricional. Todos os bens alimentares que são oferecidos ao *Soma Inene* são primeiro supervisionados pelo *Epango* antes de chegarem ao soberano;

Além das entidades mencionadas, a corte conta também com o apoio de *Tchikakula* (aquele que abate os animais no acto da entronização do novo rei), *Katumua* (aquele que toca o batuque), *Nuñulu* (primeiro filho do rei), *Utchilã* (considerado como o dançarino da Ombala), *Mwetchalo* (responsável pelo acento do rei), *Sunguahanga* (aquele que mobiliza as massas), *Ukuassapi* (responsável pelas chaves), *Tembuasoma* (guardião das esposas do rei e cozinheiro real) e *Sindako* (aquele que elabora as estratégias de expansão e conquistas do reino). Essa estrutura foi descrita com base nos resultados recolhidos na pesquisa local, comparados com as pesquisas de Florêncio (2010) e Sungo (2015).

O Reino Mbalundu desde a sua génese até aos dias de hoje mantém as suas estruturas baseadas num sistema consuetudinário. Essas estruturas são funcionais, compreendendo todos os sectores da vida pública. Em cada sector houve sempre um responsável e seus adjuntos. Vários desses ministros faziam parte da assembleia *Elombe*, um dos órgãos mais importantes do reino.

### **2.2.3 - Soberanos (*Olosoma Vinene*) que reinaram no Mbalundu**

Desde a sua fundação, vários foram os soberanos que, apesar das interferências das forças externas supramencionadas, mantiveram os costumes e o poder que este reino representa entre os Ovimbundu. Devido à expansão das suas zonas de influência e de domínio, do seu número demográfico, do seu impacto nas

campanhas militares contra a ocupação colonial portuguesa, do seu papel de intermediário no comércio e pelo facto de se destacar na preservação dos hábitos e costumes das populações Ovimbundu, o Mbalundu é considerado como a capital dos reinos Ovimbundu. Mas, alguns reinos não reconhecem essa soberania, como é o caso de Tchiyaka, que também não participou na Federação Ovimbundu em 1902, convocada por Mutu ya Kevela e que tinha por objectivo derrubar as forças militares portuguesas no Planalto Central de Angola.

Durante a nossa pesquisa, as fontes orais, apesar de mostrarem dificuldades em estabelecer as delimitações cronológicas para cada um dos reis, foram convergentes em apontar a existência de perto de 37 soberanos que reinaram no Mbalundu. Estudos feitos por Sungo (op. cit.) estabelecem uma provável cronologia, a partir das anteriores investigações de Childs (op. cit.). À lista de soberanos deste último, Sungo acrescenta mais alguns reis do passado próximo, posteriores à época estudada por Childs.

A tradição oral não é precisa quanto aos anos dos reinados de cada soberano. As datas e os respectivos reis que mencionaremos a seguir resultaram dos estudos feitos por Childs (op. cit.) e Sungo (op. cit.). Quanto aos nomes dos reis há congruência com as fontes orais, mas as datas são imprecisas, pelo que apresentaremos os anos referidos pelos autores supramencionados.

São eles (confirmados pela tradição oral):

- Rei Katiavala I: considerado como o fundador do reino. É através dele que começou a coesão política e social do reino e foi a figura que atribuiu o nome Mbalundu ao reino. Os estudos feitos por Childs (op. cit.) apontam como período de seu reinado aproximadamente o ano de 1700;
- Rei Jahulu I: existem poucas referências sobre este rei. Mas, as fontes apontam que terá reinado por volta de 1720;
- Rei Ndalú ou Somandalu: assumiu o trono depois de Jahulu, mas não existem informações sobre a data do seu reinado;
- Rei Thingui I: foi um dos *Olosoma* que teve, no início de seu reinado, um Estado de relativa estabilidade política e social. Thingui I foi o quarto soberano do Mbalundu, tendo reinado aproximadamente entre os anos de 1774 e 1776. As incursões portuguesas do século XVIII atingiram o

Planalto Central e de forma específica o Mbalundu, que culminou com uma das primeiras tentativas de ocupação do reino. Tchingui I organizou uma contra ofensiva aos portugueses da qual seu exército sagrou-se vencedor na primeira guerra. Na segunda tentativa de ocupação, com um exército reforçado, Portugal protagonizou um ataque brutal que obrigou o soberano local a refugiar-se num esconderijo situado nas proximidades de Lubangala, descoberto pelos portugueses. Sungo (2015), em conformidade com a tradição oral, refere que Tchingui I foi preso e levado pelo exército português para Luanda com a sua esposa *Inakulu*, onde faleceu. Importa referir que essa ida do rei e da sua esposa a Luanda não significou a tomada política do reino pelos portugueses. Contra a vontade de Portugal, a corte local que incluía os *Olosoma* e os *Sekulos* prepararam um substituto do rei e foi nessas circunstâncias em que foi escolhido Tchiliva Bambangulu, filho do rei deportado.

- Tchingui II: também conhecido como Tchiliva Bambangulu sucedeu seu pai Tchingui I e também reinou aproximadamente 2 anos, isto é, de 1776 a 1778. O seu reinado foi marcado por sucessivas tentativas de ocupação por parte de Portugal. Quando o seu pai foi levado a Luanda, os portugueses tencionavam colocar no trono um indivíduo preparado e instruído por eles, que serviria os interesses do império colonial. Tchingui tinha grandes desafios para enfrentar: o primeiro tinha a ver com as tentativas de Portugal para o destronar e em sua substituição entronizar um indivíduo que seria o servidor fiel dos seus interesses; o segundo prendia-se com as ocupações feitas pelos portugueses nos territórios que eram dominados pelo Mbalundu. Esses dois factores provocaram um clima hostil e de lutas armadas, que terminaram com a morte do rei.
- Rei Ekuikui (1778-1780): filho de Tchingui I e irmão de Tchingui II ascendeu ao trono no final do século XVIII, substituindo seu irmão já mencionado. Apesar de ter contribuído para a manutenção do poder e das fronteiras do reino Mbalundu foi também o mais considerado pelos portugueses quando comparado com os seus antecessores. Dele são conhecidas as primeiras tentativas de coligação Ovimbundu, por ter enviado emissários aos reinos do Wambu, Viye e Ndulu com o propósito de promover a unidade e a luta contra a opressão colonial.

Com as tentativas de ocupação do Mbalundu por Portugal deu-se início, por necessidade política, à elaboração de um conjunto de estratégias Ovimbundu cujo pano de fundo era a unidade para impedir o avanço da administração colonial portuguesa em seus territórios. Sobre essa questão trataremos de forma mais pormenorizada no próximo capítulo.

Após o reinado de Ekuikui I, Sanjukila (1997), Florêncio (2009), a tradição oral e Sungo (2015) indicam que se seguiram os seguintes soberanos:

- Rei Numa I: aproximadamente em 1800;
- Rei Hundungulu I: entre 1800 e 1810;
- Rei Chissende I: entre 1810 e 1811;
- Rei Junjulu: entre 1811 e 1818;
- Rei Ngunji: aproximadamente em 1818;
- Rei Chivukuvuku Chama Chongonga: reinou no mesmo ano de seu antecessor, isto é, em 1818;
- Rei Utondossi: de 1818 a 1832;
- Rei Bunji: de 1833 a 1842;
- Rei Bongue: de 1842 a 1861;
- Rei Chissende II: de 1861 a 1869;
- Rei Vassovava: de 1869 a 1872;
- Rei Katiavala II: de 1872 a 1875;
- Rei Ekongo Liohombo: de 1875 a 1876;
- Rei Ekuikui II: de 1876 a 1890;
- Rei Numa II: de 1890 a 1892;
- Rei Moma: de 1895 a 1896;
- Rei Kangovi: de 1897 a 1898;
- Rei Hundungulu II: de 1898 a 1900;
- Rei Kalandula: de 1900 a 1902;
- Rei Mutu-Ya-Kevela: 1902 a 1903;
- Rei Chissende III: de 1904 a 1911;
- Rei Kadimba Jahulu II: de 1911 a 1935;
- Rei Mussitu: de 1935 a 1938;
- Rei Tchinendele: de 1938 a 1948;

- Rei Filipe Kapoko: de 1948 a 1970;
- Rei Félix Numa: de 1970 a 1982;
- Rei José Maria Pessela Chongolola: de 1982 a 1986;
- Rei Manuel da Costa, conhecido por Ekuikui III: de 1986 a 1996;
- Rei Augusto Cachitiopololo, conhecido por Ekuikui IV: de 1996 a 2012;
- Rei Armindo Francisco Kalupeteka, com o atributo de Ekuikui V: de 2012 a 2021<sup>10</sup> (Sungu, 2015);
- Rei Isaac Francisco Lucas, com o atributo de Ekuikui VI: desde 2021-

## 2.2 - Reino do Wambu

O Reino do Wambu foi um dos mais fortes e mais destacados na luta contra a ocupação colonial portuguesa. Apesar da sua menor dimensão em termos demográficos, se compararmos com o Mbalundu, o Wambu procurou sempre proteger e manter os seus territórios fora do domínio português.

### 2.2.1 - Origem e evolução política

A origem das estruturas sociais do Wambu esteve intimamente ligada com a região de Feti. Entre os reinos Ovimbundu existem duas principais estruturas políticas que têm uma descendência directa de Feti, “Ngalangui e Wambu”, embora posteriormente viessem a ser fortificadas por entidades de outras origens<sup>11</sup>. Neto (2012), usando Vansina como referência, coloca que Ngalangui e Wambu, os herdeiros de Feti, foram responsáveis apenas por uma pequena parte dos últimos reinos do Planalto:

«As próprias tradições que identificam ‘Feti’ com origens (*okufetika* significa ‘para começar’) fazê-lo para diferentes povos e, de fato, para toda a raça humana, não apenas ‘o Ovimbundo’» (Neto, 2012, p. 45).

Tal como já foi referido no primeiro capítulo, Feti representa o ponto de partida das estruturas sociais, políticas e culturais dos Ovimbundu e dos Ambundu. Aqui

---

<sup>10</sup> Nota: a base para a listagem desses reis foram os estudos realizados pelos autores já mencionados, com maior enfoque o mais recente de Sungu. A ela acrescentamos o 37º rei entronizado por eleição em 2021.

<sup>11</sup> Por falta da bibliografia específica e mais precisa, a história do Wambu é aqui apresentada maioritariamente através dos resultados das fontes orais.

há uma convergência com os estudos feitos por Neto, ao considerar que a influência de Feti no Reino do Wambu se deu por intermédio de Ngola Kulanje, que aparece na pesquisa como filho de Feti, que por razões já apontadas separou-se da parentela e, tendo passado pelas regiões onde se fundou o Reino do Wambu, organizou e agrupou as primeiras comunidades e atingiu as regiões do Norte, onde fundou as chefaturas Ngola. Importa notar que Ngola Kulanje não se fixou definitivamente na região onde se fundara o Reino do Wambu. A sua trajetória continuou para Norte, onde influenciou a formação das estruturas políticas Ambundu. Devido à sua participação nas origens e formação política do actual Reino do Wambu é considerado pela tradição oral e pela corte do Wambu como um dos grandes reis do Wambu.

Não obstante essa participação de Ngola Kulanje, o reino teve outras influências posteriores, como a dos Jagas. Ngola Kulanje precedeu as incursões de Wambu Kalunga, um caçador de elefantes de proveniência Jaga. A tradição oral e os estudos que foram realizados por pesquisadores como Childs (op. cit.) e Vansina (2004) não são consensuais em termos cronológicos sobre a fundação do reino. Se quisermos considerar o aparecimento de Ngola Kulanje, Vansina (2004) coloca os séculos VIII e XIII como intervalo da emergência das estruturas políticas e sociais do Reino do Wambu. Neto (2012) refuta essa posição de Vansina ao considerar que para se estabelecer uma data efectiva da fundação do reino e da emergência de Feti é necessário um estudo mais profundo nas regiões de sua emergência. Independentemente das diversas versões cronológicas e das figuras fundadoras do reino, as pesquisas e a tradição oral são congruentes em admitir a presença e a influência política dos principais soberanos, a partir de Ngola Kulanje.

A trajetória política do Reino do Wambu por meio de seus soberanos evidencia as mutações geopolíticas da sua capital e das suas zonas de influência. Devido às diversas mudanças de soberanos e por necessidades políticas, o reino teve a sua sede alterada em diversos momentos históricos, destacando-se as regiões de Nganda la Kawe, Samisasa, Forte da Quissala e Kalikoque.

Se analisarmos o surgimento do Reino do Wambu a partir das influências que teve de Ngola Kulanje e dos Jagas, podemos reconhecer, como é consensual em várias fontes, a anterioridade de Ngalangui entre os reinos Ovimbundu.

Queremos com isso dizer que embora se considere a fundação a partir de Wambu Kalunga, o Reino de Ngalangui, cujas origens nos remetem para os primórdios de Feti (*Efetikilo*), antecedeu os demais. Ngalangui é o reino que pode valer-se da primazia (do ponto de vista cronológico), em termos de formação das estruturas políticas e sociais entre os Ovimbundu. O desenvolvimento político do Reino do Wambu influenciou o surgimento de outras entidades políticas.

Fundado no século XV, o reino teve influências de várias entidades que por sinal quebraram as linhagens reais. A tradição oral local atribui a fundação do reino a Wambu II, descendente de Wambu Kalunga. Mas é preferível reconhecer o papel que cada um dos reis desempenhou para a consolidação do poder e a formação estrutural do reino. Ngola Kiluanje, Wambu Kalunga e Wambu II tiveram papéis distintos. O primeiro, como já afirmamos, lançou as bases para a formação de uma sociedade organizada hierarquicamente. É importante salientar que o nome “Wambu” dado ao reino não foi em homenagem a Wambu Kalunga, mas sim a Wambu II, descendente da linhagem do primeiro seguindo o tronco de Njinga<sup>12</sup> e Sakakongo. Foi porém Wambu Kalunga quem primeiro popularizou o nome, devido às singularidades que apresentava e o seu impacto no comércio local, como veremos a seguir.

### **2.2.2 - Interferências de Wambu Kalunga**

Wambu Kalunga apareceu nas comunidades Ovimbundu na sequência da desintegração dos Jagas. Ele foi um dos Imbangala (Jagas) caçador de elefantes que se instalou nas imediações de Muangunja após perseguir um elefante até à região supramencionada. A descendência de Wambu Kalunga a partir dos Imbangala (Jagas), como descreveu Lima (1964), reflectiu o seu comportamento de canibalismo, o que para as populações Mbundu encontrava-se fora do padrão da identidade local. Os Imbangala consumiam carne humana, além da carne dos animais que caçavam, e ao insurgir-se nos povos Ovimbundu Wambu Kalunga levou consigo elementos característicos das populações das regiões Lunda.

A origem de Wambu Kalunga, seja ela Seles, na actual província angolana do Kwanza Sul, ou Jagas, o que é consensual nas fontes orais e escritas é que ele

---

<sup>12</sup> Em outras versões Njinga aparece como filha do irmão de Kahala Kanene, soba da antiga comunidade da actual Caála. Uma dessas versões foi narrada por Afonso (2023).

foi um exímio caçador de animais de grande porte, principalmente de elefantes. Foi essa capacidade de caça que o tornou singular entre as populações encontradas, pois a carne que ele comercializava em troca de produtos locais fez com que se tornasse popular na região. Como se sabe, na Angola pré-colonial os nomes das aldeias e dos reinos tinham origem nos indivíduos que se destacavam com alguma singularidade. O nome Wambu tornou-se popular em função do papel que Wambu Kalunga exerceu no comércio da carne e não só.

Segundo o rei Mosso (2022), localmente, populares que acorriam ao espaço de comércio (feito por trocas de produtos) diziam com frequência *twenda ko Wambu* significando em Umbundu “vamos ao Wambu”, posteriormente aportuguesado por Huambo. Além da elevada quantidade de carne que comercializava, outro aspecto que tornou Wambu singular dos Ovimbundu da região foi o seu canibalismo<sup>13</sup>.

Wambu Kalunga, ao se instalar na região dos Ovimbundu, trouxe consigo a experiência das estruturas políticas, sociais e culturais da sua zona de origem. Entre esses elementos encontravam-se os sacrifícios humanos, o canibalismo e outros considerados como estranhos pelas populações encontradas. Foi por causa desses elementos que não são identitários dos Ovimbundu que Wambu Kalunga por ocasião da sua morte foi enterrado com raparigas vivas. Os túmulos das raparigas sacrificadas encontram-se ao lado do túmulo de Wambu Kalunga, nas proximidades de Nganda la Kawe, em Muangunja, no Município da Caála.

Ao chegar a Nganda la Kawe, Wambu Kalunga encontrou comunidades organizadas em pequenas chefaturas, cujas bases foram lançadas por Ngola Kiluanje. A presença de Njinga, na linhagem de Wambu Kalunga e/ou de Kahala evidencia a presença de Ngola na região de Nganda la Kawe e os vínculos ancestrais entre os reinos Ambundu e Ovimbundu.

A narrativa nos apresenta duas versões sobre o topónimo das duas gigantescas pedras designadas uma por Nganda e outra por Kawe, ambas localizadas em Muangunja, no Huambo. A primeira versão refere que os nomes das duas pedras são uma homenagem aos antigos soberanos que antecederam Wambu Kalunga, o rei Nganda e a sua esposa, a rainha Kawe. A linhagem dos Nganda antecedeu

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida pelo actual rei do Wambu.

a chegada de Wambu Kalunga e muito antes já existia na região uma comunidade hierarquizada e organizada (Neto, 2012). A segunda refere que as pedras receberam os nomes das filhas de Wambu kalunga: Nganda e Kawe.

«Os Nganda não só foram os antigos ocupantes, mas também forneceram a linhagem dos reis após o 'Jaga' Wambu Kalunga, morto por causa de suas ações terríveis, ou seja, canibalismo... O Va-Nganda (cujos descendentes conhecidos vivem agora a oeste) foram os primeiros habitantes em rochas de Nganda e Kawe, ao norte de Kahala e mantiveram os nomes de seu primeiro rei e rainha» (Neto, 2012, p. 45).

Desde esta perspectiva, Wambu Kalunga é considerado pelos Nganda e Mbili como um usurpador da linhagem real. Este acto de usurpação do poder por Kalunga resultou na fuga dos grupos acima identificados, que se instalaram na actual Ganda, na província de Benguela. Apesar de todas trajectórias e das influências que o Reino do Wambu sofreu, ainda assim a tradição local atribui o começo do Estado forte e unificado a partir de Wambu Kalunga, independentemente do impacto de outras entidades como Wambu II.

### **2.2.3 - Alguns soberanos que a memória local conserva**

A lista dos reis que apresentamos a seguir foi fruto de uma investigação local, a partir de fontes ligadas à corte real e outras entidades que representam o Gabinete Provincial da Cultura no Huambo. A lista não contempla dados cronológicos dos soberanos, pois as fontes orais não têm o registo dos mesmos. Ela também não é completa, pois alguns soberanos que não eram da linhagem foram esquecidos pela memória colectiva local.

Mosso, (2022), Casese (2023), Sapalo (2023), Ginga (2022) et. al., apontam para os seguintes reis: Wambu Kalunga, Tchimbili, Tchimgi Tchivalaivala, Ngenjo Kaneketela, Hungulu, Cikwupi, Kapolo Kanene, Cimbili III, Nymi-ya-Pekela, Kahala Kanene, Vilombo Vinene, Tchingui Tchinese, Ngenjo II, Cassungu, Kapoko, Atende a Njamba, Hungulu II, Wambu II, Njamba Tchimbungu, Atende a Jamba, Livongue, Mosso Canhanga, Filipe Mosso, Filipe José Moço, Armando Tchimuco e Artur Mosso.

### **2.3 - Reino do Sambo**

Segundo Casese, a origem do Sambo data do século XVII e foi fundado por Alemba Ulwi, proveniente do Reino Mbalundu. Esta senhora, segundo a tradição, já fazia parte da linhagem dos reis do Mbalundu<sup>14</sup>. De acordo com Sampaio<sup>15</sup>, quando Alemba chegou à idade dos 20 anos foi viver para o Bailundu, onde se encontrou com o seu esposo. Eles geraram quatro filhos: Chigambo, Sambo, Cambo e Cambanghi.

Alemba, segundo Casese, acompanhada pelos irmãos mais novos, Solongo e Goia, ambos naturais da Ombala Mbalundu, nas localidades de Guendje, ao aperceberem-se de que no Reino Mbalundu havia uma doença denominada “Tchingongo” decidiram deixar a aldeia Mbalundu e dirigiram-se ao território que hoje se chama Sambo. Volvido algum tempo, Alemba casou-se com Banda Ndindo e iniciaram a grande família do Reino do Sambo.

Segundo o referenciado autor, o soba grande da Ombala Kandumbo, Ndumboyovonha, quando descobriu que Alemba tinha abandonado a Ombala quis negociar a sua permanência, mas sem sucesso. Alemba, dotada da arte de fabricar panelas de barro, conseguiu descobrir na margem do rio Tchiteva, próximo do rio Cunene, a matéria-prima (barro) para o fabrico de panelas. Ali, ela descobriu mais uma montanha, Tchimbandja, a partir da qual era possível observar melhor as paisagens naturais, o que fez com que Alemba chorasse de tanta emoção. Foi ali que construiu um abrigo para a sua família.

Quando o rei Mbalundu deu conta de que Alemba havia se instalado no Reino do Sambo, juntamente com os seus irmãos, aumentou a confiança para manter os contactos entre os dois reinos. Alemba e Ndindo geraram quatro filhos: Chigambo, Sambo, Cambo e Cambanghi . Nesta altura realizaram uma grande festa e fundaram oficialmente o Posto Velho e o Forte Militar. A partir deste momento começaram a aparecer os primeiros missionários católicos europeus e mais tarde fundou-se a primeira Missão Católica de Lombundi, no ano de 1912<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em sua residência

<sup>15</sup> Adjunto do rei do Sambo

<sup>16</sup> Entrevista concedida à Sampaio

Segundo o Soba Kanganjo, o termo “sambu” deriva do verbo “okusambuka”, que significa contágio. Nesse sentido, trata-se do Reino Mbalundu que se contagiou na região actualmente chamada por Sambo. Segundo Casese, por outras palavras, o Reino do Sambo significa o Mbalundu que se deslocou para a actual região do Sambo. Os fundadores do Reino do Sambo não podem ser procurados noutras localidades senão no Mbalundu.

### **2.3.1 - Sistema de sucessão**

No Reino do Sambo, a sucessão do rei é feita por consanguinidade, seguindo a linhagem matrilinear ou a patrilinear. As duas linhas funcionam. Significa que, se o pai foi rei, o filho, o sobrinho, o neto ou outra pessoa próxima poderá igualmente ser rei.

Quando um rei não corresponder às expectativas da população ou da Corte Real, os membros da Corte conversam com ele em gesto de aconselhamento conforme reza a história do Reino do Sambo. Sempre que houver necessidade de destituir um rei, o primeiro passo é avaliar ao nível da Corte Real se existem membros que são da linhagem real. Em caso de existirem, então faz-se a devida consulta na parte matrilinear ou patrilinear.

Para o efeito, usa-se o sistema democrático do processo eleitoral. Propõe-se geralmente dois candidatos a votos e quem tiver maior votação será eleito para o cadeirão máximo do Reino do Sambo. Este facto é semelhante ao ocorrido no Reino Mbalundu, aquando da destituição de Ekuikui IV.

Segundo Casese, é possível que alguém que não seja da linhagem real ocupe o lugar de rei, por exemplo, se for esposo da princesa. No entanto, de acordo com Saba, exercer o reinado em nome da esposa tem algumas limitações no acesso aos locais sagrados ou na prática de alguns rituais. Só pode recorrer à oração aos antepassados aquele que tem algum antepassado real. Quem exerce o poder em nome da mulher não tem antepassado sanguíneo real.

### **2.3.2 - Regime político do Reino do Sambo e os membros da aristocracia e suas funções**

No Reino do Sambo o regime político é monárquico. São vários os membros da corte e estes ocupam pastas de acordo com a tradição, quer dizer, há os que por natureza são adjuntos do Soba (Epalanga):

***Somalombundi*** – responsáveis pelo portão;

***Soma Kesongo*** ou ***Kapitango*** – responsável pela guerra;

***Soma Tchilala*** – responsável pelos crânios da Ombala (*akokotos*);

***Soma Ndaka*** – responsável pela comunicação.

O poder dentro do reino não é assumido anarquicamente, mas sim de acordo com o direito e deveres consignados nos usos e costumes do reino.

## **2.4 - Reino de Tchiyaka**

### **2.4.1 - Origem e desenvolvimento político**

A origem das estruturas políticas e sociais do reino de Tchiyaka está intimamente ligada aos Jagas, Yakas ou Vayakas, a partir da linhagem de Wambu Kalunga. O espaço de formação do reino, tal como em outras partes onde emergiram os Estados Ovimbundu, era povoado pelos Vandombe que actualmente se encontram na Província de Benguela. A fuga dos Ndombe assim como dos Nganda dos seus espaços primários resultou da penetração e das imposições dos Jagas, Bayakas ou Yakas.

O nome Tchiyaka não está relacionado com o nome do seu fundador, mas sim com a linhagem ancestral da qual o fundador é descendente “Jagas – Yakas, Va Tchiyaka”. Segundo Neto (2012), o Reino de Tchiyaka foi um dos reinos que emergiu dos Jagas, a partir do Wambu.

O Reino de Tchiyaka foi tradicionalmente organizado como um poder de grande dimensão que não admitiu a ocupação colonial portuguesa, tendo sido povoado desde o período anterior ao século XV por Ndombes, liderados até às invasões Yaka pelo senhor Kaluelue nas proximidades da foz do rio Kachopue. Foi um dos primeiros reinos Ovimbundu a formar-se em 1650 pelo rei Tchilulu, depois

do Reino de Wambu formado em 1600 pelo rei Wambu-Kalunga. É um dos principais reinos do Planalto Central<sup>17</sup>.

O Reino de Tchiyaka foi fundado no século XVII, precisamente em 1650, pelo Tchilulu Vanguévangué, que vindo do Wambu e atravessando as florestas do Ecunha instalou-se próximo do poço Katchopue, onde Kaluelue e sua família Dombesse aproveitava água. O lugar localiza-se actualmente na aldeia de Kalakata.

Tchilulu, interessado pelo local começou uma guerra contra Kaluelue e saiu vitorioso. Ao derrubar o Kaluelue tornou-se rei desta grande Ombala Ekamba nesse ano, instalando assim neste local o seu poder conquistado através de uma guerra contra os Dombesses.

Desde sua fundação, passaram a reinar tantos e tantos reis, alguns dos quais perderam-se na memória da nossa tradição cultural. Mais tarde, começaram vários combates devido à luta pelo poder entre os reis. Isso originou negociações entre Tchanja I e Tchilulu Vanguévangué, resultando no estabelecimento de um mandato de 4 anos para ambas as partes pertencentes à linhagem real. Foi ainda destas negociações que surge o nome de Tchiyaka, por causa das guerras travadas sem vencedores nem vencidos, uma vez que se tratava de uma guerra continua.

#### **2.4.2 - Alguns rituais locais**

Segundo o actual rei de Tchiyaka, este reino tem danças culturais típicas, como: *olundongo*, *onhâtcho*, *kalumbenda*, *otchinduli*, *otchinganji*, *ondjando*, *okasanha*, *kaviula*, para além de outras existentes na região. No reino é comum a prática de rituais tradicionais de passagem, para celebrar as várias etapas e/ou ciclos de vida dos membros da comunidade<sup>18</sup>. De ressaltar os seguintes:

*Elilekiso*: quando a criança é apresentada à comunidade;

*Etuno*: marca o período de transição de criança a adolescente;

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida à TCHANDJA IV.

<sup>18</sup> Entrevista concedida ao rei Evaristo Pedro Paris

*Uvala*: casamento tradicional, em que é frequente o casamento de mulheres em idade precoce.

Alguns destes hábitos têm uma influência positiva na população. O facto por exemplo de o recém-nascido não poder sair de casa, torna-o mais próximo da mãe, garantindo o afecto mãe/filho o que é salutar para questões como o aleitamento materno e os cuidados de puericultura. Por outro lado, alguns destes hábitos podem ter uma influência negativa, como por exemplo o *etuno*. Apesar de marcar um passo importante na maturidade da mulher, também a expõe ao início precoce da actividade sexual e ao casamento tradicional, *uvala*, ainda na adolescência<sup>19</sup>.

Actualmente, as religiões mais professadas entre os membros do reino são: a Católica, a Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA), a Adventista do Sétimo Dia e a Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA). Os casamentos são feitos por forma de alambamentos tradicionais num protocolo específico de rituais entre as partes.

### 2.4.3 - Constituição do Reino de Tchiyaka

O reino é constituído por 59 aldeias. Desde o primeiro rei Tchilulu Vanguévangué, sabe-se da existência de mais de 39 sobas. Mas, provavelmente o número de sobas terá sido maior. A identificação dos sobas torna-se difícil porque alguns resistiram contra a ocupação colonial portuguesa, motivo pelo qual foram silenciados nas fontes sobre a história desta Ombala Tchiyaka. Actualmente, o Reino de Tchiyaka controla 12 sobas de diferentes ombalas, 12 adjuntos dos sobas e 100 *sekulos* (Administração Municipal do Tchinjenje, 2023).

Tabela 1: Ordem cronológica de Tchiyaka

Número	Nome do rei	Período de reinado
01	Tchilulu Katendwa Binga Vanguévangué	1650

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Tchandja IV.

02	Kapango I	
03	Etende I	
04	Ukolongondjo I	
05	Ndumbu I	1700
06	Luanjangombe I	
07	Mukuku I	
08	Tchilulu II	1750
09	Handa I	
10	Ngalangi I	
11	Katutu I	
12	Ndumbu II	1755
13	Kanutumulua I	
14	Kamela I	
15	Atende II	1795
16	Tchikoko I	
17	Ukolongondjo II	
18	Kuvombo Inene	
19	Ndumbu III	1833 a 1835
20	Handa II	1835 a 1842
21	Njimbi I	1842 a 1850
22	Luanjangombe III	1850 a 1870
23	Handa III (Njunde)	1870 a 1898
24	Tchanja I (Herói da resistência)	1898 a 1902
25	Tchilulu III	1902 a 1915
26	Atende III	1915 a 1918
27	Tchikoko II	1918 a 1925
28	Tchilulu IV	1925 a 1928
29	Luandjangombe IV (Sakulanda)	1928 a 1939
30	Tchandja II	1940
31	Handa IV	1940 a 1949
32	Njimbi II (Sawanga)	1949 a 1955
33	Ndumbu IV (Lupito)	1955 a 1959
34	Tchandja III (Pacheco)	1959 a 1969

35	José Kakumba Sapakusu	1969 a 1977
36	Salomão Munengu	1977 a 1984
37	Benjamim Soma	2000 a 2013
38	Tchandja IV (Joaquim Francisco Kalebele)	2015 a 2019
39	Tchilulu V (Lucas Mussepe)	2019 a 2021
40	Evaristo Pedro París	2022 à actualidade

Autoria própria com base em informações colhidas na Administração Municipal do Tchinjenje.

A corte do reino é constituída por 39 elementos ditos dignitários e seus funcionários, sendo que cada um tem um papel e uma função a desempenhar, dos quais citamos:

- **O rei**
- **Kessongo Lyofundanga:** tem o papel de chefiar o exército e é o recepcionista do rei;
- **Epalanga:** herdeiro provável do rei;
- **Kapitango:** o que tem o papel de entronizar o rei, conselheiro e colaborador directo do mesmo;
- **Nungulu:** porta-voz da corte ou ministro da comunicação;
- **Kalei-Kanene:** conselheiro e médico do rei;
- **Sassoma:** responsável pelos serviços protocolares das festas cíclicas na corte;
- **Wongo:** é uma espécie de ministro dos negócios estrangeiros, que transporta as cadeiras do rei nas viagens e é também guardião da corte;
- **Betatela:** guardião dos objectos sagrados e pessoais do rei como os fios pretos de borracha, as cadeiras, a capa, o chapéu e o cachimbo;
- **Tchitekulu:** pode ser sobrinho ou neto do rei;
- **Ukwachiyo:** espécie de mordomo da corte, na ausência do rei recebe os visitantes e vigia as esposas do monarca;
- **Ukuahamba:** substituto do Epalanga;
- **Handanga:** marido da primeira filha do rei;
- **Katombela:** pessoa que está encarregue do funeral do rei;

- **Kambata:** encarregado de enterrar o cadáver do rei e guardião dos crânios da corte;
- **Muetumba:** chefe da aldeia a que pertence o rei eleito;
- **Kativa:** conselheiro e confidente do rei;
- **Muepango:** guardião dos segredos do reino;
- **Naveleka:** responsável pela festa de entronização do rei, acompanha o monarca em todas as actividades ou cerimónias públicas;
- **Utchilã:** pessoa com o privilégio de comer a cauda dos bois mortos na corte;
- **Tchitungu:** chefe da polícia secreta;
- **Muekalia:** ministro da economia da corte;
- **Ukuassapi:** responsável por todas as chaves da corte.

## 2.5 - Reino de Tchingolo

### 2.5.1 - Origem e desenvolvimento político de Tchingolo

A Ombala de Tchingolo, segundo dados aproximados, foi fundada em meados de 1660 por uma mulher que respondia pela graça de Tchingolo. Ela era proveniente da Ombala de Mbombo, Província da Huíla, Município de Caconda, Comuna do Ngungui (Administração Comunal de Catata).

Mbombo era o nome do irmão mais velho de Tchingolo, rei da Ombala de Mbombo-Caconda-Huíla. O reino de Tchingolo estendia-se a Oeste por Caconda-Huíla e a Nordeste com o Longonjo (Tchiyaka). Mbombo, quando se deu conta do possível golpe que viria a ser organizado por sua irmã, pediu e aconselhou-a que fosse às pedras de Senje-Liambula, onde encontraria um bom espaço para poder organizar o seu reino com a sua ajuda. Para isso acontecer, Mbombo, em contrapartida tinha de oferecer à irmã algumas caveiras (os *akokotos*) que representavam tradicionalmente o poder, a linhagem e os rituais de uma Ombala. De lembrar que as caveiras (*akokotos*) oferecidas por Mbombo à sua irmã Tchingolo eram de seus antepassados, que Mbombo havia herdado. A partir do pacto com o seu irmão, Tchingolo passou a viver junto das pedras de Senje-Liambula, onde organizou um forte.

Porém, naquela altura na periferia da sua sede encontrava-se um kilombo (acampamento) de um caçador vindo de Kilengues, chamado Walia-Kapunha e que se dedicava à caça de animais (Capusso, 2023). Segundo uma entrevista feita ao soba Domingo Angelo, o caçador todos os dias dava conta que alguém pisava sobre uma pedra localizada na montanha, actual Ombala grande de Tchingolo. Certo dia, inquieto com o sucedido, para compreender a situação, procurou aproximar-se do local para ver o que se passava. Chegado lá, encontrou uma mulher, que ao seu lado tinha alguns crânios. Após um cumprimento de cortesia, o caçador perguntou-lhe de onde vinha, o que fazia ali e o que significavam os crânios. Tchingolo explicou-se, terminando por dizer que os crânios significavam e representavam a dignificação do seu poder. O caçador reconheceu esse poder que exercia no Reino de Tchingolo e regressou ao seu acampamento, tendo a partir dali ordenado aos seus seguidores para oferecerem parte de carne da caça a Tchingolo. Walia-Kapunha pediu a mão de Tchingolo, mas esta negou dizendo que muitos tinham já passado por ela com a mesma intenção e não tiveram aceitação devido às diferenças de tribos (Angelo, 2023).

A sede de Tchingolo controla 2 Ombalas grandes, Tchicualula e Tchicambi, bem como 9 pequenas Ombalas, 76 Aldeias com as respectivas autoridades tradicionais, de entre estas sobas grandes, sobas, seculos e seus ajudantes, num total de 87, para além de outras Ombalas do município que faz parte do reino (Idem).

### **2.5.2 - Relação nominal dos reis e seus feitos**

O Reino de Tchingolo teve a sucessão de vários reis, tais como:

1-Tchingolo-1660.

2-Walia-Kapunha-1670.

3-Epomba-1680

4-Handang-1710.

5-Kampu-1720.

O rei Kampu morreu com uma praga de bitacayas por ter recusado abandonar o poder.

6-Huvi-1740.

7-Epomba-1760.

8-Handa-1770.

9-Halutenda-1780.

10-Ekundi-1800.

11-Hulundu-1820.

12-Kalukango-1840-1850.

13-Kalueyo I-1860.

14-Tchimina-1860.

15-Kalueyo II-1870.

16-Tchimbalandongo-1890.

17-Mandi-1900-1902.

18-Muachiyava-1908.

19-Kalembela Ngende-1915.

20-Mukulungula-1918.

21-Sakatu-Kachissapa-1919-1946.

Sakatu reinou cerca de 27 anos, o que correspondia a 3 mandatos, porque durante a vigência dos seus reinados houve muitos sucessos na vida socioeconómica, propiciando o bem-estar das comunidades.

22-Sukumula-1946-1953, era filho de Tchicualu, natural de Tchicuma.

Tchicualu foi morto pelo seu filho, por envenenamento organizado por Wachiyele numa garrafa com vinho, para impedir a sua entrada na Ombala.

23-Hombo-1954-1959, era natural de Kamunda-Catabola.

Hombo foi um rei destemido pelas suas qualidades de organização e defesa das populações. Quando ele se deslocava da sua sede todas as mulheres gestantes e crianças do colo tinham de ser acordadas e não podiam passar à sua sombra para evitar abortos, mortes súbitas, maus sonhos e pragas (Tchinduva, 2023).

24-Francisco Ndjava-1959-1963, natural de Kalueyo-Caála, assimilado, teve boa representatividade e aceitação da sua corte, tendo deixado a Ombala em meados de 1963.

25-Feliciano Kamenhe-1963-1973, foi o soba que influenciou o governo colonial para que se construísse um palácio real no Forte da Ombala e eliminou a exigência de que o rei somente podia viver no Elombe. Feliciano Kamenhe abandonou a Ombala em 1974, quando se deu conta do golpe que lhe estava sendo movido pelo senhor Armando Kandumdu, na altura chefe de grupo Sunguete<sup>20</sup>.

O soba Kamenhe foi advertido pelo seu amigo íntimo Muachissimo, que portava a oferta de um garrafão com vinho que continha veneno, o qual se fosse ingerido provocaria morte a dele, da sua esposa e de outros que naquele dia fossem conviver com ele. Ele reinou na Ombala cerca de 9 anos e foi o primeiro soba que influenciou a administração colonial. Com o perigo à espreita, a solução foi abandonar a Ombala, dando a sua fuga para o Município da Caála, na altura Concelho da Caála, onde o administrador o teve sob sua proteção até ao ano de 1975, trabalhando como continuo da casa protocolar, actual Palácio do Administrador do Município da Caála. Kamenhe ainda voltou à Ombala de Tchingolo no ano de 2002, aquando da reorganização depois do conflito armado, porque tinha muita experiência da história e conhecimentos dos rituais da mesma, tendo falecido em Maio de 2008. Foi um soba conselheiro, tendo antes da sua morte exercido o cargo de seculo da Aldeia de Catota. Kamenhe foi ainda o autor do levantamento de algumas exigências dos rituais da Ombala, como a restrição de as mulheres em idade fértil, gestantes e crianças não poderem viver no Elombe. Até então, apenas as mulheres fora da idade de reprodução podiam residir no Elombe, pois que segundo a mitologia as possíveis pragas lançadas contra o soba poderiam atingi-las (Kapusso, 2023).

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida à Tchandja IV

26-Pela força do poder tradicional, Kamenhe foi sucedido pelo soba Tchipikita Samalenle, natural de Hila-Caconda, no ano de 1979. Tchipikita foi considerado um soba de grandes magias porque na vigência da sua estadia na Ombala de Tchingolo sempre que o inimigo tentasse fazer ataques encontrava barreiras de leões ou inundações. A morte de Tchipikita foi algo contraditória porque foi causada pela ingestão de ovos de uma Jibóia que se encontrava na Ombala. Tchipikita morreu em 1980 e foi sepultado na sua terra natal. Antes do seu enterro colocaram na sua sepultura dois cachorros que ainda não tinham visão aberta (Tchinduva, 2023).

27-Tchipikita teve como sucessor o soba Tchimalana, natural de Ngimbu, no ano de 1983. Tchimalana reinou por pouco tempo, tendo sido morto pelas tropas da UNITA no mesmo ano. Foi traído pelos seus sobrinhos numa altura em que se assistia à concentração das populações das suas aldeias para viverem ao lado das vias principais na busca da segurança devido aos confrontos armados (Real, 2023).

28-Foi sucessor de Tchimalana o senhor António Moreira (actual rei de Tchingolo), entronizado no poder no ano de 1983 até ao presente momento. António Moreira teve alguns dissabores durante o mandato, que ainda hoje persistem. Isto porque em 1984 foi raptado pelas forças da UNITA, quando essas violentamente atacaram a Comuna da Catata, atingindo parcialmente a Ombala. O rei fugiu na caravana das tropas da UNITA na região 71 (Benguela), tendo-se apresentado na altura na Comuna de Catabola, de onde foi enviado para o Município da Caála, o que originou o abandono da Ombala até 2002. O soba António Moreira tinha como o seu Epalanga (sucessor) o senhor Angelino Kawawa, natural de Tchalondo, mas este por ser um dos colaboradores directos da UNITA havia sido detido. Com a invasão das cadeias aquando de um ataque das tropas das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) à Comuna a 19 de Maio 1983 deu-se a fuga de Angelino Kawawa para as matas até ao presente momento. O actual Epalanga chama-se Marcial Tchimbili, que devido à idade avançada vê-se incapacitado de realizar as actividades do sobado, o que é uma situação que somente o tempo e a linhagem consanguínea decidirão<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida à Tchinduva

Estes e outros reinos que não descrevemos, como o Viye, Ndulu, Ngalangui, Caconda e outros, desempenharam um papel determinante na luta contra a opressão colonial portuguesa. Os reinos do Viye, Caconda, Ndulu, Ngalangui e outros serão referenciados no capítulo seguinte, o qual se centra nas lutas, em diferentes etapas, que os Ovimbundu protagonizaram contra as pretensões de ocupação portuguesa. Serão igualmente referenciadas as batalhas travadas pelo Mbalundu, Wambu, Tchiyaka, Tchingolo e Sambo.

### **CAPÍTULO III: RESISTÊNCIAS CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS**

#### **3.1 - Estratégias de penetração e ocupação portuguesa no Planalto Central de Angola**

A intenção de expansão e ocupação do centro de Angola por parte dos portugueses precedeu o Tratado de Berlim de 1884-1885. Os contactos entre os Estados Ovimbundu e o império colonial português começaram no princípio do século XVII, principalmente através dos corredores de Benguela, Libolo e Pungo Andongo por motivos essencialmente comerciais. Foi porém no século XVIII que o contacto mais forte entre os principais reinos Ovimbundu, como Mbalundu, Viye e Wambu, e os portugueses teve lugar. Tal contacto ocorreu tempos depois da conturbada penetração dos Jagas no Planalto Central e do desenvolvimento político dos reinos Ovimbundu por influência dos Jagas e dos caçadores tidos como fundadores das instituições locais (Neto, 2012).

Sabemos que os primeiros contactos entre o actual território de Angola e Portugal datam de 1482, com a chegada de Diogo Cão ao Kongo. As primeiras lutas protagonizadas nessa região foram contra o grupo étnico Bakongo, seguindo-se os reinos dos Ambundu, com destaque para Ndongo e Matamba. Após as lutas travadas pelos Ambundu, principalmente por Njinga, na primeira metade do século XVII (1641-1645), os portugueses intensificaram as campanhas de penetração no Planalto Central de Angola por duas vias principais, sendo uma através do Libolo e outra de Benguela. Somente mais tarde usaram a via de Caconda.

Para penetrar no Planalto Central de Angola, os portugueses manifestaram inicialmente intenções comerciais e mais tarde pretensões civilizacionais por intermédio das missões católicas. Aliás, foi por via das alianças com missões que no começo do século XX os portugueses derrubaram o exército militar de Mutu-ya-Kevela (Pelissier, 1986), como veremos mais à frente, na segunda guerra entre os reinos Ovimbundu e Portugal.

As primeiras tensões entre os reinos Ovimbundu do Planalto Central e os portugueses ocorreram em 1774, mas foram, de forma específica, os reinos do Mbalundu, durante os reinados de Tchingui I e Tchingui II, de Wambu, sob a liderança de Tchimbili II, e de Viye, comandado por Ndjahulo I, que estiveram envolvidos nessas tensões contra as pretensões de ocupação colonial. Os portugueses pretendiam alargar as suas zonas de influência comercial e procuravam também exercer poder político na região, o que levou à reação das entidades locais. As políticas expansionistas coloniais no interior de Angola alargaram-se quando os exploradores portugueses Serpa Pinto, Roberto Ivens, Hermenegildo Brito Capelo e Silva Porto começaram as suas campanhas de exploração geográfica e militar no Centro e Leste.

Como já referido, para a expansão no interior, os portugueses adoptaram inicialmente três critérios:

- O primeiro tinha a ver com as pretensões de comércio da borracha, do marfim, da cerra e mais tarde de escravos;
- O segundo prendia-se com a abertura de caminhos que os ligariam ao leste de Angola e as expedições geográficas dos exploradores supramencionados;
- O terceiro consistiu nas alegações eurocêntricas sobre o processo de expansão da civilização por meio de missões religiosas.

Entre esses critérios, a estratégia que gozou de preeminência foi a da missão civilizadora. Para garantir a presença e a soberania no Planalto Central, os portugueses usaram a religião católica como arma no processo de ocupação. Foi por esse motivo que eles enviaram missionários essencialmente políticos, que apresentavam relatórios ao Governador de Benguela. Desde esta

perspectiva, podemos considerar a cumplicidade da Igreja Católica no processo de invasão e ocupação de Angola e, de forma específica, do Planalto Central.

Costa (2014, p. 104) refere que a instalação de missões católicas na região do Planalto Central de Angola «fazia parte de uma estratégia relevante na garantia do domínio português na região e, conseqüentemente, no controle, distribuição e exploração das hipotéticas minas de ouro».

As primeiras missões a serem instaladas no Planalto Central foram protestantes, mas estas não representavam perigo para os reinos locais, já que mantiveram-se neutras nas guerras entre os Ovimbundu e os portugueses. Pelissier (1986) coloca que os missionários protestantes, pelo contrário, constituíam um veto na progressão da ocupação, pois disputaram a região do Planalto Central com os católicos, que por sinal tinham origens e interesses diferentes.

Segundo Santos (2019, p. 38), o processo de evangelização do Planalto Central de Angola foi protagonizado durante o período de colonização por duas organizações principais: a congregacional e protestante *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM) e a católica e “espírita” Congregação do Espírito Santo (CES). Os Congregacionistas eram compostos por duas instituições, sendo uma da América (*Congregational Church*) e outra do Canadá (*United Church of Canada*).

Os protestantes ou congregacionistas americanos juntamente com os canadenses fundaram em 1881 a Missão do Bailundo, a primeira instituição religiosa no Planalto Central de Angola. Além dos missionários originários do Canadá e dos Estados Unidos da América, três anos depois, isto é, em 1884, apareceram outros de origem britânica, como foi o caso de Frederick Stanley Arnot, que se fixou na região do Katanga e foi acolhido pelo rei Missiri. Com a presença de protestantes de origens americana, canadense e sobretudo britânica, os interesses dos portugueses ficaram condicionados, pois Portugal não tinha na região um número de funcionários superior aos protestantes (Pelissier, op. cit.).

Os protestantes foram recebidos por Ekuikui II, na altura rei do Bailundo, que os hospedou em Chilume, uma zona que servia para acomodar visitantes e refugiados. Sungo coloca que:

«Os missionários aceitaram o convite e o rei pediu a seus soldados para que os levassem e os instalassem no Chilume que era o bairro onde habitualmente hospedavam os novos na região. A partir daquele momento a comunidade passou a receber a evangelização destes missionários marcando uma nova etapa no reino, o da evangelização segundo os cânones do protestantismo» (Sungu, op. cit., p. 89).

A ocupação dos Congregacionistas embora fosse extensiva não implicou perdas em termos económicos e políticos para as autoridades locais, pois a sua missão era essencialmente evangelizadora. O comércio que levavam a cabo tinha por fulcro a sua sobrevivência e não vendiam produtos como aguardente, vinho e outros, que eram proibidos pelos seus cânones.

A presença e expansão das missões protestantes ampliou a perda da autoridade de Portugal e provocou rivalidades entre ambos. Numa altura em que o Reino Mbalundu tinha como soberano Ekuikui II (1876-1890), os protestantes encontraram alguma desvantagem, pois que o rei tinha relações de amizade com o Governador de Benguela, ao qual pediu desde muito cedo a presença de um representante português (capitão-mor) no Reino do Mbalundu. Por estes e outros motivos, Ekuikui II expulsou os protestantes do seu território em Junho de 1884, o que aumentou ainda mais a rivalidade entre os missionários e Portugal.

Arnot (1969) refere que essas tensões representavam uma desvantagem para Portugal, que imediatamente enviou em 1884 dois padres para o Mbalundu e o Viye, de modo a equilibrar as campanhas ocupacionais da coroa portuguesa. Esses padres identificados como António Fidalgo e Joaquim Nunes Bernardo não foram enviados para prestarem serviços de evangelização. A missão e o objectivo deles eram essencialmente político. Tal como Silva Porto, que foi nomeado capitão-mor do Viye e Mbalundu em 1885, e os comerciantes, os padres também pagavam tributos aos reis segundo Pelissier (op. cit.). Essa afirmação de Pelissier evidencia claramente a soberania e a independência dos reinos Ovimbundu no período anterior ao século XX.

As pretensões de Ekuikui II, além de chocarem com as dos norte-americanos, também colidiram com os interesses de Ndunduma, rei do Viye. Ndunduma não queria uma representação portuguesa no Viye e não concordava com a instalação de missionários tanto católicos como protestantes no seu reino. Foi

por causa dessa disputa de interesses e do comércio que durante a guerra entre Viye e Portugal, Ekuikui II lutou a favor dos portugueses, quebrando-se desse modo as antigas alianças que somente foram retomadas mais tarde na última guerra entre os Ovimbundu e o império português.

**Tabela 2: Missões protestantes fundadas durante o processo de ocupação**

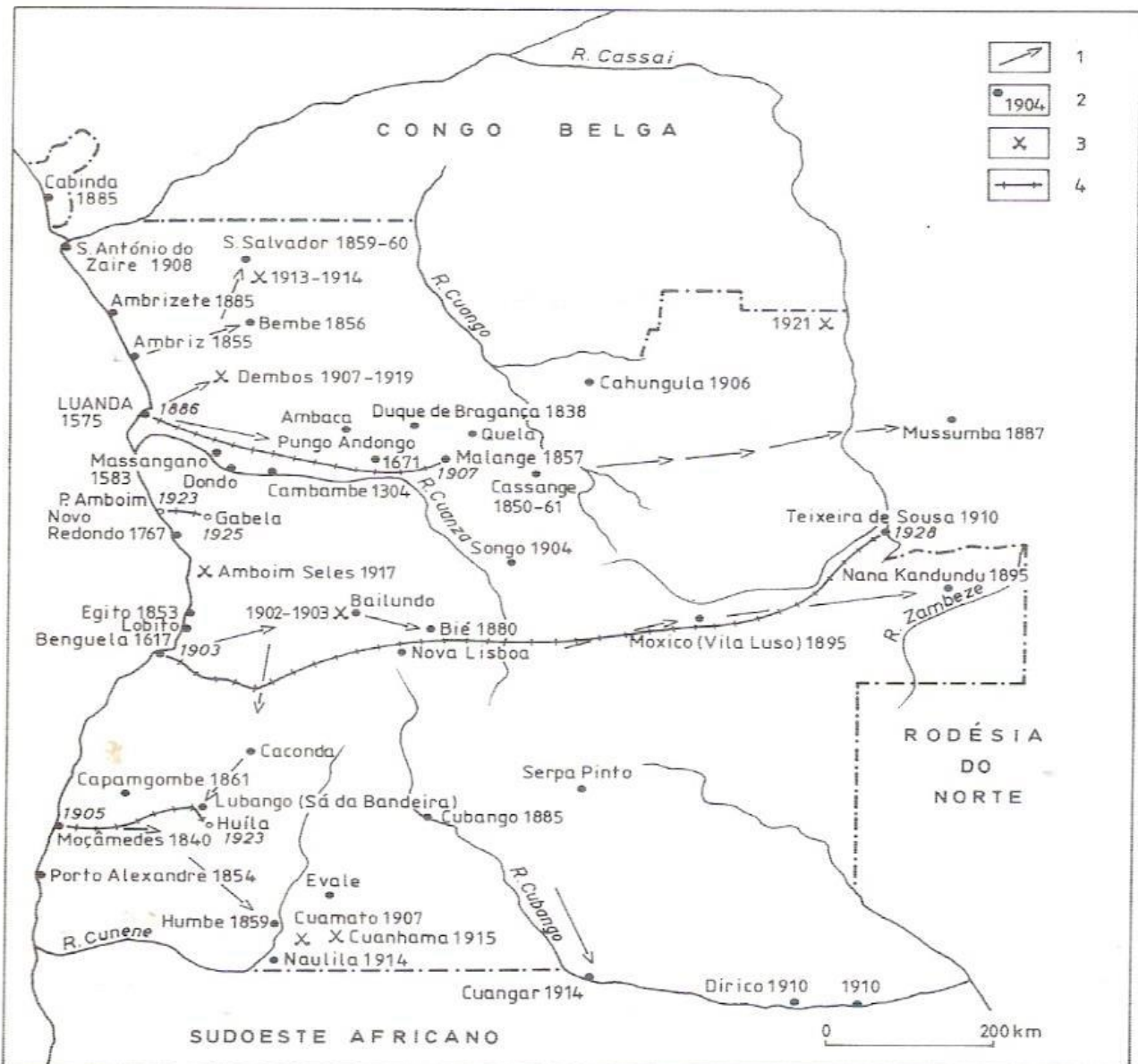
Nº	Localização	Província	Ano/Fundação
1	Missão Evangélica do Tchilume/Bailundo	Huambo	1881
2	Missão Evangélica de Kamundongo	Bié	1885
3	Missão Evangélica de Tchissamba	Bié	1886
4	Missão Evangélica do Chilessso	Bié	1904
5	Missão Evangélica de Elende	Huambo	1906
6	Instituto Curie do Dondi (centro académico)	Huambo	1914
7	Escola Means do Dondi (centro académico)	Huambo	1916
8	Missão Evangélica do Cuito	Bié	1918
9	Missão Evangélica do Bunjei	Huíla	1923
10	Missão Evangélica do Lobito (Kanata)	Benguela	1923
11	Missão Evangélica de Bomba	Huambo	1926
12	Missão Evangélica do Lutamo/Dondi	Huambo	1926

Fonte: Gomes, 2016.

Nas principais zonas de influência política colonial e nas maiores entidades políticas do Planalto os espiritanos católicos fundaram as seguintes missões: Caconda em 1882, Katoko em 1888, Viye em 1892 e no Bailundo em 1895.

### **3.2- Avanços militares e campanhas de ocupação do Planalto Central de Angola**

O mapa abaixo nos mostra as linhas de ocupação, os postos militares e as campanhas de ocupação efectiva protagonizadas pelos portugueses, desde o litoral ao Leste, bem como nas regiões do Norte e Sul de Angola. O mapa é da autoria de Wheeler e foi referenciado por Renata (2014) na sua tese de doutorado.



- 1 linhas de expansão
- 2 cidades e postos militares
- 3 campanha de ocupação e controlo efectivo
- 4 caminhos de ferro

Fonte: Renata, 2014.

A ocupação do Planalto Central de Angola e a conseqüente conquista dos reinos Ovimbundu foram o resultado das estratégias de expansão a partir de diversos pontos de penetração. Para essa região foram criadas essencialmente três rotas: a de Benguela, de Caconda e do Libolo, com fortes reforços da rota de Pungo Andongo. Tais rotas tinham o propósito fundamental de estender o comércio para as regiões distantes e o conseqüente domínio das zonas de maior influência

comercial. Foram, para esse efeito, estabelecidos vários postos militares desde o litoral até às zonas primeiramente conquistadas.

Tal como apontado no mapa, alguns dos postos militares e cidades criados para a ocupação do Planalto e do Leste foram: Benguela, em 1617 (dois anos antes, em 1615, o rei de Portugal e Espanha havia estabelecido uma capitania nas proximidades do rio Longa)<sup>22</sup>; Novo Redondo, em 1767; Pungo Andongo, em 1671; Caconda, em 1861. À medida que o comércio de escravos, borracha, marfim, cera, entre outros, se expandiu, os portugueses alargaram as suas zonas de domínio que transformaram em postos militares, enquanto que em outras fixaram um capitão-mor.

**Tabela 3: Cronologia de ocupação portuguesa do litoral ao centro**

<b>Cidades/Reinos</b>	<b>Ano de ocupação</b>	<b>Modo de ocupação</b>
Luanda	1575	Cidade e posto militar
Massangano	1583	Posto militar
Benguela	1617	Cidade e posto militar
Pungo Andongo	1671	Posto militar
Novo Redondo	1767	Posto militar
Caconda	1769	Posto militar
Viye	1880	Posto militar
Mbalundu	1902-1903	Controlo efectivo
Wambu	1904	Controlo efectivo
Sambo	1902	Controlo efectivo
Tchiyaka	1902	Controlo efectivo
Songo	1904	Posto militar

Elaboração própria<sup>23</sup>.

Os avanços comerciais portugueses desde o litoral, o centro e em outras partes de Angola foram, em várias ocasiões, legitimados pelos tratados com os reinos locais e os Estados europeus, já que se vivia numa época de corrida imperialista. A violação desses tratados que no início apresentavam perspectivas

<sup>22</sup> CF. Neto, 2012.

<sup>23</sup> Com base ilustrações de Renata, 2014.

essencialmente comerciais fez com que as autoridades locais reagissem aos abusos portugueses. Neto (2012), esclarece que em várias regiões os portugueses estabeleceram tratados com os Imbangala, que os ajudaram a conquistar alguns reinos, como Kassanje e Matamba.

Alguns dos tratados que impulsionaram a corrida de Portugal ao Norte, Centro, Sul e Leste de Angola foram o do Zaire e o de Bruxelas. Uma vez que a concorrência era maior na zona do Congo, as rivalidades entre as nações tornaram-se cada vez mais tensas, o que levou à assinatura de vários acordos. Como primeiro país europeu a chegar à região, Portugal reclamou o direito histórico a ocupar o território, enquanto as demais potências europeias como a Inglaterra procuraram apossar-se do território para fins económicos e políticos.

Foi nessa disputa de territórios, baseado em interesses de cada Estado, que surgiu o Tratado do Zaire, precedido por outros tratados como foi o caso do Tratado de Lourenço Marques. O Tratado do Zaire viria a abrandar as hostilidades entre Portugal e a Inglaterra. Este tratado, assinado em 1884, visava aproximar Portugal e a Inglaterra no que dizia respeito à ocupação da região, o que levou a Bélgica e a França a reagir porque também tinham interesses pela mesma área. Vale ressaltar que antes da assinatura deste tratado, Portugal procurou que Hermenegildo Capelo envidasse esforços de modo a impor o poder português nas regiões de Massabi e Kakongo, para que se tornassem sua propriedade exclusiva.

Receosas com essa pretensão de Portugal, a Inglaterra e a França mostraram a sua oposição, o que mais tarde desembocou na assinatura do acordo entre Portugal e a Inglaterra. Com a assinatura deste tratado, em Fevereiro de 1884, países como a França, a Alemanha e a Bélgica entenderam que se tratava de uma forma de dar legitimidade ao direito histórico sempre evocado por Portugal e uma tentativa de vigilância e possível posterior ocupação da Bacia do Congo pela Inglaterra. Outrossim, as outras potências europeias entenderam que o acordo entre Portugal e a Inglaterra significava um veto às suas políticas expansionistas não somente na Bacia do Congo como em todo o continente africano.

Com efeito, dadas as rivalidades que se tornaram cada vez mais tensas, bem como a posição de Portugal perante as grandes potências, foi proposta a realização de uma conferência internacional, na tentativa de evitar possíveis conflitos entre as nações. A proposta inicial foi apresentada por Portugal, porém a Inglaterra não concordou e mais tarde a ideia da realização de um encontro internacional foi retomada pelo rei belga, Leopold II. Foi nessas circunstâncias que viria a ocorrer, mais tarde, por organização de Otto von Bismarck, a Conferência de Berlim.

Por sua vez, a conferência de geografia realizada na cidade de Bruxelas em 1876 revestiu-se de suma importância no que à disputa e à divisão do continente africano dizia respeito. Foi um dos marcos precedentes do Tratado de Berlim e foi determinante para a realização da própria Conferência de Berlim.

Numa altura em que parte do continente africano, sobretudo o interior, era quase desconhecido dos europeus, os mesmos viram-se na necessidade de o explorar para posteriormente formalizarem a colonização. Desde esta perspectiva, uma das regiões mais fortemente disputadas foi, sem dúvidas, a Bacia do Congo. Leopoldo II destacou-se como o mais interessado na região. Aliás, é sabido que apesar de nunca ter viajado para África ele desejava possuir colônia(s) fora do continente europeu. Foi por esse motivo que liderou uma conferência<sup>24</sup> com o objetivo de instituir ou formalizar uma propriedade sua na região do Congo, que mais tarde veio a chamar-se Estado Independente do Congo. Porém, antes da formação dessa propriedade, foram criados alguns comitês cujo objetivo centrava-se na exploração geográfica de África e de modo particular da região do Congo.

Entre esses grupos de especialistas criados merecem destaque a conhecida Associação Internacional Africana e mais tarde criou-se, de forma específica, o Comité encarregue dos estudos do Congo. Foi precisamente no quadro da criação deste comité que o rei Belga estabeleceu um acordo com exploradores para que desenvolvessem um conhecimento mais lato da bacia do Congo. Foi nesta ocasião que entrou em ação o explorador Henri Stanley, por via do pacto com o belga Leopold II. Como é sabido, todo este processo teve como objectivo

---

<sup>24</sup> Conferência geográfica de Bruxelas

a delimitação do ambicionado Congo pelo rei belga e sobretudo a fundação da cidade de Leopoldville, ocorrida em 1882. Foi assim que surgiu o Estado Soberano do Congo, que na verdade era uma propriedade privada do rei e não da Bélgica.

Com a tomada da região por Leopold II, os chefes africanos perderam a soberania e mais tarde a região transformou-se num espaço de atrocidades diversas e impiedosas. A população local passou então a estar submetida ao poder do rei belga, o que propiciou a exploração de bens como o marfim e sobretudo a borracha, através de meios cruéis e radicais. Vários foram os casos de mutilação física para aqueles que se rebelaram contra o regime de trabalho ao qual eram submetidos.

É importante lembrar que as ambições do rei belga inquietavam vários Estados europeus, como era o caso da Inglaterra e com maior realce Portugal, que reclamava direitos históricos na região, já que alegava que foi o primeiro país europeu a chegar ao Congo. Outrossim, Portugal antes do domínio belga tinha firmado acordos com o Reino do Congo e mais tarde firmou ainda outro com a Inglaterra através do Tratado do Zaire, a fim de consolidar a materialização dos seus interesses.

### **3.3 - Início da unidade Ovimbundu**

Entre os vários elementos que unem as populações Ovimbundu o mais destacado é sem sombras de dúvidas a língua. Foi essencialmente por causa da língua Umbundu que essas populações foram consideradas pelos europeus como um grupo da mesma etnia<sup>25</sup> (Neto, 2012). Aquando da chegada dos europeus, do ponto de vista político, social e económico os Ovimbundu constituíam vários Estados soberanos, os quais mantinham relações com benefícios recíprocos.

Va Wambu, Va Mbalundu, Va Viye, Va Ndulu, Va Sambo, Va Tchiyaka, Va Ngalangui, Va Mbaka, Va Tchingolo e outros reinos tinham relações políticas e pacíficas. As ligações entre estes reinos eram feitas através de estradas e as mercadorias eram comumente transportadas por carros puxados por bois ou

---

<sup>25</sup> Como já dito, o conceito da etnia foi uma construção ocidental. Antes da chegada dos portugueses, os Ovimbundu não se identificavam como uma etnia.

ainda por pessoas que as transportavam à cabeça. Várias dessas estradas que serviam de ligação entre os reinos foram usadas por caravanas comerciais e militares portuguesas e hoje são consideradas estradas nacionais. Com o processo de invasões e posterior ocupação colonial portuguesa, a unidade Ovimbundu deixou de ter um pendor meramente económico, passando a ser de natureza política para a luta por causas não somente identitárias do ponto de vista cultural mas acima de tudo para a manutenção da soberania local.

Segundo Costa (2014), os primeiros contactos entre os Ovimbundu do Mbalundu e os portugueses ocorreram no ano de 1610<sup>26</sup>. Os contratos estabelecidos neste período, realizados por D. Manuel Pereira Forjaz, então capitão geral, se resumiram exclusivamente às relações comerciais. Se o primeiro contacto aponta para o começo do século XVII, foi apenas no final do século XVIII que a intervenção portuguesa tornou-se mais forte (Delgado, 1944).

Os abusos dos tratados e a manifestação das intenções extracontratuais por parte dos portugueses levaram os reinos locais a reivindicarem a legitimidade da sua soberania e a tentarem evitar a materialização dos interesses políticos lusos. Foi precisamente essa defesa da salvaguarda da soberania local que levou as autoridades locais a resistirem através de uma união Ovimbundu às pretensões políticas coloniais portuguesas.

Entre os factores que promoveram a aliança política no Planalto Central estão a exploração excessiva dos escravos e as tentativas de ocupação territorial que procuravam tornar os reinos locais em vassallos. O crescimento dos trabalhos de mineração no Brasil e o aumento do comércio com o Rio de Janeiro causaram uma disputa no mercado interno entre Benguela, dominada maioritariamente por brasileiros, e Luanda. Esses dois factores contribuíram para o aumento da procura da mão-de-obra no Planalto Central de Angola. Com o estabelecimento dos assentamentos do Novo Redondo (Sumbe) e Caconda, o comércio favoreceu mais os interesses europeus e prejudicou as autoridades locais. Os escravos do Planalto passaram a ser facilmente comercializados com navios

---

<sup>26</sup> Se o primeiro contacto entre portugueses ocorreu neste ano, podemos considerar que o reino do Mbalundu foi fundado ao período muito anterior ao mencionado no trabalho. A afirmação de Costa foi baseada na consulta que realizou no Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

americanos e europeus, o que deu lugar a uma resposta brutal dos reinos locais (Neto, 2012).

Com o estabelecimento do assentamento do Novo Redondo, actual Sumbe, os portugueses tencionavam lançar uma campanha militar no Planalto Central para submeter os reinos locais, nomeadamente o Reino do Mbalundu (Idem). Foi aquando de uma dessas campanhas militares que o Mbalundu sofreu um ataque português, em que o rei Tchingui I foi capturado em Lumbanganda e levado para Luanda.

Com os sucessivos ataques militares de ocupação, os reinos Ovimbundu iniciaram alianças internas de modo a lutarem conjuntamente contra as forças militares portuguesas. Por ocasião de seu reinado, Ekuikui I, soberano do Mbalundu, enviou seus súbditos ao Wambu, Viye e Andulo para uma luta comum contra a ocupação colonial portuguesa (Sungu, op. cit.). Foi o começo das Primeiras Guerras entre os Ovimbundu e Portugal.

### **3.4 - Fases das Guerras Ovimbundu contra a ocupação colonial**

Os reinos Ovimbundu protagonizaram várias resistências militares contra a ocupação colonial portuguesa. Os vários conflitos que Pelissier (op. cit.) chama de Guerras Luso-Ovimbundu resultaram dos descontentamentos dos reinos quando os portugueses começaram a manifestar a intenção de ocupação político-militar e de exploração dos recursos locais. Para os Ovimbundu os conflitos eram uma reação à invasão estrangeira e uma tentativa de defesa da soberania dos seus territórios. Os conflitos ocorreram em duas fases principais.

#### **3.4.1 - Primeira Guerra Ovimbundu contra Portugal**

A Primeira Guerra entre os Ovimbundu e Portugal ocorreu entre os anos de 1774 e 1778, quando os portugueses começaram a construir fortalezas nas três linhas de invasão, nomeadamente em Benguela, Libolo e Caconda. Depois dos confrontos ocorridos no assentamento do Novo Redondo com a autoridade local Kabolo devido aos abusos perpetrados pelos portugueses foram realizadas várias campanhas militares, que tinham por objetivo penetrar no interior e submeter os reinos locais. É importante lembrar que, apesar das guerras terem ocorrido de forma mais intensa no período entre 1774 e 1778, elas se

prolongaram por mais de 5 anos e somente houve um cessar-fogo depois do recuo das forças militares portuguesas para o litoral<sup>27</sup>.

A guerra envolveu os reinos Ovimbundu, com maior destaque para o Mbalundu, Viye, Wambu, Ngalangui, Tchiyaka e Tchingolo, contra o império colonial português. Destacaram-se como comandantes Tchingui I, Tchingui II, Ndahulu I e Tchimbili II por parte dos Ovimbundu e António de Lencastre por parte de Portugal, juntamente com o seu aliado Kangombe I. Neto (2012) coloca que os portugueses montaram uma campanha militar com duas frentes: uma a partir do Norte e a outra do Oeste, que visavam atacar o Mbalundu, o Wambu, o Viye, a Tchiyaka, o Tchingolo, o Ngalangui, entre outros reinos.

As principais causas da Primeira Guerra Luso-Ovimbundu estiveram relacionadas com os abusos dos portugueses no que concerne aos incumprimentos e violações dos tratados com os reinos locais e às pretensões de ocupação do Planalto Central pela coroa portuguesa. Para os Estados locais, os tratados se limitavam apenas às trocas comerciais, mas os portugueses pretendiam legitimar a sua soberania por via da construção de assentamentos militares e tornar os reinos locais vassallos. Outro factor não menos importante foi o comércio de escravos. Os tratados entre os reinos planálticos e os portugueses estariam limitados ao marfim, à borracha, à cerra e aos minérios. Com a explosão da captura de escravos por Portugal, os reinos locais começaram a reagir contra as pretensões portuguesas.

Como dito, os primeiros conflitos militares entre os reinos Ovimbundu e os portugueses ocorreram no final do século XVIII, quando os últimos começaram um processo de ocupação efectiva, não só do Planalto Central, como do Leste e Sul de Angola. Para a ocupação do Leste e a transacção de mercadorias de vários pontos de Angola, o Planalto era uma região indispensável. Antes de 1774, as relações entre os portugueses e as entidades locais eram pacíficas, pois que, apesar de alguns momentos conturbados, existiam benefícios mútuos das actividades comerciais cujos pontos estratégicos de maior impacto eram o Viye, o Mbalundu e o Wambu. Aliás, como afirmado, o Mbalundu e o Viye

---

<sup>27</sup> Essa afirmação é feita com base na análise dos resultados da investigação feita a partir das versões recolhidas da tradição oral.

disputavam a hegemonia e o controlo do comércio das rotas de Benguela e Novo Redondo, facto que provocou divergências entre Ekuikui II e Kalandula.

Com o estabelecimento do assentamento do Novo Redondo e do posto militar de Caconda, os portugueses procuraram dominar o Planalto, principalmente o Mbalundu que era considerado o reino mais letal. Em 1774, durante o reinado de Tchingui I, o Mbalundu foi invadido e atacado por forças portuguesas. No mesmo período travaram-se duas guerras, sendo que na primeira o exército local de Tchingui venceu o do império colonial português. Neste primeiro momento da guerra, os portugueses não foram capazes de vencer integralmente o Reino do Mbalundu. A maior conquista que tiveram foi a captura do rei que foi levado para Luanda, onde viveu com a sua esposa, tal como dito anteriormente.

Com a captura do rei, os portugueses acreditaram que as suas relações com o Mbalundu haveriam de melhorar, mas paradoxalmente Tchivila Mbambangulu, ou simplesmente Tchingui II, continuou com as ofensivas contra os ataques portugueses. Entre 1776 e 1778, apesar de ter perdido algumas aldeias, como refere Sungo (op. cit.), enfrentou várias vezes o exército português, tendo morrido num dos confrontos em defesa do seu território. O seu sucessor, Ekuikui I, procurou evitar se transformar num rei vassalo dos portugueses. Como já afirmamos, foi ele quem enviou seus súbditos para os demais reinos do Planalto a fim de estabelecerem uma aliança política para derrubar as forças portuguesas.

Depois de várias batalhas travadas no Mbalundu, os portugueses apesar de não terem conquistado Halavala, a capital do reino, viraram as suas atenções para o Viye onde encontraram a resistência do rei Ndjahulu I, embora este mais tarde tenha sido destronado e substituído por Kangombe I. Esse facto deu-se aproximadamente em 1778, mas as primeiras batalhas em Viye datam do ano de 1774.

Os reinos de Ngalangui, Tchingolo, Tchiyaka e Wambu tiveram um papel importante nesta guerra, pois serviram de bloqueio às forças militares portuguesas, em função da sua localização geográfica entre os assentamentos de Benguela e de Caconda. Foi neste conflito de 1774-6 que o Reino de Ngalangui, o mais próximo de Feti, foi invadido e conquistado e tornou-se

subalterno ao império colonial português (Neto, 2012). Mas essa conquista não foi o fim das estruturas políticas do reino, pois com o recuo militar de Portugal para o litoral e com a ajuda dos reinos próximos Ngalangui voltou a se erguer.

Durante este conflito na região de Samisasa não foram travadas guerras brutais, pois a capital do Reino Wambu estava sediado em Nganda la Kawe. Foi por esse motivo que quando o rei local e o seu exército enfrentaram as forças portuguesas em Kahala e nas pedras com o nome Nganda la Kawe recuaram ao Reino de Tchingolo onde montaram uma contraofensiva.

Neto (op. cit.) refere que o Reino de Tchingolo foi saqueado em 1775, mas rapidamente se reergueu e se fortificou. Tchiyaka foi igualmente fundamental para garantir a vitória dos reinos locais onde os labirintos rochosos naturais ajudaram na resistência militar e na garantia da reorganização política dos reinos próximos. Foi essencialmente durante a Primeira Guerra Luso-Ovimbundu que Tchimbili II transferiu a capital do Reino do Wambu de Nganda la Kawe para Samisasa, nas proximidades de Kalikoque e de Kissala. Segundo Santos (1998), o chefe do Wambu Matende travou uma sangrenta batalha em Kissala, na qual foi morto depois de derrotar na primeira batalha o exército português.

As tentativas de invasão e ocupação portuguesa nesses primeiros confrontos não tiveram os resultados esperados por Portugal. Os reinos Ovimbundu resistiram militarmente contra os portugueses e foi por esse motivo que os mesmos voltaram a atacar de forma mais intensa um século depois. Neto (2012) coloca que os portugueses não conseguiram assegurar a vitória e não conquistaram a região de forma permanente. A autora prossegue salientando que «a campanha de 1774-6 revelou os limites e as fragilidades dos exércitos portugueses longe da costa, e por mais de um século eles não lançaram mais grandes operações militares no planalto» (Idem, p. 58).

Embora as forças portuguesas tivessem recuado para o litoral, o seu fracasso não significou o fim da tão ambicionada conquista do Planalto Central. Durante aproximadamente um século, as relações diplomáticas foram reestabelecidas entre as autoridades locais e os portugueses.

Em Mbalundu, as relações diplomáticas com Portugal atingiram o ponto mais alto a partir de 1876, quando o rei Ekuikui II foi entronizado. Apesar da disputa

hegemônica na qual estava envolvido com o reino de Viye, Ekuikui II foi hospitaleiro para com os portugueses e procurou um equilíbrio entre os interesses locais e os dos estrangeiros. A principal causa da rivalidade com Viye foi o controlo do comércio e a ideia de superioridade em relação ao outro. Mbalundu queria subalternizar Viye enquanto centro do comércio no Planalto. Aliás, foi também por esse motivo que impediu que os missionários protestantes americanos seguissem para o Bié e pediu que se instalassem em Mbalundu, pois isso daria vantagem ao Viye. Devido a essa inimizade, quando Ndunduma foi atacado, Ekuikui II posicionou-se a favor de Portugal, tal como já referimos. Foi também devido às rivalidades entre os dois reinos que durante muito tempo Ekuikui II solicitou ao Governador de Benguela, com quem mantinha relações, a presença de um capitão-mor específico para o Mbalundu que não fosse simultaneamente de Viye.

Neto (1993) afirma que os portugueses aproveitaram-se do espírito de hospitalidade de Ekuikui II para procurar subalternizar o Reino do Mbalundu. Porém, Ekuikui II, que era um grande diplomata, não permitiu abusos de ocupação em seu território. A sua diplomacia e amizade com os portugueses tinham em vista principalmente centralizar para o seu reino o comércio das rotas de Benguela, Caconda e Novo Redondo, bem como superiorizar-se em relação ao Viye.

Diferente da diplomacia de Ekuikui II de Mbalundu, o Viye com Ndunduma no poder dispensou qualquer relação com Portugal que pudesse permitir maiores benefícios aos estrangeiros. No princípio, as relações entre Ndunduma e Portugal, representado pelo Capitão-mor Silva Porto e os seus oficiais, foram boas, mas rapidamente deterioraram-se quando o rei se apercebeu das reais intenções dos portugueses. Na verdade, ele queria que as relações se baseassem apenas no comércio, daí que não admitisse a presença de militares nem mesmo de missionários nas suas terras. Em Março de 1890, Ndunduma ordenou que os oficiais portugueses se retirassem das suas terras pelo facto de quererem construir uma fortaleza em Viye (Pelissier, 1986).

Depois da morte de Silva Porto, Artur Paiva vindo do planalto da Huíla chegou a Ekovongo, capital do Viye, em Outubro de 1890. O ataque feito ao Viye só foi possível devido à aliança militar que Artur de Paiva estabeleceu entre Caconda

e Mbalundu. Da Huíla fez-se acompanhar de um exército de 882 pessoas, entre os quais se encontravam vários boers e combatentes (Pelissier, op. cit.).

Com a tomada da capital Ekovongo, Ndunduma refugiou-se em Tchicala nas terras dos Nganguela e usou o missionário William Sanders como intermediário entre ele e Artur de Paiva. Foi este missionário que aconselhou as partes para que terminassem o conflito. Para o efeito, Artur de Paiva exigiu que lhe entregassem Ndunduma. Em Dezembro de 1890, Ndunduma foi capturado e posteriormente deportado como preso para Cabo Verde (Idem).

Embora a sua soberania sofresse uma perda parcial, a guerra de Portugal contra o Viye não significou o fim deste reino. Ndunduma foi substituído por Kapoko e o Reino de Viye teve um envolvimento crucial na Segunda Guerra Luso-Ovimbundu, que se desenrolou no começo do século XX.

### **3.4.2 - Segunda Guerra Ovimbundu contra Portugal**

A Segunda Guerra Luso-Ovimbundu, como a designou Pelissier (1986), foi uma série de conflitos armados protagonizados pelos reinos Ovimbundu contra o império português entre os anos de 1890 e 1904, embora os confrontos, em menor escala, se tivessem prolongado até ao final da primeira década do século XX. Foi a primeira revolta com uma dimensão de libertação nacional do território angolano, pois que, além de congregar os reinos Ovimbundu, também se aliaram a ela os reinos Nganguela e parte das populações do corredor do Alto Redondo.

Foi a maior e a mais dura campanha militar portuguesa no continente africano até então. Se na Primeira Guerra de 1774-8 a unidade Ovimbundu não estava totalmente consolidada, na segunda os Ovimbundu formaram um só corpo político-militar que procurou de várias formas impedir o avanço militar do governo português. Pelissier (1986), Neto (2012), Costa (2014) e outros consideram que Portugal nunca enfrentou em África uma batalha militar tão grande como a que foi travada contra a coligação Ovimbundu. Essa campanha «foi a maior operação militar portuguesa na Angola até esse ponto, envolvendo três colunas diferentes vindas do norte, sudoeste e oeste» (Neto, 2012, p. 78).

Segundo Pelissier, «em 1902 estalou a primeira grande revolta do século XX em Angola e a única que os Ovimbundu do planalto central puderam dizer sua»

(Pelissier, 1986, p. 79). Essa afirmação evidencia de forma clara a dimensão militar e política dessa guerra, que como dissemos não tinha apenas por objectivo a defesa dos Estados Ovimbundu, mas sim dos territórios além-planálticos.

A guerra envolveu os seguintes reinos do Planalto: Mbalundu, Wambu, Viye, Ngalangui, Tchiyaka, Quibala, Tchingolo, Kassongue, Tchivanda, Sambo, Tchikala e outras coligações Nganguelas. Destacaram-se como heróis locais da Segunda Guerra, Mutu-ya-Kevela, Numa II, Samakaka, Kalandula, Ndunduma I e Livongue. Do lado da cora portuguesa destacaram-se Artur de Paiva, Pais Brandão, Massano de Amorim, Teixeira Moutinho, Teixeira da Silva e Paiva Couceiro.

Para lançar o ataque militar ao Planalto Central, os portugueses usaram como estratégia a formação de três colunas de penetração aos Ovimbundu: a coluna do Libolo, a coluna de Benguela e a coluna de Caconda.

- **Coluna do Libolo:** também conhecida como coluna do Norte foi formada e liderada por Pais Brandão e foi a primeira a chegar ao Reino do Mbalundu em Julho de 1902. Foi essa coluna que atacou de surpresa o acampamento de Mutu-ya-Kevela, por ocasião da traição de missionários católicos de Hanga. Importa referir que esse o acampamento militar só foi possível de ser atacado quando o padre Goep, líder da Missão de Hanga, dirigiu por meio de dois sacerdotes, o exército Português até ao local.
- **Coluna de Benguela:** de Benguela partiram duas colunas, sendo a primeira a do então Governador Geral de Benguela, Teixeira Moutinho, que se juntou ao grupo de Caconda. A segunda foi formada e comandada por Pedro Massano de Amorim depois do reforço que o então Governador Geral de Angola, Cabral Moncada, pediu ao governo português. Segundo Pelissier (op. cit.), depois de ter regressado a Luanda Cabral Moncada pediu um reforço à metrópole que lhe enviou uma companhia de 143 homens, à qual juntaram-se mais duas companhias africanas. Essa coluna contou um número superior a 770 homens, com 5 peças de artilharia e mais de 1000 carregadores (Idem). Essa coluna atingiu o Planalto passando por Tchiyaka, onde começaram os seus primeiros

ataques. Dos mais de 770 militares, 320 eram europeus e os demais eram uma mistura de brancos nascidos em África, mestiços e negros. Pelissier (1986), refere que nunca se reuniu tamanha força militar de invasão contra os reinos angolanos.

- **Coluna de Caconda:** a coluna do Sudoeste, como também era chamada, foi formada por Teixeira Moutinho e teve como ponto de partida Benguela. Concentrou-se em Caconda, onde se juntou com os mais de 109 dragões que vieram da Huíla. Foram os mais de 500 militares desta coluna que tendo partido de posto militar de Caconda começaram os ataques nos reinos do Wambu e Ngalangui. No entanto, esta coluna foi a fusão entre as primeiras forças militares provenientes de Benguela, as do posto militar de Caconda, região que serviu de concentração, e os militares da Huíla.

Segundo Pelissier (1986), para quebrar e bloquear essa estratégia que era chamada de “fecho da abóbada”, Mutu-ya-Kevela instalou, juntamente com os seus adjuntos, o seu quartel general na região de Kuvo e enviou emissários aos reinos de Ngalangui, na Ombala Kandumbu, em Tchivanda e Kibala. A sua estratégia de bloqueio consistiu em cortar as passagens entre Bié e Caconda, o Bailundu e o Leste, Benguela e a fortaleza militar de Portugal.

#### 3.4.2.1 - Causas da guerra

Entre as principais causas da Segunda Guerra no Planalto goza de preeminência a construção de fortalezas militares portuguesas que tinham como fulcro aproximar o poder da coroa portuguesa aos reinos locais a fim de os conquistar. Além desta, outras causas que também contribuíram directamente para o início da guerra foram:

- **A queda do preço da borracha:** o colapso do preço da borracha teve um impacto negativo para os reinos locais, pois que o comércio deste produto servia como uma das bases económicas da região. Os preços do produto decaíram no mercado e com isso os Ovimbundu acabaram sendo prejudicados;
- **O trabalho forçado e o tráfico de escravos:** com a queda do preço da borracha, os portugueses procuraram uma forma de compensar as perdas. Para eles o ideal foi o agravamento do comércio ilícito de

escravos e o aumento do trabalho forçado, os que fez com que as autoridades locais reagissem com desagrado;

- **Desacordos diplomáticos:** as relações diplomáticas que haviam sido repostas depois da Primeira Guerra deterioraram-se no final do século XIX. Em Viye, na época de Ndunduma, haviam sido quebradas algumas relações diplomáticas com o Governo Geral de Benguela. Como já foi dito, Ndunduma expulsou oficiais portugueses e missionários britânicos e católicos. No Mbalundu viveu-se um período conturbado depois da morte de Ekuikui II, que se destacou como o maior diplomata da história do reino. É importante ressaltar que quando em 1891 Teixeira da Silva se instalou no Mbalundu como capitão-mor levou consigo cerca de 200 soldados (Idem). Isso evidencia de forma clara as reais intenções de ocupação dos portugueses. As relações deterioraram-se quando Numa II percebeu que a diplomacia que era exercida pelo governo de Benguela tinha por intenção aproximar o poder português do reino e subverte-lo como fantoche. Ndunduma do Viye e Numa II do Mbalundu destacaram-se inicialmente como principais opositores a Portugal neste processo. Costa (2014) refere que a partir de 1885 os desentendimentos cresceram de forma paulatina a ponto de levarem posteriormente a uma guerra de Portugal contra Numa II.

Os desentendimentos continuaram durante o reinado de Kalandula e Mutu-ya-Kevela. Estes dois últimos não admitiram os abusos dos comerciantes portugueses que procuravam explorar as suas terras, desfavorecendo as populações locais. Segundo Pelissier (1986), Kalandula e o seu general Mutu-ya-Kevela costumavam receber bens de comerciantes portugueses por empréstimo, mas não efectuavam pagamentos. Um comerciante desgastado com a situação queixou-se ao representante da coroa portuguesa, isto é, ao capitão-mor do Mbalundu. Kalandula e Mutu-ya-Kevela foram várias vezes notificados para se apresentarem perante o representante português, mas negaram-se a comparecer pois entendiam isso como um acto de submissão.

Como referido, as primeiras tensões da Segunda Guerra ocorreram em 1890 em Viye, com Ndunduma. No mesmo ano, o reino entrou em decadência e o seu sucessor, entronizado pela coroa portuguesa, tornou-se vassalo dos interesses

estrangeiros. No Mbalundu, a guerra eclodiu após desentendimentos entre Numa II e o Capitão-mor Teixeira da Silva.

Segundo Costa (2014) e Pelissier (1986), a guerra foi causada por um desentendimento entre Teixeira da Silva e Numa II. Mas antes disso houve um desentendimento entre um comerciante cujo nome não está identificado e o soberano de Mbalundo. Depois do comerciante ter-se queixado ao capitão-mor, os desentendimentos aumentaram.

Em Março de 1896, Numa II lançou um ataque contra um destacamento militar português comandado por Serafim José de Oliveira, que pernoitava próximo da Ombala do rei. Teixeira da Silva solicitou imediatamente socorro militar ao Libolo, a Benguela e a Caconda. Por força desse reforço, a guerra eclodiu e o palácio do rei foi posteriormente invadido, o que ocasionou o estupro e a morte das mulheres da realeza, incluindo *Inakulu*, a esposa do rei. Segundo Keiling (1934), *Inakulu* foi morta pela esposa de Teixeira da Silva.

O contra-ataque de Numa II não foi suficiente para afastar a força portuguesa, o que o obrigou a recuar a Bimbi onde travou as últimas batalhas da sua vida. No mesmo ano de 1896, outros ataques foram lançados nas proximidades do rio Kuvo por Samakaka Samba-yo-Londungu contra as tropas portuguesas. Samakaka resistiu até aos últimos anos da Segunda Guerra.

O ano de 1902 é considerado como o período em que a guerra atingiu o ponto mais alto. Foi o ano em que os Ovimbundu e os portugueses reuniram as maiores forças militares. O rei Kalandula, substituto de Hundungulu, continuou com a política de Numa II, porém acabou sendo morto pelas forças portuguesas. O fim do reinado de Kalandula ocorreu quando atendeu ao pedido do capitão-mor para comparecer diante deste. Ele e os seculos que o acompanhavam foram presos e mortos. Foi por ocasião da morte do soberano que o general Mutu-ya-Kevela, que assumiu o trono, procurou se vingar contra o exército português.

Segundo Pelissier (1986), no princípio de 1901 foram convocados seis reinos Ovimbundu para estabelecer uma aliança que pusesse fim ao domínio português. Foram eles: Ngalangui, Mbalundu, Tchivanda, Tchiyaka, Wambu e Kapanzo. Essa coligação derrubou em 1901 o exército português. No início de 1902, Mutu-ya-Kevela mobilizou os seus aliados tendo outra vez vencido o

exército português. Foram assassinados muitos militares da coroa portuguesa, alguns refugiaram-se em Novo Redondo e os demais foram transformados em escravos. Mutu-ya-Kevela enviou os escravos para os reinos vizinhos como prova da sua vitória (Idem, p. 86). Foi por esse motivo que o então Governador Geral de Angola pediu reforços a partir da metrópole.

Mutu-ya-Kevela não se opôs apenas à ocupação colonial, mas também combateu a prática do comércio de escravos e aguardente (Pelissier, op. cit.). Em 1902, Mutu-ya-Kevela reforçou a aliança Ovimbundu, lançando uma campanha de bloqueio das colunas militares e rotas de entrada no Planalto e promoveu uma luta contra a ocupação colonial portuguesa. Foram mobilizadas as forças de Ngalangui, Tchiyaka, Wambu, Tchingolo, Kandumbu, Tchivanda, Sambo, Tchingolo e outros reinos de menor escala. O soberano do Wambu, Livongue, não participou diretamente mas enviou o seu auxiliar Samakaka com alguns militares. Livongue manteve-se no Wambu para atacar a coluna portuguesa que entrava a partir de Caconda. Em Ngalangui estavam mobilizados perto de 6000 militares que atacaram no dia 12 de Maio uma casa comercial portuguesa. Em Kuvu, onde Mutu-ya-Kevela se instalou, estavam reunidos mais de 6000 militares (Idem). Os outros reinos também mobilizaram as suas tropas.

Eclodiu então a maior guerra das campanhas militares portuguesas em África antes da Primeira Guerra Mundial. No Wambu, a guerra teve a duração de 10 dias, em que ocorreram grandes confrontos até à morte de Livongue. Se de um lado estavam os Ovimbundu que enfrentaram o exército português na estação seca, do outro lado encontravam-se os portugueses que foram confrontados com o problema da fome. Segundo Pelissier (op. cit.), o exército colonial português foi acolhido e alimentado pelas missões católicas locais. Foram também os missionários católicos que indicaram aos militares portugueses onde se encontravam os acampamentos Ovimbundu.

A queda do exército Ovimbundu não ocorreu nos campos de batalha, mas por meio de traições. Mutu-ya-Kevela foi atacado de surpresa em consequência da traição de um padre católico. Foi o padre Joseph Goep que alimentou os portugueses e ordenou a dois jovens católicos para conduzirem o exército ao acampamento de Mutu-ya-Kevela, que foi atacado de surpresa a 4 de Agosto de 1902 (Pelissier, 1986, p. 89).

A morte de Mutu-ya-Kevela não significou o fim da guerra, pois que ela se prolongou de forma intensiva até 1904 com a tomada de Bimbi, onde Samakaka e o rei Moma lutaram ainda contra as forças militares portuguesas. O poder Ovimbundu começou a decair após a morte de Mutu-ya-Kevela e agudizou-se com a queda de Kandumbu, onde foram travadas as últimas campanhas letais dos Ovimbundu. Nas duas ocasiões, os portugueses venceram devido a traições. No caso de Mutu-ya-Kevela foi o padre Goep e para Ndala Kandumbu foi Sevimbi, um dos membros da realeza que almejava tornar-se rei da Ombala. Foi ele que desvendou aos portugueses as estratégias de guerra de Kandumbu.

Além das traições, outras hipóteses são também apontadas, nomeadamente: a redução da população local (devido o tráfico de escravos e fenómenos naturais) e o desequilíbrio de material de guerra.

#### **3.4.2.2 - Consequências da guerra**

No Reino do Wambu, a guerra atingiu o ponto mais alto no dia 19 de Agosto de 1902 quando a capital foi tomada e o rei Livongue foi morto. A guerra somente foi concluída no dia 23 do mesmo mês. A guerra do Wambu se estendeu até às pedras Nganda la Kawe onde foram travados violentos combates a 9 de Setembro. Em Kandumbu, por sua vez, a batalha ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de Setembro, depois da batalha do Sambo ocorrida no princípio do mesmo mês (Idem).

Do lado português, as batalhas ocorridas em Wambu, Sambo, Kandumbu e outros reinos vizinhos foram protagonizadas pela coluna de Benguela, liderada por Teixeira Moutinho. As contra o Mbalundu, Bimbi, Kuvo, Tchiyaka, Ngalangui e outros reinos da coligação foram protagonizadas inicialmente pela coluna do Libolo, à qual se juntou a coluna de reforço de Benguela que entrou por Tchiyaka.

Os resultados desta guerra foram catastróficos. Para os reinos Ovimbundu, a guerra significou a continuação do fortalecimento do nacionalismo angolano já que a luta levada a cabo não tinha uma delimitação específica ao Planalto Central. Várias vezes, os Ovimbundu protagonizaram guerras contra os portugueses no Alto Redondo (actual Sumbe), nas fortalezas de Benguela e nas terras dos Nganguelas.

Pelissier (1986), estima que de Maio a Outubro de 1902 estiveram envolvidos mais de 20.000 homens Ovimbundu na luta contra a coroa portuguesa. O exército português também era composto por milhares de homens, sendo a maioria africanos negros, que o autor chama de civilizados (?). No que concerne ao número de mortes, os dados não são precisos, principalmente do lado dos Ovimbundu. Estima-se que tenha ultrapassado os 7000 entre militares, civis e crianças.

«Ninguém pode contá-las de maneira segura, mas **vários milhares** parecem ter efectivamente sucumbido se incluirmos os não combatentes que foram chacinados» (Pelissier, 1986, p. 93).

O autor acrescenta que em Kandumbu, onde os portugueses venceram graças à traição de um pretendente ao trono, morreram cerca de 436 Ovimbundu. Em Wambu e Nganda la Kawe morreram mais de 350 militares. Do lado de Portugal participaram milhares de militares, com metralhadoras, canhões e milhares de cartuchos. Morreram perto de 600 brancos e inúmeros negros que faziam parte do exército português (Idem).

## CONCLUSÃO

As estruturas políticas e sociais dos reinos Ovimbundu emergiram como consequência do processo migratório Bantu do qual são parte integrante. Além disso, há outra versão que defende a ideia segundo a qual os povos Mbundu, nos quais estão incluídos os Ambundu e os Ovimbundu, têm uma descendência comum a partir de Feti, uma personagem que aparece na mitologia como o ancestral comum. Esses povos são assim chamados tendo em conta a língua que usam, o Umbundu. O nome Ovimbundu surgiu no século XIX, como uma construção ocidental para designar povos com elementos identitários comuns, com particular realce para a língua. Antes deste período, designavam-se em função dos nomes dos seus reinos, como por exemplo Va Mbalundu, Va Wambu, Va Viye, Va Ndulu, Va Sambo, entre outros.

Essas populações formaram vários reinos, num número superior a 22, entre os quais alguns eram soberanos e outros prestavam vassalagem. Alguns desses reinos foram fundados por caçadores, Jagas e mulheres. Destacaram-se o Mbalundu, o Viye, o Wambu, a Tchiyaka, o Sambo, o Ndulu e o Ngalangui.

A nossa pesquisa concluiu que os reinos Ovimbundu desempenharam um papel fundamental na luta contra a ocupação colonial portuguesa, tanto a nível local do Planalto Central como nacional, já que as resistências protagonizadas por eles alcançaram algumas zonas do Leste e Oeste do actual território angolano.

Quanto aos factores que contribuíram para a expansão e a ocupação colonial portuguesa do Planalto Central destacaram-se as pretensões de ampliação e consolidação do império português nas regiões que ainda não haviam sido explorados pelas potências europeias, a exploração de recursos naturais e o tráfico de escravos. As primeiras regiões ocupadas foram as zonas litorâneas, destacando-se Luanda em 1575, Massangano em 1583, Benguela em 1617, Pungo Andongo em 1671 e Novo Redondo em 1767.

A expansão para o Planalto Central obedeceu de início a duas rotas principais: a de Benguela que ligava o litoral, o Planalto e o Leste de Angola e a do Novo Redondo (actual Sumbe), que também fazia a ligação com o Planalto e o Leste. Com a criação dos assentamentos e postos militares no interior, os portugueses se aproximaram cada vez mais dos reinos do Planalto Central. Entre as estratégias usadas para a penetração e a ocupação da região sobrepôs-se a expansão das missões com a justificação civilizacional e o comércio.

Em função dessas pretensões de ocupação, os reinos Ovimbundu deram início a um processo de resistência militar que originou duas grandes guerras Luso-Ovimbundu. A primeira ocorreu entre 1774 e 1778 e a segunda de 1890 a 1904. No que concerne às consequências dessas guerras, merecem destaque as de âmbito demográfico pois que milhares de vidas humanas foram perdidas; as económicas que contribuíram para a crise do comércio e da produção agrícola; as políticas visto que os reinos Ovimbundu viram as suas estruturas políticas e sociais colapsadas; e as de domínio cultural com a imposição da cultura ocidental.

As resistências Ovimbundu constituem um legado de capital importância para a História de Angola, podendo-se considerar que marcaram o início de um sentimento de defesa da pátria e do nacionalismo angolano. As lutas de resistência armada contra o colonialismo português que conduziram à independência de Angola foram a continuidade das que foram protagonizadas pelos guerreiros do Planalto Central, tais como Mutu-ya-Kevela, Kalandula, Ndunduma, Livongue, Tchingui I, Numa II, Samakaka e tantos outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTUNA, P. R. R. A. (1985). *Cultura Tradicional Bantu*. Secretariado Arquidiocesano Pastoral. Luanda, 1985, p. 221-222, *apud* PASCUAL

ARNOT, Frederick Stanley (1969). *Garenganze or Seven Years Pioneer Mission Work in central Africa*. New Edition. London.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (1970). *Elementos Sobre o Grupo Étnico Ovimbundu*. Código de registo: PT/TT/SCCIA/007/0008

CATATA, Administração Comunal (2022). Apontamentos sobre o reino Tchingolo. Huambo.

CHILDS, G. M. (1970). *The Chronology of the Ovimbundu Kingdoms*. The Journal of African History. Volume. 11, número 2, pp. 241-248.

CHILDS, Gladwyn. M. (1949). *Umbundu Kinship na Character*. Oxford University Press, for the International African Institute, London.

DANIEL, H. E. (2002). *Dicionário de umbundu*. Lisboa: Naho.

DELGADO, Ralph (1944). *Ao sul do Cuanza: ocupa o e aproveitamento do antigo reino de Benguela*. Imprensa Beleza, Lisboa.

EHRET, C. (1973). *Patterns of Bantu and Central Sudanic settlement in central and southern Africa*. TJH.

FERREIRA DINIZ (1918). *Populações Indígenas de Angola*. Imprensa da Universidade, Coimbra. Editor:– Secretário dos Negócios Indígenas e Curador Geral da Província de Angola.

FIGUEIRA, L. (1938). *Africa Bantú: Raças e Tribos de Angola*. Lisboa: Composto e Impresso nas Oficinas Fernandes.

FLORÊNCIO, F. (2010). *No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M'balundu e o Estado Angolano*. Vozes do universo rural: Centro de Estudos

Internacionais, Lisboa. pp. 79-175. Disponível em: <https://books.openedition.org/cei/198>. Acesso: 11 de Julho de 2023

FREDERICK H. Rawson. (1929). *Anthropological Series*. Vol. XXI, No. 2, Chicago,.

GREENBERG, J. H. (1972). *Linguistic evidence regarding Bantu origins*. JAH, 12.

GUTHRIE, M. (1962). *Some developments in the prehistory of the Bantu languages*. JAH.

HASTINGS, D. A. (1933). *Ovimbundu Customs and Practices as Centered around the Principles of Kinship and Psychic Power*. Hartford S. Foundation.

HENRIQUES, I. C. (2004). *Território e identidade: a construção da Angola colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Centro de História da Universidade de Lisboa, Portugal.

ISSO, Mbela. (2006). *A História Mais Recente do "Reino" do Bailundo*. Ovimbundu.org. Disponível em: <http://www.ovimbundu.org/categoria/hist%C3%B3ria-dosovimbundu/hist%C3%B3ria-mais-recente-do-%E2%80%9Creino%E2%80%9D-do-bailundo>. Data de acesso: 13 de Junho de 2023.

KEILING, M. L. A. (1934). *Missão do Bailundo-Quarenta Anos de África*. Edição das Missões de Angola e Congo, Braga.

KEITA, B. N. (2009). *História da África Negra*. Textos Editores, Luanda.

LIMA, Mesquita (1964). *A Etnografia Angolana - Considerações acerca da sua problemática actual*. Imprensa Nacional de Angola. Luanda.

MALUMBU, M. (2005). *Os Ovimbundu de Angola: Tradição, economia e cultura organizativa*. Edizioni Vivere, Roma.

MARTINS, J. V. (1993). *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tuchokwe, do Nordeste de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. Mayamba.

MCCULLOCH, M. (1952). *The Ovimbundu of Angola*. London: International African Institute London.

MILHARES, M. (1951). *Etnografia Angolana: Um esboço para um estudo etnográfico*. Luanda: Mensário Administrativo.

NETO, M. C. (1997). *Entre a Tradição e a Modernidade: os Ovimbundu do Planalto Central à Luz da História*. Ngola, Revista de Estudos Sociais. Vol. I p. 193-215.

NETO, M. C. (1995). *Hóspedes incómodos: Portugueses e Americanos no Bailundo no Último Quartel do Século XIX*. Parte da actas do Seminário sobre Encontro de Povos e Culturas em Angola. Lisboa

OLIVER, R. (1966). *The problem of the Bantu expansion*. JAH, 7, 3, pp. 361–76.

PELISSIER, René (1986). *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas 1845-1941*. 2º Volume, Lisboa.

POSNANSKY, M. (1964). *Bantu genesis*. UJ, 25, n. 1, pp. 86–92.

SANJUKILA, Elias. (1997). *Reino do Bailundo, sua História na Resistência Tenaz Contra o Colonialismo Português*. (Editado pelo autor), Huambo.

SANTOS, Maria Emília Madeira (1998). *Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX*. Lisboa.

SIMÕES, A. R. (2011). *Kalumbonjambonja: o homem que casou com uma alma do outro mundo*. E. D. M. Portugal. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/45419466/Kalumbonjambonja>. Data de acesso: 10 de Julho de 2023

TCHINJENJE, Administração Municipal (2023). *Apontamentos sobre o Reino de Tchiyaka*. Huambo

UNESCO (2010). *História geral da África, III: África do século VII ao XI*. Editor: Mohammed El Fasi. – Brasília.

VANSINA, Jan (2004). *Como nascem as sociedades: Governança na África Central Ocidental antes de 1600*. Charlottesville.

WHEELER, D. C. e CHRISTENSEN, D. (1973). *The Rise with One Mind: The Bailundo War of 1902*. En: HEIMER, Franz-Wilhelm (ed.) *Social Change in Angola*. Munchen: Weltforum Verlag.

WILFRID D. H. (1934). *The Ovimbundu Of Angola*. Museu de História Natural. Chicago.

WRIGLEY, C. C. (1960). *Speculations on the economic prehistory of Africa*. JAH, 1, n. 2, pp. 189–204.

WUSTENFELD, F. (1881). *Geschichte der Fatimiden - chalifen. Nach arabischen Quellen* (Göttingen: Dieterich).

## **TESES E DISSERTAÇÕES**

COSTA, R. J. (2014). *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)*. Tese de Doutorado, P.P.G.H. U. B, Brasília.

NETO, Maria da Conceição (2012). *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*. Tese de doutorado, SOAS. Universidade de Londres

SANTOS, Jéssica Evelyn Pereira (2019). *Colonialismo no Sertão Pacificado: Os Povos do Planalto de Benguela sob o Terceiro Império Português (1890-1954)*. Dissertação de Mestrado. PPGH da Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

SUNGO, L. M. Marino (2015). *O Reino do Mbalundu: Identidade e soberania política no contexto do Estado nacional angolano ctual*. Dissertação de Mestrado, PPGASUFSC, Florianópolis.

## **FONTES ORAIS**

AFONSO, João (2023). Funcionário do Gabinete provincial da cultura do Huambo. 09-08-2023.

ÂNGELO, Domingos (2023). Membro da corte. Entrevistado no dia 06 de Julho de 2023

CASESE, Venceslau (2023). Antropólogo e então Director do Gabinete Provincial da Cultura do Huambo. Data da entrevista: 17 de Abril de 2023.

GINGA, Maria (2022). *Gabinete provincial da cultura do Huambo*. Data da entrevista: 09 de Novembro de 2022.

KANGANJO, Gabriel (2023). Administrador comunal do Mbave. Data da entrevista: 14 de Abril de 2023

KAPUSSO, Albino (2023). Regedor da Ombala Ngumbe afecta ao Tchingolo. Entrevistado no dia 14 de Julho de 2023

KAWENGO, João. (2023). Soberano da Ombala Tchilume. Data da entrevista: 23 de Maio de 2023.

MOSSO, Artur (2022). *Actual rei do Wambu*. Data da entrevista: 30-11-2022

PARÍS, Evaristo Pedro (2023). Actual soberano do reino de Tchiyaka. Data da entrevista: 12 de Maio de 2023

RAEL, Manuel, (2023). Membro do poder local. Entrevistado no dia 13 de Julho de 2023, pelas 10h Soba

SAMPAIO, Mariano (2023). Adjunto do reino do Sambo. Data da entrevista: 15 de Abril de 2023.

SAPALO, Festo (2023). *Director do Museu Regional do Huambo*. Data da entrevista: 12 de Fevereiro de 2023

TCHANDJA IV, Joaquim Francisco Kalembete (2023). Antigo Soberano de Tchiyaka. Data da entrevista: 11 de Maio de 2023

TCHINDUVA, Simão (2023). Soba. Entrevistado no dia 16 de Junho de 2023.

ZEFERINO, Wambu. (2022). Soba da aldeia de Kachine. Data da entrevista: 14 de Abril de 2023.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1: guião do inquérito por entrevista**

**Tipo de entrevista:** Semi-estruturada

**Entrevistados:** Domingos Ângelo, João Afonso, Venceslau Casese, Maria Ginga, Gabriel Kanganjo, Albino Kapusso, João Kawengo, Artur Mosso, Evaristo Pedro París, Manuel Real, Mariano Sampaio, Festo Sapalo, Joaquim Francisco Kalembete Tchandja IV, Simão Tchinduva e Zeferino Wambu.

**Local:** Huambo e Bié

**Período de pesquisa:** 2022/2023.

**Instrumentos utilizados:** Aparelho gravador de som, máquina fotográfica, esferográfica/caneta e caderno.

### **Principais questões exploradas**

- Como surgiram os Reinos Ovimbundu do Bailundo, Sambo, Tchiyaka, Wambu, Tchingolo e Viye?
- Qual é a origem dos povos que fundaram esses reinos?
- Em que período começou a formação política destes reinos?
- Quais foram os reinos que se destacaram no Bailundo, Sambo, Tchiyaka, Wambu, Tchingolo e Viye?
- Que factores contribuíram para o surgimento destes reinos?
  
- Como estavam organizados esses reinos antes da chegada dos portugueses?
- Como eram as estruturas políticas e sociais desses reinos?

- Como estavam divididas as funções políticas?
- Como eram as relações entre os reinos Ovimbundu antes da chegada dos portugueses?
- Quando começaram as rivalidades entre os portugueses e os reinos locais?
- Porquê que houve essa rivalidade?

**Anexo 2:** Onjango de reuniões do reino Viye



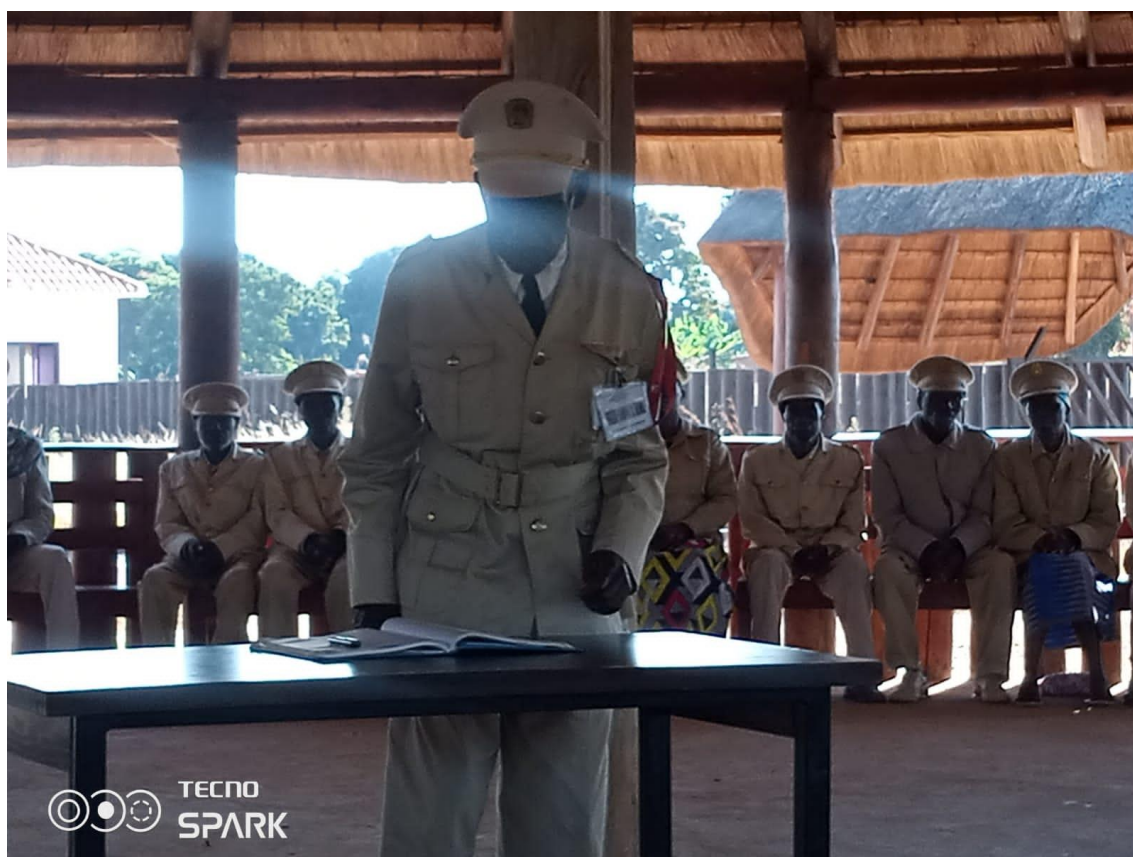
Arquivo pessoal

Anexo 3: Centro de recepção de visitas de Ekovongo



Arquivo pessoal

#### Anexo 4: Reunião dos sobas em Viye



Arquivo pessoal

Anexo 5: Onjango do Reino do Sambo



Arquivo pessoal

